**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**
**NÚCLEO DE CIÊNCIAS HUMANAS**
**PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA E ESTUDOS CULTURAIS**

# Amazônia de chuteiras: relações entre a prática do futebol amazônico e o discurso nacionalista entre os anos de 1930-1945

**Elis da Silva Oliveira**

**Porto Velho – Rondônia**
**2016**

**ELIS DA SILVA OLIVEIRA**

# Amazônia de chuteiras: relações entre a prática do futebol amazônico e o discurso nacionalista entre os anos de 1930-1945

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em História e Estudos Culturais da Fundação Universidade Federal de Rondônia como requisito parcial à obtenção do título de mestra em História e Estudos Culturais.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Aparecido de Souza

**Porto Velho – Rondônia**
**2016**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

O482a Oliveira, Elis da Silva.

Amazônia de chuteiras: relações entre a prática do futebol amazônico e o discurso nacionalista entre os anos de 1930-1945 / Elis da Silva Oliveira. -Porto Velho, RO, 2016.

160 f. : il.

Orientador(a): Prof.ª Dra. Valdir Aparecido de Souza

Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Estudos Culturais) Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Futebol. 2. Amazônia. 3. Discurso nacionalista. 4. 1930-1945. I. Souza, Valdir Aparecido de. II. Título.

**CDU 930.23**

Fundação Universidade Federal de Rondônia

## Núcleo de Ciências Humanas
## Programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais

# ATA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Identificação do (a) pós-graduando (a)**

| | | |
|---|---|---|
| Programa de Pós-Graduação | Mestrado em História e Estudos Culturais | |
| Pós-Graduanda (o) | Elis da Silva Oliveira | Ano de Ingresso: 2014 |
| Título da dissertação | Amazônia de chuteiras: relações entre a prática do futebol amazônico e o discurso nacionalista entre os anos de 1930-1945 | Nível: Mestrado |
| Orientador (a) Prof.(a) Dr.(a) | Valdir Aparecido de Souza | |

**Indicação da Defesa de Dissertação de Mestrado**

| | |
|---|---|
| Dia: 27/09/2016 | Hora: 14 horas |
| Local: Auditório da UAB, Campus José Ribeiro Filho, UNIR, Porto Velho-RO | |

**Composição da Comissão Julgadora**

| Comissão Julgadora | | |
|---|---|---|
| Titulação | Nome Completo do (a) Docente | Nome (sigla) e Local de Instituição |
| Presidente: Prof.(a) Dr.(a) | Valdir Aparecido de Souza | MHEC – UNIR |
| Examinador Externo: Prof.(a) Dr.(a) | Antônio Claudio Barbosa Rabello | PPGDRA - UNIR |
| Examinador Interno: Prof.(a) Dr.(a) | Alexandre Pacheco | MHEC – UNIR |

**Abertura dos Trabalhos**: às 14 h 30, o (a) presidente da banca apresentou o (a) pós-graduando (a), o título da respectiva **Dissertação de Mestrado** e os membros da Comissão Julgadora, dando a palavra inicialmente ao (à) pós-graduando (a), que teve trinta minutos, no máximo, para expor sua **Dissertação**. Em seguida, passou a palavra à Comissão Julgadora, cujos membros tiveram, no máximo, vinte minutos para as respectivas arguições, bem como ao (à) pós-graduando (a) o direito de resposta, em, no máximo trinta minutos.

**Parecer da Comissão Julgadora**: tendo o (a) pós-graduando (a) respondido as questões em tempo hábil, após apresentarem considerações finais sobre a **Dissertação**, os membros da Comissão Julgadora emitiram parecer pela aprovação do candidato. **Encerramento dos Trabalhos**: às 16 h 00, o (a) presidente da banca, ouvindo os demais membros da Comissão Julgadora, lavrou esta Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado, que será encaminhada à Coordenação do *Programa de Pós-Graduação* em História e Estudos Culturais, para a devida homologação.

| Comissão Julgadora | | |
|---|---|---|
| Titulação | Nome Completo do (a) Docente | Assinatura do (a) Docente |
| Presidente: Prof.(a) Dr.(a) | Valdir Aparecido de Souza | |
| Examinador Externo: Prof.(a) Dr.(a) | Antônio Claudio Barbosa Rabello | |
| Examinador Interno: Prof.(a) Dr.(a) | Alexandre Pacheco | |

À Elysmeire, Isys Maria, Gianluca Antônio e Ítalo Jorge, pela parceria e companhia em todas as horas nessa partida chamada vida cujo trabalho em equipe é fundamental e a união familiar é uma importante base para um time vitorioso.

## AGRADECIMENTOS

À minha família, além de dedicar-lhes esta pesquisa, reforço que nenhum agradecimento chegaria perto do quão grata sou por tê-los em minha vida.

Ao orientador, prof. Valdir de Souza, pelos diálogos, paciência e importantes encaminhamentos ao longo dos últimos dois anos.

Ao prof. Tuninho Rabello, pela contribuição inestimável em toda a minha trajetória, por me apresentar os textos de Gramsci, por ser o primeiro a me dar apoio e me orientar na pesquisa sobre futebol em Porto Velho e ainda, por todos os conselhos e suporte para aprofundar minha base teórica dentro da perspectiva do materialismo histórico.

Aos professores do Mestrado em História e Estudos Culturais, na pessoa do prof. Alexandre Pacheco e prof. Mauricio Silva de Souza, pelas aulas e discussões que foram importantes para minha formação e amadurecimento na condição de pesquisadora.

Aos professores do departamento de História, campus de Porto Velho, nas pessoas da profa. Marta Valéria de Lima, profa. Sônia de Souza e prof. Vagner da Silva, pelo convite para dialogar, na condição de ex-aluna, sobre a elaboração do projeto para o curso de bacharelado em História.

À profa. Mara Centeno, pelas valiosas dicas, por seu esforço em discutir sobre a cidade de Porto Velho a partir de variados contextos e pelas contribuições em minha pesquisa. Sua atuação profissional é uma referência para mim.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudo que consistiu em auxilio fundamental para realização e dedicação integral para minha pesquisa.

Aos funcionários do Centro de Documentação do Estado de Rondônia, por permitirem minha presença no setor de acervos históricos para que eu pudesse realizar minha pesquisa de levantamento de dados no jornal Alto Madeira.

Aos meus avós, tios e primos que por estarem sempre torcendo por mim e me apoiando em todas as minhas escolhas e projetos.

Aos colegas de turma no mestrado, nas pessoas da Ariana, Cintia e Uilian, pelos debates e apoio na realização dos seminários e por estarem ao meu lado nestes dois anos de pesquisa.

Aos amigos Aline, Ana Luiza, João, Juliany, Laysa, Leonardo, Lowranna, Renan, Samalei e Pâmela, pelas conversas e companheirismo em todos os momentos, mesmo com a distância e meu isolamento para estudo e escrita desta pesquisa.

Ao grupo de futsal/futebol feminino “Cegas Futebol Clube”, nas pessoas de Bia Caroline e Laiane e ao grupo amador SO Futebol Clube composto pelos alunos e ex-alunos do curso de História, na pessoa de Leo Lino, por me mostrarem o quão divertido e cativante é a prática deste jogo de bola, seja no futebol feminino ou me aventurando a jogar entre os meninos (sendo, por mérito dos demais jogadores, bicampeã nos torneios amadores de final do ano). Além de estudar o futebol, praticá-lo como uma atividade de lazer tem sido fundamental para que eu possa compreender algumas de suas dimensões.

Ao grupo de ciclismo de MTB “Perdidos na Trilha”, nas pessoas da Angélica, Carlos Eduardo, Magali e Tereza, pela parceria, diversão e aventura pelas trilhas e estradas de chão em Porto Velho, onde pude recarregar as energias para dar sequência nos estudos, coleta de dados e elaboração do texto final.

Por fim, aproveito ainda para agradecer a você, se ainda não foi citado, por estar dedicando um pouco de seu tempo para ler minhas considerações.

“Brasil está vazio na tarde de domingo, né?
Olha o sambão, aqui é o país do futebol
Brasil está vazio na tarde de domingo, né?
Olha o sambão, aqui é o país do futebol
No fundo desse país
Ao longo das avenidas
Nos campos de terra e grama
Brasil só é futebol
Nesses noventa minutos
De emoção e alegria
Esqueço a casa e o trabalho
A vida fica lá fora
Dinheiro fica lá fora
A cama fica lá fora
Família fica lá fora
A vida fica lá fora
E tudo fica lá fora...”
(Aqui é o país do futebol – Fernando Brant e Milton Nascimento)

**RESUMO**

Esta pesquisa propõe uma análise sobre a prática do futebol na Amazônia urbana (especialmente nas cidades de Belém, Manaus e Porto Velho) e sua relação com o discurso nacionalista desenvolvido entre os anos de 1930-1945. O objetivo deste trabalho consiste em focar o futebol na qualidade de prática cultural capaz de simbolizar e dar novos sentidos para as relações sociais nos grupos que o praticam e desenvolver uma análise deste elemento superestrutural, compreendendo as tensões e divergências entre grupos e ainda entre os diferentes projetos de país desenvolvidos a partir dos discursos sobre o futebol. Com isso, analisa-se dois grandes momentos históricos na construção semiótica do Brasil e deste jogo de bola, simbolizado entre o *foot-ball* e o futebol, respectivamente o discurso da modernidade e europeização desenvolvido nas décadas iniciais do século XX e o discurso nacionalista destacado a partir da década de 1930, a fim de considerar os limites de ambos projetos, especialmente em relação à realidade amazônica. Para isso, centra-se na análise da construção e peculiaridades do projeto de um Brasil nacionalmente integrado (tanto no aspecto político quanto cultural) e a forma como os grupos sociais locais das cidades de Belém, Manaus e Porto Velho encontraram-se neste cenário, integraram-se e deram tonalidades específicas para à pátria de chuteiras.

**Palavras-chave**: Futebol, Amazônia e discurso nacionalista.

## ABSTRACT

This research proposes an analysis of the practice of football in urban Amazon (especially in the cities of Belém, Manaus and Porto Velho) and its relationship with the nacionalist discourse developed between the years 1930-1945. The objective of this study is to focus the football as a cultural practice that can symbolize and give new meaning to social relations in groups who practice them, and develop an analysis of this superstructural element, comprising the tensions and disagreements between groups and even between diferents country's projects developed from discourses about football. Thus, analyzes two great historical moments in the semiotic construction of Brazil and about this ball game, symbolized between foot-ball and "futebol", respectively the discourse of modernity and europeanization developed in the early decades of the twentieth century and the nationalist discourse developed from the 1930s, in order to consider the limits of both projects, especially regarding the Amazon reality. For that, focuses on the analysis of the construction and peculiarities to project of Brazil's national integration (both in the political and cultural aspects) and how local social groups the cities of Belém, Manaus and Porto Velho found themselves in this scenario, joined and gave specific tonality for the "pátria de chuteiras".



**Key words**: Football, Amazon and nacionalist discourse.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: fluxograma das categorias analisadas por Hobsbawm (2012b). .....42
Figura 2: Estado e Economia no período de 1930-1955 .....62
Figura 3: Dimensões do discurso nacionalista em Vargas .....69
Figura 4: Flamengo na Bahia .....92
Figura 5: Flamengo em Pernambuco .....93
Figura 6: “Tudo pelo Flamengo, tudo pelo Brasil!” .....94
Figura 7: A competição das torcidas .....95
Figura 8: O campeonato das torcidas e o “Fla-Flu” .....96
Figura 9: Visões Dualistas sobre a Amazônia no século XX .....101
Figura 10: Capa do Jornal do Commercio (AM) sobre a “revolução de 1930” .....106
Figura 11: “A República está salva, porém resta salvar a nação”. .....111
Figura 12: Manchete jornal Alto Madeira sobre o segundo ano de administração brasileira da EFMM .....114
Figura 13: Enaltecimento à Vargas no Jornal do Commercio .....116
Figura 14: Amazônia no primeiro governo Vargas (1930-1945).....117
Figura 15: O norte e nordeste como trabalhadores para salvação da nacionalidade .....120
Figura 16: Discurso de Vargas em Porto Velho (“cada operário é um soldado e cada soldado é um operário”). .....122
Figura 17: Enaltecimento aos trabalhadores, as leis trabalhistas e a Getúlio Vargas .....124
Figura 18: Programa dos festejos da Semana da Pátria (jogo de futebol) .....126
Figura 19: Grupo de brasileiros amadores do Foot-ball .....128
Figura 20: Grupo de ingleses amadores do Foot-ball .....128
Figura 21: Foot-ball em Manaus.....131
Figura 22: Torneio de futebol na semana da Pátria em Manaus.....132
Figura 23: Futebol em Porto Velho nas décadas de 1930 – 1940.....136
Figura 24: Partida em homenagem a Cap. Aluizio Ferreira e José Sobrinho.....141
Figura 25: Homenagens do Alto Madeira e do Noroeste Sport. Club para Aluizio Ferreira.....142
Figura 26: Festa Cívica de 24 de Outubro em homenagem ao terceiro aniversário da “vitoriosa revolução de Outubro” .....143

**SUMÁRIO**

**AQUECIMENTO: Introdução à partida ..... 11**
**1. PRIMEIRO TEMPO: Materialismo cultural e o futebol ..... 15**
1.1 MATERIALISMO HISTÓRICO, CULTURA E SOCIEDADE. ..... 18
1.1.1 O determinismo economicista e os usos e abusos da relação estrutura e susperestrutura ..... 21
1.1.2 Materialismo cultural e o conceito de cultura ..... 25
1.2 FUTEBOL E SOCIEDADE ..... 34
1.2.1 Invenção das tradições e o futebol brasileiro ..... 40
1.2.2 *Foot-ball* no Brasil ..... 44
**2 INTERVALO DE JOGO: o futebol no Governo Vargas ..... 58**
2.1 PERÍODO PÓS-1930 E O O CONTEXTO BRASILEIRO ..... 58
*2.1.1 Estrutura* ..... 61
*2.1.2 Superestrutura* ..... 69
2.2 FUTEBOL À BRASILEIRA ..... 78
*2.2.1 Intelectuais e invenção da pátria de chuteiras* ..... 79
*2.2.2 "Nacionalização" e profissionalização dos clubes de futebol* ..... 86
**3. SEGUNDO TEMPO: o futebol na Amazônia ..... 99**
3.1 MARCHA PARA OESTE, AMAZÔNIA NO GOVERNO VARGAS ..... 100
*3.1.1 Invenção da Amazônia (Século XX)* ..... 100
*3.1.2 Ocupação e discurso nacionalista na Amazônia urbana* ..... 105
3.2 DA BORRACHA À BOLA, O FUTEBOL NA AMAZÔNIA URBANA ..... 125
*3.2.1 Belém e Manaus* ..... 127
*3.2.2 Porto Velho* ..... 134
**PRORROGAÇÃO (Considerações finais) ..... 149**
**FINAL DE JOGO (REFERÊNCIAS) ..... 154**

**AQUECIMENTO: Introdução à partida**

Bem-vindos ao estádio *Acadêmico*, hoje teremos uma partida que pode ser especial para o campeonato dos estudos históricos e culturais, válido pela temporada 2014-2016 do programa de Pós-Graduação em História e Estudos Culturais da Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Nesta peleja veremos as oposições não de clubes esportivos, mas de classes sociais em busca do controle hegemônico (o gol) da prática e do discurso sobre o futebol e ainda, conforme poderemos observar ao longo do jogo, uma série de embates em torno da construção do discurso nacionalista no Brasil ao longo dos anos de 1930 a 1945.

Assim sendo, a cobertura desta partida será dividida em primeiro tempo, intervalo, segundo tempo, prorrogação e apontamentos de fim de jogo.

No primeiro tempo, apresentaremos a você e aos demais segmentos da assistência algumas reflexões que nortearão o caminho teórico (esquema tático) de nosso jogo. Temos como referência as abordagens do materialismo histórico realizadas por Antônio Gramsci, Raymond Williams, Richard Hoggart, Terry Eagleton e Eric Hobsbawm. Nesta primeira metade do primeiro tempo, discutiremos sobre a relação entre materialismo histórico e a análise dos aspectos superestruturais na sociedade, observando a possibilidade de analisar a forma complexa das relações estruturais e superestruturais em uma dada sociedade a partir de seus aspectos e manifestações culturais.

Partindo para a segunda metade do primeiro tempo, abordaremos sobre o futebol, realizamos um breve levantamento dos apontamentos teóricos realizados sobre esta prática cultural, dos quais destacamos, entre outros, os estudos de Roberto DaMatta, Richard Guilianotti, Simone Guedes, Franco Hilário Jr, Levine, Archetti e Pierre Bourdieu. Além disso, discutiremos o processo de desenvolvimento histórico do futebol em alguns países, especialmente o Brasil nas duas primeiras décadas do século XX.

Analisaremos o futebol em sua relação com a sociedade e os importantes aspectos políticos, econômicos e culturais que são nelas construídos visando problematizar a ideia comum de que o futebol representa o sentimento nacionalista brasileiro. Observamos neste momento, portanto, a construção da prática e do discurso do futebol no Brasil a partir de algumas cidades, tais como Rio de Janeiro,

São Paulo, Manaus, Belém e Porto Velho vendo este processo a luz do materialismo histórico e das relações de classe e disputas hegemônicas locais e regionais.

Discutiremos o processo de inserção da prática do futebol, ainda denominado *foot-ball*, no Brasil da virada do século XIX para o XX e a construção de discursos sobre o mesmo, ressaltando o papel hegemônico da figura dos *sportmen*, do ideário da modernidade e de distinção do social a partir de elementos culturais. Além disso, realizaremos contrapontos e apresentaremos alguns conflitos entre o discurso e sobre o futebol brasileiro.

Na sequência, será no intervalo de jogo (o futebol no primeiro Governo Vargas) que será possível compreender pormenorizadamente a construção do discurso nacionalista a partir do futebol nas principais cidades brasileiras, especialmente o Rio de Janeiro, então capital federal.

Como forma de pensar esta prática cada vez mais popular e nacionalizada do futebol, tal como enfatiza Nelson Rodrigues em seus variados escritos sobre o tema, e a conquista deste discurso como hegemônico ao longo da década de 1930, discutiremos questões de ordem estrutural e superestrutural na sociedade brasileira de então, como forma para compreender de que maneira o futebol assimilou o cenário de mudanças na sociedade e, ainda, atuou para intensificar e direcionar este processo na qualidade de aparelho de hegemonia (apropriando-nos dos termos gramscianos).

Discutiremos sobre algumas questões de ordem econômica a partir das contribuições de Sônia Mendonça (1986) e Francisco de Oliveira (2013), tais como o processo de ascensão do discurso de industrialização no país em detrimento da hegemonia do discurso agrícola e nas disputas entre as classes sociais e políticas que ocasionariam um rearranjo na forma da administração federal com a centralização do poder na figura do presidente e com a ruptura do controle por parte de segmentos da oligarquia paulista.

Além disso, para pensar o conceito de nacionalismo recorreremos às considerações de Hobsbawm (1990) e Anderson (2008) e analisaremos a construção sistemática de um discurso nacionalista implementado especialmente durante o Estado Novo (1937-1945) no Brasil como um processo de elaboração de um efetivo aparelho de política cultural pelo estado e ainda com a participação de determinados segmentos da sociedade civil.

Observaremos o papel que o futebol ganhará neste cenário como um dos mais eficazes instrumentos de prática cultural capaz de incutir valores e sentimentos tanto

naqueles que o praticavam como ainda nos que acompanhavam a prática deste esporte. Sendo então apropriado como holofote para o discurso nacionalista brasileiro (que requeria uma ideia de povo brasileiro e características diferenciadores do Brasil em detrimento dos demais países), utilizado tanto pelo governo quanto por intelectuais, a exemplo de Gilberto Freyre, Mario Rodrigues Filho, Nelson Rodrigues, entre outros; e ainda, o papel desempenhado por clubes de futebol no processo de nacionalização tanto da prática do futebol quanto da importância e popularidade nacional atribuída a determinados clubes, a exemplo do Clube de Regatas do Flamengo.

Entretanto, embora possa parecer suficiente observar o processo de construção de um futebol à brasileira apenas pensando nas regiões centrais (e de maior destaque econômico) do país, nesta partida temos como objetivo considerar ainda a maneira com a qual este projeto de Brasil a partir do jogo de bola se efetivou na região Amazônica, especialmente em Porto Velho. Portanto, no segundo tempo abordaremos sobre a Amazônia, focalizando as cidades de Belém, Manaus e Porto Velho.

Neste momento, nossa abordagem se dará no sentido de compreender os discursos políticos construídos sobre a Amazônia, especialmente na relação de sociedade política e sociedade civil (tanto local quanto nacional), contando ainda com a percepção da complexidade cultural da/na região a partir dos apontamentos de Gondim (2011) em seus estudos sobre a invenção da Amazônia, ou seja, sobre a construção semiótica da região ao longo dos últimos séculos.

Observaremos especialmente a ocupação e os discursos construídos na Amazônia urbana (utilizamo-nos aqui dos conceitos de cultura amazônica urbana e cultura amazônica rural construídos por Loureiro [2001]) ao longo das primeiras décadas do século XX e a relação entre a classe dominante local com a classe dominante nacional e, ainda, o papel político e econômico desempenhado pelas cidades de Belém e Manaus em relação ao cenário nacional e a implementação do discurso nacionalista, tanto no seu viés sociocultural quanto político, observados a partir da prática e do discurso sobre o futebol nestas cidades, observáveis a partir das reflexões de Normando (2007), Gaudêncio (2007) e ainda analisadas a partir de consultas ao Jornal do Commercio (Manaus).

No final deste segundo tempo, efetuaremos considerações sobre a prática do futebol na cidade de Porto Velho pensando a relação entre discurso da modernidade

e discurso nacionalista, procurando a partir do futebol compreender alguns aspectos da cidade em meados das décadas de 1930 a 1945 em sua relação com o cenário nacional, destacando o papel de segmentos locais (especialmente os militares) na construção de um *ethos* nacional materializado na vida cotidiana na cidade a partir de um novo estilo de jogo e de enaltecimento da prática física (com a valorização da competitividade, da vitória e da disputa como representação bélica). Para tal, além as referências bibliográficas, a exemplo das reflexões de Souza (2002) e Oliveira (2014), somando à nossa análise das notícias do jornal Alto Madeira (Porto Velho).

Além disso, consideramos importante ressaltar que para realizar nossas considerações teremos como fontes primárias os jornais de época, disponíveis à consulta junto a hemeroteca da Biblioteca Nacional e no Centro de Documentação do Estado de Rondônia, dos quais realizaremos uma análise a partir da crítica interna e externa ao documento, tal como indicado por Bloch (1997) em suas considerações sobre o processo de análise histórica ao documento, aliado ainda com contribuições de Luca (2008) no que se diz respeito às questões metodológicas no trato das fontes jornalísticas. Além disso, procederemos a um estudo bibliográfico e documental sobre o período Vargas e sobre a prática do futebol no país, os quais estarão devidamente citados e referenciados em nossas considerações.

Ao longo das páginas que se seguirão nesta narrativa de uma partida, nossa linguagem será mais formal e não tão pessoal e direta entre autores e leitores tal como agora, mas esperamos que dessa forma seja possível analisar diretamente algumas questões e procedermos as problematizações necessárias para a construção do saber histórico na qualidade de estudo cientificamente conduzido.

Por fim, ou para enfim começarmos, aproveitamos para informar que nossas considerações são pautadas por uma análise das fontes, evidências históricas e teóricas, mas ainda assim é possível que cometamos algumas faltas de jogo e pedimos a você, leitor, que não apenas acompanhe nossa narrativa desta partida como ainda, se possível, nos auxilie a cada vez mais aprofundarmos nossos conhecimentos sobre o futebol e sobre a sociedade que o pratica.

E que comece o jogo...

## 1. PRIMEIRO TEMPO: Materialismo cultural e o futebol

Na epígrafe deste estudo citamos um trecho da canção de Milton Nascimento, intitulada “O Brasil é o pais do futebol”. A letra, em sua linguagem que contempla tanto o vazio quanto a plenitude, ressalta que nos jogos das tardes de domingos, o Brasil fica vazio e esquece da casa, do trabalho, da vida, do dinheiro, da cama, da família, de tudo e só pensa em futebol ao longo dos “noventa minutos de emoção e alegria”. A princípio, embora o enaltecimento ao bola-pé seja efetivo, sendo a prática que consegue ser internalizada na vida e nos anseios nacionais, é possível pensar: é positivo uma prática que lhe faz esquecer de tudo? Ou seria o contrário, o futebol seria uma importante instituição e ao relacionar que o Brasil é só futebol o autor apresenta que o Brasil pode ser visto como um campo, um espaço de disputas, uma metáfora entre o jogo e a vida social? Mas no que consiste o futebol?

Em suma, o futebol é ópio do povo?

Em muitos lugares e perspectivas, convencionou-se pensar que o “ópio do povo” fosse um simples sinônimo de enganação e alienação onde o futebol consistiria em uma forma de ludibriar as pessoas. Além da religião algumas outras instituições e fenômenos da vida social, tal como o jogo de bola acima citado, passaram a ser referenciados dessa maneira.

DaMatta (1982b: 22) afirma que “realmente, é fácil observar que todos os ‘ópios’ são sempre aquilo que consideramos ‘atividades fáceis’, ‘dispensáveis’, ‘ilusórias’”. Entretanto, ele prossegue enfatizando que tal consideração acaba por desconsiderar determinadas práticas sociais, não as analisando e não dando a devida atenção para a importância que desempenham na sociedade.

Façamos então alguns breves comentários para refletir sobre a utilização dessa assertiva. Em 1843, Karl Marx escreveu que a religião seria o ópio do povo, no sentido em que possibilita uma sensação de anestesiamento da complexidade social, impossibilitando uma plena compreensão da realidade em que as pessoas estão inseridas, estando em sua maioria entorpecidas pela crença de que essa instituição em si lhe daria o provento de todas as suas necessidades. Neste contexto, ele ressalta:

> A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o *ópio* do povo. A supressão da religião como felicidade *ilusória* do povo é a

> exigência da sua felicidade *real*. A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões. (MARX, 2010: 145-146).

Marx infere que seria observando a religião de forma racional, criticando-a e rompendo com a ideia de que ela teria um valor positivo em si, sobrenatural e necessário, seria possível considerar que esta instituição é formada pela/na sociedade e para que os grupos sociais conquistem a consciência de si, ou dito em outros termos, alcançar a sua felicidade *real* se faz importante analisar esta forma de construção e identificação simbólica do mundo.

Desta forma, ao analisar a religião, Marx não visou, assim entendemos, impedir ou desmerecer em absoluto o papel que a religião como elemento superestrutural exerce, ao contrário, esse papel é tão importante que se torna necessário ser refletido, questionado e pensado como parte integrante das relações sociais e que dimensiona conflitos e interações de classe.

Podemos então observar ao menos dois conceitos para a ideia de “ópio do povo”, um representante da análise de Marx e outro convencionado como algo pejorativo. Em relação ao primeiro, talvez fosse possível substituir a instituição religião pelo futebol como forma de enfatizar a capacidade que este fenômeno superestrutural tem em incutir sensações, vertigens e/ou identificações diversas. Mas, especialmente em relação a segunda definição, precisamos tomar certas precauções na forma de compreender a análise proposta por Marx.

Em relação à Marx, e de um modo geral sobre a análise da superestrutura, Williams (2011a: 299-300) argumenta,

> Certamente há uma ignorância bastante chocante sobre aquilo que Marx escreveu entre aqueles que estiveram dispostos a criticá-lo, e o termo “superestrutura” foi atirado de um lado para o outro como uma espécie de xingamento, com implicações totalmente absurdas. O preconceito político, obviamente, desempenhou sua parte nisso. No entanto, não vejo como podemos dizer que Marx, em um sentido, não diminuiu o valor desse trabalho; não que ele não o tenha respeitado, ou o considerado uma realização humana grandiosa e importante, mas ele negou aquilo que até então tinha sido normalmente aceito de que era esse tipo de trabalho que determina o desenvolvimento humano: “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, e sim, pelo contrário, seu ser social que determina sua consciência”. O impacto disso, para pensadores da humanidade, foi verdadeiro; era uma mudança de *status* comparável àquela que a teoria de Darwin implicou para os homens de um modo geral. Parecia que grande parte do desenvolvimento subsequente do marxismo foi determinada, na questão da cultura, por essa reação. Foi necessário demonstrar que os marxistas valorizam muito a cultura, embora essa prova de que a cultura era importante parecesse, pelo menos para outros pensadores, desnecessária.

Desta forma, primeiro precisamos superar a ideia de que religião, futebol ou demais elementos superestruturais da sociedade estão apenas a serviço de um grupo e são apropriados de forma a enganar ou iludir os demais segmentos sociais, como se estas práticas fossem opostas (negativas) em relação a sociedade. Não vemos desta forma, ao contrário, consideramos que estes aspectos superestruturais da vida social são importantes pois são justamente formados na/por meio das relações coletivas e analisando-os se faz possível compreender esta mesma sociedade em sua complexidade e contradições. O ser social não é determinado apenas no nível estrutural das relações materiais e é no nível superestrutural, tal como argumenta Gramsci (2016), que se torna possível o estabelecimento da ação e transformação da realidade social por parte do sujeito histórico.

Desconsiderar estes elementos é anular o papel da superestrutura como parte elementar na composição do materialismo histórico. E embora Marx estivesse buscando respostas para a sua realidade nas décadas do final do século XIX, acreditamos que ele não anulou a importância dos elementos superestruturais. Porém, concordamos com a afirmação feita por ele em relação a sua posição contrária a um conjunto de ideias que vinculam a religião ou qualquer outro fenômeno superestrutural como tendo um valor positivo em si, sendo este tipo de afirmação responsável por promover uma “pseudo” consciência de mundo condicionada apenas à esta prática específica.

A religião, o futebol e a superestrutura de um modo geral, são determinantes para a vida social, mas não possuem um valor intrínseco em si. As ideologias, por exemplo, são veículos para a legitimação de vontades de classes e é preciso analisar os aspectos culturais, políticos e sociais de forma a compreender a relação entre as condições objetivas de vida e os significados que são socialmente construídos para ela.

A religião, tal como o futebol, pode vir a ser o ópio do povo (em seu sentido pejorativo) no momento em que não refletimos os usos, abusos e consequências dessas práticas entre as classes e a dinâmica que estas desempenham no mundo social e histórico. Com isso, acreditamos na importância em analisar o fenômeno do futebol (não como enganação ou elemento para alienação de determinados grupos sociais) e sim como holofote da sociedade, que apresenta questões diversas

(positivas, negativas ou dois ao mesmo tempo) e ainda reflete e redimensiona importantes aspectos no conjunto das relações materiais de vida.

Precisamos então, seguindo os argumentos de Marx sobre a religião, suprimir a ideia de que o futebol (ou demais elementos superestruturais) são destituídos de sentidos e relações de conflito, e precisamos analisá-los de forma a observar os modos em que são apropriados pelos grupos sociais. Por outro lado, devemos evitar construir considerações que simplesmente (e de forma deturpada) anulem a possibilidade de analisar estes aspectos porque não se quer acreditar que sejam importantes, posto que o são (acreditamos ainda que o maior sentido do entorpecimento é justamente não considerar e observar os elementos que compõe a realidade).

Para isso, necessitamos de um lado investigar algumas questões de ordem teórica em relação a discussão dentro do marxismo sobre as categorias de estrutura e superestrutura e especialmente a perspectiva da cultura dentro deste contexto (e a importância da proposta marxista para a análise social) e por outro lado, observar a emergência do futebol como uma importante categoria para o estudo das sociedades modernas, especialmente o Brasil e as cidades brasileiras.

Por fim, podemos gostar ou não da prática do futebol e de determinados contextos e discursos que lhe são atribuídos, mas não podemos ignorar a capacidade que esta manifestação cultural tem em refletir ou dar novos sentidos para as relações em sociedade.

## 1.1 MATERIALISMO HISTÓRICO, CULTURA E SOCIEDADE.

> É preciso reafirmar a função do sujeito revolucionário e liberar-se de uma concepção do marxismo como determinismo econômico vulgar[1]. (GRUPPI, 1978: 51)

Como um conjunto de discussões teórico-metodológicos e políticas sobre as relações sociais o marxismo foi, e continua sendo, composto pelos mais diversos autores e propostas de estudo a partir do conceito de materialismo histórico. Desde os estudos de Karl Marx e Friedrich Engels, uma significativa quantidade de

[1] O termo é utilizado por Coutinho (2012) e Gruppi (1978) em suas análises sobre Gramsci e sobre um projeto específico dentro do marxismo (que consiste em observar a análise material a partir de um determinismo economicista).

pensadores construiu suas reflexões a partir destes autores, intitulando-se assim como marxistas[2].

Com uma gama muito vasta de considerações, principalmente ao longo da segunda metade do século XX, o marxismo foi bombardeado por uma série de críticas, tanto por parte dos pensadores marxistas entre si como ainda por pensadores não marxistas. Sobre estas críticas Pesavento (2008: 12) apresenta duas grandes questões:

> Criticavam-se, basicamente, a versão leninista e, posteriormente, estalinista da história, com seus corolários de postulados: o reducionismo econômico, o mecanicismo, o etapismo evolutivo. [...] passando a segundo plano as especificidades históricas de cada contexto. Por outro lado, o conceito de ideologia foi considerado insuficiente para a análise do chamado 'mundo de idéias', amarrado que estava às determinações da classe e do mecanismo da dominação e subordinação.

A afirmação aponta para críticas direcionadas notadamente ao marxismo europeu desenvolvido durante as primeiras décadas do século XX, no sentido em que estes em muito corroboraram para a construção de uma perspectiva contrária ao pensamento de Marx (reduzindo o materialismo histórico como uma observação limitada aos aspectos econômicos na sociedade e abusos do conceito marxiano de superestrutura).

De um modo geral, as críticas direcionadas contra o marxismo focalizam os limites de um estudo a partir de um determinismo economicista e análise da cultura como mero reflexo de uma base econômica. Entretanto, é importante observar que o pensamento construído pelos pensadores marxistas foi amplo e diversificado e a crítica ao determinismo é bastante válida, sendo realizada inclusive por teóricos marxistas (Gramsci, Williams e Thompson, por exemplo) e são estas reflexões heterogêneas e conflituosas que dão uma dinâmica especial ao marxismo (ou os marxismos).

As críticas suscitadas possuem sua validade, mas não podem limitar a perspectiva teórica do materialismo histórico com base na limitação de alguns autores. Além disso, defendemos a importância em refletir sobre estas críticas ao marxismo a

---

[2] Pensadores como Georgi Plekhânov, Amadeo Bordiga, Vladimir Lênin, Leon Trotski, Josef Stalin, Louis Althusser, Georg Lukaks, Antonio Gramsci, Mihkail Bahktin, Raymond Williams, Richard Hoggart, E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Terry Eagleton entre muitos outros pensadores dentro dos mais diversos campos do conhecimento e países.

luz de perspectivas específicas feitas pelos estudiosos da teoria do materialismo histórico, discutindo e apresentando outros caminhos, conceitos e cenários.

De tal modo, defendemos que as contradições existentes dentro do marxismo precisam ser vistas à luz dos seus respectivos autores e ideias, observando que proposição “X” ou “Y” não podem ser referendadas como a única forma com a qual o materialismo histórico se desenvolveu, notadamente no que se diz respeito à percepção da realidade histórica e da ampla relação entre cultura e sociedade.

É ainda importante inferir que o marxismo além de proposta teórica, fez e faz parte de um conjunto de discussões políticas e partidárias e com isso, é muitas vezes vinculado a certos estereótipos que o observam como um campo do conhecimento “ultrapassado”. Assim, a negação em analisar o marxismo e a historiografia deste referido campo, consiste numa forma de deslegitimar a construção teórica realizada por um número significativo de autores.

Neste contexto, Hobsbawm (2011: 303) ao analisar o marxismo cita a afirmação de Irina Grigoreva, onde ela afirma que “hoje em dia tudo o que esteja ligado ao ideário do marxismo é condenado”. A assertiva é perigosa, no sentido em que desmerecer como um todo a proposta marxiana e ainda marxista é algo, no mínimo, superficial e limitada. É preciso pontuar quais os autores marxistas às quais se dirigem determinadas críticas, e não anular todas as reflexões heterogêneas inseridas nas análises que possuem como base o materialismo histórico e a filosofia da praxis.

Repetimos, o marxismo não é uma unidade homogênea e seu processo foi construído (e continua sendo) a partir de inúmeras abordagens e correntes teórico-metodológicas. Portanto, focalizaremos em nosso estudo a proposta do materialismo cultural oriundo das discussões de Raymond Williams e do materialismo histórico em E. P. Thompson, Gramsci, Eric Hobsbawm e Terry Eagleton, observando o marxismo por um prisma em que a cultura consiste em importante, mas não única, categoria de análise.

Especialmente nesta pesquisa, consideramos salutar observar como a construção e transformação do conceito de cultura (dentro do âmbito da superestrutura) se deu no materialismo histórico e como, nos dias atuais, a proposta marxista pode auxiliar no entendimento da sociedade em seus diversos, contraditórios e complexos aspectos, incluindo o esporte[3]. Todavia, para observar as diferenças, é

[3] O historiador do esporte, Douglas Both (2011) dirigiu fortes críticas ao que ele denominou de historiadores modernos e marxistas, especialmente no que diz respeito às suas análises sobre o

necessário problematizar os conceitos, as críticas e os conflitos na construção de estudos sobre a superestrutura.

### 1.1.1 O determinismo economicista e os usos e abusos da relação estrutura e susperestrutura

Uma das mais contundentes críticas ao marxismo, contrária a um reducionismo economicista, consiste no fato deste tipo de abordagem estar centrado apenas na ênfase dos processos econômicos, como se estes fossem os únicos determinantes nas relações sociais, excluindo-se a análise da cultura como elemento ativo no conjunto das relações de produção.

Os conceitos marxianos de estrutura (infraestrutura) foram apropriados por um grupo significativo de autores de forma isolada para a construção de uma ênfase mecanicista e superficial do materialismo histórico. A relação entre estrutura e superestrutura foram apropriadas de forma rígida, figurando como duas categorias díspares e hierarquizadas, onde a estrutura (econômica) determinaria a superestrutura (ideologia, cultura e política). A cultura, desta forma, ganharia pouco (ou nenhum) destaque na observação das relações em sociedade.

Notadamente a partir da década de 70, Prysthon (2010: 5) ao investigar sobre os Estudos Culturais, argumenta que “a filosofia francesa dessa época, em geral, condenou os esquemas interpretativos absolutos (como o marxista e o freudiano, por exemplo)”. Neste modo, o argumento contrário ao marxismo se fazia por considerar a sua proposta limitante ao entendimento das relações socioculturais, construindo

---

esporte. Entre outras questões, ele denuncia uma ênfase determinista e crença numa suposta neutralidade e objetividade histórica por parte daqueles historiadores. Em contrapartida, ele apresenta a perspectiva pós-moderna como responsável por apresentar uma análise das diferenças, da multiplicidade e da percepção do contexto histórico como um espaço de conflito, contradição e criação de sentidos e ainda a elaboração de uma análise que considere não apenas o conteúdo produzido, como ainda o ato de elaboração e construção do texto. Cientes destes argumentos, mas em discordância aos mesmos, nesta pesquisa analisamos estudos de determinados autores marxistas e observamos que a crítica de uma suposta factualidade, determinismo economicista em detrimento da cultura, uma ênfase estruturalista e uma busca por uma verdade inerente ao objeto não se encaixam aos estudos realizados por eles, embora tenha sido apropriado por outros autores marxistas. Entretanto, esta forma de crítica ao marxismo já vinha sendo duramente rebatida por Thompson (1981) na obra “A miséria da teoria”. Além disso, os argumentos defendidos por Both para definir o objetivo e metodologia dos historiadores pós-modernos não figuram como uma regra do pós-modernismo nem tampouco foi invenção dele. Muitos "modernos" já apontaram para questões de crítica a verdade, ao determinismo e ainda apresentaram a importância da criação e invenção de sentidos dentro do saber histórico, a exemplo dos autores que referenciamos em nossa pesquisa. Desta forma, com uma boa compreensão dos estudos destes pensadores marxistas é sim possível apresentar uma análise densa sobre o esporte em seus variados sentidos.

grandes aportes teóricos absolutos e que reduziriam a análise da História como mero reflexo de uma estrutura pré-estabelecida.

Tal contrariedade em relação ao projeto mecanicista gestado na II Internacional se fez muito importante para a percepção dos limites de uma valorização exacerbada do aspecto econômico, constituído naquilo que Coutinho (2012) chamou de "materialismo vulgar". Esta forma de pensamento marxista determinista estabeleceu uma visão estanque sobre a sociedade e sobre as relações de classe, impossibilitando uma abordagem concreta sobre a realidade e transformação social.

Entretanto, embora essa oposição seja amplamente referendada por autores contrários ao marxismo, se faz de suma importância perceber que tais críticas já haviam sido desenvolvidas por pensadores marxistas durante boa parte do século XX (a exemplo de Antônio Gramsci, Raymond Williams, Edward Palmer Thompson e Terry Eagleton) que ao observarem as relações materiais de produção, refutaram aquelas propostas que impossibilitam a ampla análise da complexidade das relações sociais. Neste cenário, Williams (2011b: 47) argumenta que

> Temos de reavaliar a 'determinação' para a fixação de limites e o exercício de pressões, afastando-a de um conteúdo previsto, prefigurado e controlado. Temos de reavaliar a 'superestrutura' em direção a uma gama de práticas culturais relacionadas, afastando-a de um conteúdo refletido, reproduzido ou especificamente dependente. E, fundamentalmente, temos de reavaliar 'a base', afastando-a da noção de uma abstração econômica e tecnológica fixa e aproximando-a das atividades específicas de homens em relações sociais e econômicas reais, atividades que contém contradições e variações fundamentais e, portanto, encontram-se sempre num estado de processo dinâmico.

Ao contrapor-se à determinação em função de certos limites e conteúdos pré-estabelecidos, Williams (2011a, 2011b) defende uma ampliação no conceito de superestrutura e estrutura, entendendo-os não mais como blocos monolíticos e sim como categorias interdependentes e fundamentais para as relações sociais. Para ele, o fundamental seria estudar a totalidade social (entendendo totalidade não como uma narrativa de longa duração, ou como forma de analisar tudo e sim a vinculação entre estrutura e superestrutura de forma integrada), levando em consideração o conjunto dos modos de vida onde cultura ocupa um papel de destaque no enfoque sobre a sociedade, consistindo a mesma em parte efetiva no conjunto das relações materiais.

Neste ponto, Thompson (1981) foi um dos maiores críticos da visão althusseriana do marxismo, no sentido em que esta engessa superestrutura como

mero reflexo da estrutura, numa corrente “estruturalizante” do estudo das relações materiais de produção. Gruppi (1978: 129) ao enfatizar o conceito gramsciano de hegemonia, aponta que

> Se não se sai da estrutura, não se chegará jamais à concretude da história. Para Marx, o conceito de estrutura está em função da concreticidade da história. [...] O método de Marx parte de noções estruturais, de categorias estruturais fundamentais, e dessas determinações abstratas eleva-se posteriormente até o concreto, até a complexidade e multiplicidade globais do concreto. Não a história em função da estrutura, repito, mas sim a estrutura em função da história. No estruturalismo contemporâneo, ao contrário – e não me refiro à linguística -, a história é concebida em função da estrutura; a história é anulada na estrutura.

Novamente o argumento central critica o perigo em construir modelos e limitar a investigação histórica e dos conflitos de classe, tais como se todos fizessem parte de um mesmo projeto pré-definido e estruturado. Ao realizar este feito, teóricos estruturalistas acabam por ignorar a análise do concreto, da totalidade histórica, das subjetividades e diferentes cenários alheios a investigação de Marx. O objetivo de Gramsci seria então retomar a leitura dos conceitos marxianos a luz do entendimento das condições específicas vivenciadas por ele na Itália, da mesma forma em que seria o de E. P. Thompson no tocante a realidade e a análise dos processos históricos ingleses.

Não apenas Gramsci, como ainda a partir de argumentos de Lênin, Gruppi (1978: 13-14) continua argumentando que

> Ele sempre repete que ‘a análise concreta da situação concreta é a alma viva, a essência do marxismo’. Não há marxismo fora dessa capacidade de captar a concreticidade histórica. Lênin observa: “Marx não conhecia essa nossa situação e não podia se referir a ela; portanto, nossa análise não pode ser nem ratificada nem desmentida tão-somente por meio das citações de Marx; mas Plekhânov não diz uma só palavra sobre as condições concretas”. Não basta citar Marx; é preciso analisar as diferenças entre aquela situação e a nossa situação específica, para ver os elementos novos que devemos introduzir na colocação de Marx. (...) Marx nada nos diz, nem contra nem a favor; por isso, temos que usar nossa cabeça. (...) nós usamos os métodos do marxismo para compreender a situação russa, mas não nos prendemos necessariamente às formulações de Marx, que são ligadas a outras situações históricas. A preocupação de Lênin, portanto, é analisar a situação concreta, é determinar a especificidade histórica.

Ao fazer tal afirmação, defende-se que o aporte teórico não pode apresentar de forma antecipada a resposta para aquilo que se irá analisar. É preciso realizar a pesquisa, a busca, a observação da realidade/objeto escolhido. Desta forma, quando

alguns pensadores marxistas isolaram e engessaram alguns conceitos estudados por Marx, o fizeram sem refletir sobre o momento histórico em que viviam e encontraram respostas sem um estudo da concretude.

Temos então aqui duas importantes críticas feitas por marxistas contra o determinismo economicista no materialismo histórico. A primeira diz respeito a necessidade de observar os limites da análise de uma superestrutura como mero reflexo de uma estrutura entendida como abstração econômica; e a segunda, consiste na necessidade em refletir efetivamente sobre a concretude histórica e não a mera reafirmação da teoria.

De tal modo, num projeto de superar as limitações do "materialismo vulgar" e ampliar as reflexões marxianas, pensadores como Gramsci e os marxistas da *New Left*[4] construíram, cada um em seu contexto específico, abordagens em que a cultura e a política passariam a receber considerável destaque, não numa relação hierarquizada entre estrutura e superestrutura, e sim numa proposta de abordagem da totalidade das relações materiais de vida, onde a cultura e a política desempenhariam papel efetivo. Sobre Williams, Cevasco afirma (2003: 126)

> O que ocorre é a ampliação do materialismo para abarcar domínios pouco explorados na teoria fundante de Marx, uma continuação da tradição em sua chave mais relevante, a de apresentar respostas à situação social cambiante. Williams não é um marxista que faz crítica cultural em vez de política, nem um idealista que imagina ser na esfera da cultura que se vai dar a revolução. Trata-se de uma resposta teórica a modificações na organização social que possibilitam e exigem novas formulações.

Redimensionando os limites conceituais e teóricos marxianos, estes autores ampliam o enfoque das relações materiais de produção, com a busca pela compreensão da totalidade, ou seja, da relação entre todas as dimensões que atuam no conjunto dos modos sociais de vida como (política, economia e cultura). De tal modo, a cultura não se destaca em detrimento da economia ou da política, ao passo em que ao defenderem a ideia de uma análise da totalidade e da observação dos conflitos, estes autores avaliam estes aspectos de forma integrada. A cultura ganha destaque não como algo fechado em si mesmo, e sim como forma de investigação das diversas, contraditórias e conflituosas relações de classe.

---

[4] *New Left* diz respeito a um grupo de pensadores marxistas ingleses, reunidos na formação, direção e publicação da revista *New Left Review* (fundada em 1960).

### 1.1.2 Materialismo cultural e o conceito de cultura

Uma segunda crítica dirigida ao marxismo diz respeito a utilização de uma noção de cultura vinculada à classe social. O argumento central aponta uma suposta ineficiência da abordagem da complexidade cultural apenas observando as práticas culturais como propriedade de um grupo social, notadamente com o uso do conceito de cultura popular.

Roger Chartier (1995) é um dos pensadores que mais enfaticamente dirigiu críticas à noção de cultura popular, por esta ser, de acordo com ele, limitante no sentido de observar as diversas apropriações culturais em níveis que vão além das classes. Sobre a cultura e os posicionamentos de Chartier, Burke (2010: 21-22) pontua que

> Outro problema básico é que uma "cultura" é um sistema com limites muito indefinidos. O grande valor dos ensaios recentes de Roger Chartier sobre "hábitos culturais populares" é que ele tem essa indefinição sempre em mente. Ele argumenta que "não faz sentido tentar identificar cultura popular por alguma distribuição supostamente específica de objetos culturais", tais como ex-votos ou a *literatura de cordel*, porque esses objetos eram na prática usados ou "apropriados" para suas próprias finalidades por diferentes grupos sociais, nobres e clérigos assim como artesões e camponeses. [...] Chartier prossegue sugerindo que os historiadores estudem "não conjuntos culturais definidos como 'populares' mas sim os modos específicos pelos quais esses conjuntos culturais são apropriados".

Ao pontuar a limitação da cultura como elemento caracterizado pelas classes, argumentando que de um lado esta manifestação representa uma noção de unidade e autonomia e por outro como a cultura do dominado, Chartier (1991) aponta a necessidade em observar que as práticas e os objetos culturais são apropriados por grupos diversos onde mais do que analisar a cultura como propriedade de uma classe, se faz importante observar a maneira com a qual são apropriados pelos mais diversos grupos.

Novamente aqui a crítica é contundente, mas não é capaz de acoplar todos os estudos dos pensadores marxistas sobre a cultura. De um modo geral, a relação entre cultura e classe realmente foi realizado pela grande maioria dos pensadores do chamado "marxismo cultural", porém é preciso compreender sob que cenários e que tipo de relação foi construída teoricamente por parte dos autores referenciados em nosso estudo.

Existem, neste contexto, produções dentro do marxismo realizadas por autores que não reduzem a análise da cultura a uma abstração de classe, ao contrário, observam a relação entre ambas de forma profunda e dialética. Quando Hoggart (1973) estuda os hábitos de vida da classe trabalhadora, o mesmo o faz não como forma de definir a "cultura" da classe trabalhadora e sim observar os aspetos diversos das relações de trabalho, do cotidiano, relações de sociabilidade e domésticas da classe operária, baseando-se muitas vezes em sua própria experiência. Além disso, o mesmo enfatiza que existem objetos culturais "sem classe" ou seja, cujo alcance não está limitado por um ou outro grupo.

> Para definir quem seriam "as classes proletárias" com vista a este estudo, o problema era, a meu ver, o seguinte: as publicações de massa, onde colhi a maior parte da minha documentação, afectam um campo muito mais vasto que os dos grupos do proletariado de que tenho um conhecimento imediato; na verdade, e porque tendem a ser publicações "sem classe", afectam todas as classes da sociedade. Mas a fim de discutir o modo pelo qual essas publicações afectam atitudes, e ao mesmo tempo evitar a imprecisão que quase inevitavelmente resulta de falarmos acerca da "gente do povo", necessário se torna definir um objeto. Considerei pois um grupo razoavelmente homogêneo de proletários, e tentei evocar a atmosfera, a qualidade das suas vidas, descrevendo o seu meio e as suas atitudes. Partindo deste pano de fundo, mais facilmente podemos compreender até que ponto a influência generalizada das publicações em massa está relacionada com atitudes comumente aceites, até que ponto vem a alterar essas atitudes e quais as resistências com que depara. (HOGGART, 1973: 22-23)

Ao enfatizar a noção de "cultura de massa", Hoggart apresenta a existência de manifestações culturais por além do domínio de uma única classe e ao abordar "as utilizações da cultura", ele busca observar os hábitos da classe operária, elencando aspectos culturais que ajudam a compreender esta categoria estudada por ele, mas que em geral não se limitam a este grupo, mas possuindo uma apropriação específica por ela.

Outros pensadores marxistas, notadamente Williams e Thompson construíram ainda reflexões sobre o próprio conceito de cultura e ainda de classe. Na obra "Cultura e sociedade" Williams (2011a) discute a construção e transformação dos conceitos sobre classe, indústria, democracia, arte e cultura entre diversos intelectuais na Inglaterra no período de transição do século XIX para o XX. Ao focalizar um estudo dos conceitos, Williams não limitou a cultura à classe, e sim observou de forma ampla a relação entre cultura e sociedade. Para isso, como método de análise, ele historiou conceitos e verificou a relação destes com a dinâmica social.

Notadamente em relação à cultura, este pensador defende a construção de uma noção de “costumes em comum”, enaltecendo que a cultura não é propriedade de uma classe dominante (cultura da minoria) e ao enfatizar a necessidade de observar a concretude histórica, Williams apresenta a cultura como importante elemento nas relações do modo de vida e ainda como ferramenta de veículo para a dinâmica das lutas sociais. Ele argumenta:

> A ideia de cultura é uma reação geral a uma mudança geral e significativa nas condições de nossa vida em comum. Seu elemento básico é seu esforço para realizar uma avaliação qualitativa total. A mudança na forma total de nossa vida em comum produziu, como uma reação necessária, uma ênfase na atenção a essa forma total [...] No entanto, as novas condições que os homens vinham lutando para compreender não eram nem uniformes nem estáticas. Pelo contrário, desde o começo, elas continham uma diversidade extrema de situações em um alto nível de tensão e em constante movimento. A ideia de cultura descreve nossa investigação comum, mas nossas conclusões são diferentes, já que nossos pontos de partida foram diferentes. A palavra, cultura, não pode ser automatizadamente pressionada a servir como qualquer tipo de diretriz social ou pessoal. Sua emergência, em seus significados modernos, caracteriza o esforço para fazer uma avaliação total qualitativa, mas o que ela indica é um processo, não uma conclusão. (WILLIAMS, 2011a: 321).

Desta forma, a cultura consistiria como um importante instrumento para compreensão da realidade e ainda de transformação social a partir do entendimento das múltiplas relações que por meio da cultura são estabelecidas, estudando-as a partir da noção de materialismo cultural. A cultura aqui não é limitada pela classe, ao contrário, a classe é entendida a partir do estudo dos seus modos de vida como um todo (embora esse todo seja composto por partes diferenciadas e permeadas por relações de conflito).

Com Gramsci (1982), a cultura também seria um importante elemento para a análise das relações de luta de classes. A cultura, para ele, não seria entendida como mero lugar de dominação e sujeição social, ao contrário, com o conceito de hegemonia (e contra-hegemonia) e da função social dos intelectuais, a cultura seria um dos cenários da disputa social. Tal como apontado por Williams (2011a, 2011b), a cultura não é entendida por ele como uma categoria isolada ou à parte do conjunto das relações materiais de produção (e de vida), ao contrário, ela é analisada de forma integrada entre política e economia, culminando naquilo que seria chamado por Gramsci (2000) por bloco histórico.

A análise cultural dentro do marxismo ganharia tanto destaque, notadamente a partir da segunda metade do século XX, que E. P. Thompson em sua abordagem

sobre a classe trabalhadora observaria então que não seria a cultura determinada pela classe e sim a própria classe caracterizada a partir do conjunto das relações culturais e de experiência, posto que "'classe', na minha prática, é uma categoria *histórica*, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista" (THOMPSON, 2012: 270).

Ao recuperar o sentido histórico para o conceito, Thompson observa essa categoria de forma dinâmica e não engessando o conceito tal como se todas as classes tivessem unicidade de formação e os mesmos contextos. Ele afirma que "não podemos entender a classe a menos que a vejamos como uma formação social e cultural, surgindo processos que só podem ser estudados quando estes mesmos operam durante um considerável período histórico" (THOMPSON, 2011: 13).

De tal modo, a definição de uma dada classe seria determinada não apenas pelas relações de produção como ainda pelo conjunto de práticas e hábitos, cuja consciência de classe consistiria no processo de percepção entre o local ocupado nas relações de produção e as experiências específicas construídas pelos grupos nestas relações. Para ele,

> [...] a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais. (THOMPSON, 2011: 10)

A classe é produto do processo histórico, e mais ainda, de identificação, consciência e organização no seio das relações materiais de produção. Para ele, é o contexto histórico da luta de classes e relações de sujeição que impõe a formação de grupos sociais e a forma como os grupos interagem e divergem entre si, notadamente nas diferentes formas como apropriam os aspectos e fenômenos socioculturais e políticos (em conjunto dos condicionantes da estrutura) é o que caracteriza e diferencia estes grupos. E seguindo nesta proposta de analisar historicamente a formação das classes, ele argumenta ainda que,

> As classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meios de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos

> interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. (THOMPSON, 2012: 274)

Desta forma, a classe não é uma categoria a-histórica e imutável, sua formação deriva das relações de produção, da estrutura e ainda se caracteriza a partir dos aspectos superestruturais, onde podemos destacar a cultura. Além disso, é preciso compreender que ao relacionarem a cultura com a classe, pensadores como Gramsci, Hoggart, Williams e Thompson apresentam uma nova abordagem sobre a cultura (em relação aos demais estudos marxistas) e ainda reflexões inovadoras sobre a definição de classe e sobre as relações materiais de produção.

A classe passa então a ser entendida como produto do processo histórico, da relação interligada entre questões políticas, sociais, econômicas e culturais, onde estrutura e superestrutura compõe as relações materiais de vida. Mas, se por um lado a cultura ganha importante destaque na formação da consciência, ela não deve ser vista como algo em si, posto que além de construir sentidos, ainda sofre interferências e em muitos momentos, continua refletindo questões de ordem infraestrutural.

Precisamos então tomar cuidado com determinadas aplicações contemporâneas de conceitos não-marxistas para a cultura. Um fator que amplia essa necessidade, assim entendemos, de observar a cultura a partir do marxismo justifica-se, notadamente no mundo atual, como forma de evitar uma ênfase generalista “pós-moderna”, analisada por Jameson (1989), de forma a evitar a propagação de uma análise que aborde a cultura e ainda um número variado de objetos e manifestações culturais de forma isolada e sem a presença efetiva de uma reflexão das relações materiais de produção.

Neste contexto, Eagleton (1998, 2011) crítico literário marxista da segunda geração da *New Left* aponta algumas limitações do conceito de cultura que a coloca como a uma totalidade em si e produto de toda a produção humana (modos de vida). Este conceito enfatiza, entre outras coisas, que tudo é cultura ou tudo é representação cultural e cada grupo tem sua forma de pensar que não é nem melhor nem pior, e sim culturalmente estabelecida (relativismo cultural).

E se, de um geral, boa parte das críticas direcionadas ao marxismo dizem respeito a ele constituir uma análise sistemática que visa o universal e o racional, os estudos culturalistas pós-coloniais e/ou pós-modernos pecam, de acordo com

Eagleton (2003), por tentarem desvincular a determinação realizada pela política e economia na perspectiva cultural e a não valorização do estudo dos conflitos e contradições sociais.

Para ele, ao criticar a totalidade e universalidade muitos dos discursos vinculados a pós-modernidade[5] construíram suas perspectivas afirmando o mundo "[...] como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas". (EAGLETON, 1998: 7). Entretanto, afirmar o mundo como imprevisível não anulou a existência dos conflitos e da relação de sujeição entre classes sociais, instituições políticas e sistemas econômicos e foi justamente a recusa dessa existência que acabou por intensificar estes conflitos.

Além disso, afirmar que as culturas possuem o mesmo valor não anula a existência da contradição e disputa entre e dentro das culturas, como também não foi acreditando que a totalidade não existia que esta mesma totalidade deixou de existir e tampouco foi tentando desacreditar o paradigma do materialismo histórico que se tornou possível encerrar o conflito de classes. Neste sentido,

> [...] algumas pessoas carecem de compreender a maneira pela qual sua situação específica se entrelaça com um contexto mais amplo, cuja lógica contribui para determinar seus destinos. Todas as totalidades derivam de situações altamente peculiares, e temos aqui um dos vários aspectos que iremos examinar em que a universalidade e a diferença ou especificidade não se constituem de forma alguma simples opostos. [...] Ninguém, por certo, jamais *viu* um sistema, como ninguém bateu com os olhos no id de Freud, na Universidade de Cambridge ou no Fundo de Assistência à Criança; mas parece precipitado e temerário concluir disso que nenhum deles existe. (EAGLETON, 1998: 18).

Negar a totalidade em virtude de um relativismo cultural, afirmar que todas as relações se dão no âmbito da cultura e contrapor o universal ao particular não aprofunda a análise da sociedade e nem anula a importância que o materialismo

---

[5] Terry Eagleton (1998: 7) entenderá como pós-modernismo: "um estilo de cultura que reflete um pouco essa mudança memorável por meio de uma arte superficial, descentrada, infundada, autorreflexiva, divertida, caudatária, eclética e pluralista, que obscurece as fronteiras entre a cultura 'elitista' e a cultura 'popular', bem como entre a arte a experiência cotidiana." E especialmente sobre uma possível generalização de múltiplas perspectivas teóricas vinculadas a uma pós-modernidade, ele prossegue afirmando que "[...] pode acontecer de um determinado teórico haver, em sua obra, questionado ou mesmo rejeitado algumas das visões que atribuo ao pós-modernismo de um modo geral; todavia, elas constituem um tipo de sabedoria reconhecida, e neste sentido não me considero culpado de paródia excessiva." (EAGLETON, 1998: 8).

histórico ainda exerce como uma importante ferramenta teórico e metodológica para a compreensão histórica e dos conflitos sociais, até porque estes continuam ocorrendo na realidade seja em nível local, regional, nacional ou global.

E pensar a cultura como o conjunto de modos de vida é muito interessante, mas não pode ser vista como algo em si. É necessário pensar não apenas a forma como as pessoas experienciam o mundo e sim como elas se relacionam e de que maneira estes diversos modos de vida convergem, divergem e sofrem influências políticas e econômicas internas e externas. Para isso, é importante que a cultura seja analisada a partir da relação entre geral e particular, entre vontades e determinações, discursos e práticas e estrutura e ação humana no conjunto das relações materiais de produção.

O conceito de cultura no materialismo cultural é histórico, e por tal está imbricado em relações de conflito. A cultura aqui não é vista como o valor positivo ou negativo em si, mas sim como o conjunto das experiências que são permeadas de questões políticas e econômicas, desenvolvidas no conjunto das relações e modos de produção (que muitas vezes estão alheios à vontade e/ou consciência de determinados grupos sociais). Defendemos então que a cultura, de um modo geral, representa a constante disputa pelo poder e hegemonia, uma disputa que muitas vezes se materializa não apenas na cultura como ainda a partir dela. Com isso se faz necessário ver a cultura de forma interligada entre as demais dinâmicas das relações sociais.

Em geral, ao estudar os modos de vida de um dado grupo, marxistas como Gramsci, Williams e Thompson observam a luz de um materialismo histórico, como se constituem as relações sociais de uma forma concreta e visando uma abordagem completa, ou seja, observando-se as dimensões culturais, políticas, econômicas e sociais de modo integrado. A cultura não é analisada como algo isolado, ao contrário, a análise da cultura é importante no sentindo de possibilitar uma ampla compreensão sobre a sociedade e sua história.

Quando teóricos como Gramsci e os pensadores da *New Left* pensam sobre a cultura, o fazem como forma de observar o conflito social e as contradições inerentes à construção de discursos hegemônicos. Além disso, analisam a cultura não apenas para compreender o mundo analisado como ainda para construir formas para desconstruir os projetos de controle e homogeneização do estudo social, visando-o

transformá-lo a partir da tomada da consciência de classe. E como menciona Gramsci (2004: 57-58),

> É preciso perder o hábito e deixar de conceber a cultura como saber enciclopédico, no qual o homem é visto apenas sob uma forma de um recipiente a encher e entupir de dados empíricos, de fatos brutos e desconexos, que ele depois deverá classificar em seu cérebro como nas colunas de um dicionário, para poder em seguida, em cada ocasião concreta, responder aos vários estímulos do mundo exterior. [...] A cultura é algo bem diverso. É organização, disciplina do próprio eu interior, apropriação da própria personalidade, conquista de consciência superior: e é graças a isso que alguém consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e seus próprios deveres. Mas nada disso pode ocorrer por evolução espontânea [...] essa consciência se forma não sob a pressão brutal das necessidades fisiológicas, mas através da reflexão inteligente [...].

A abordagem da cultura não se faz, neste sentido, como forma de contemplar o conjunto da produção humana e sim, como um espaço de luta, de apropriação, controle e ainda de transformação social. Conceitos como o de materialismo cultural, hegemonia e classe são importantes como forma de estudar a totalidade das relações sociais. Ao lutar contra uma visão idealista e abstrata da cultura, tal como se ela estivesse descolada das relações materiais e ainda contra uma visão de cultura homogênea, Gramsci, Thompson e Williams defendiam a observação da cultura como parte ativa nas relações sociais. Sobre Raymond Williams, Cevasco (2001: 141) pontua que,

> [...] o projeto intelectual de Williams: encontrar formas de analisar a cultura como um modo de pensar a totalidade social. A questão então é apontar os problemas e falhas, e estruturar um outro ponto de vista teórico que possibilite esclarecer como se dá a ligação entre o que se designa por 'cultura e sociedade'. O fundamental aí é estabelecer uma teoria da cultura como o estudo das *relações* entre elementos que formam um todo, o modo de vida de uma sociedade.

Ao definir a cultura como aspecto constituinte das relações materiais, é importante compreender que as relações materiais não são apenas aquelas de viés econômico, como ainda tudo que diz respeito às relações sociais, a totalidade histórica. A cultura, como o local do simbólico, é material. Neste ponto, não há uma dicotomia entre material x simbólico. O símbolo se torna material no sentido em que atua, cria sentidos, experiências e conflitos na sociedade.

Neste sentido, um importante conceito é discutido por Gramsci: hegemonia. Observando as relações sociais e o conjunto dos modos de vida como um todo,

Gramsci analisa os conflitos entre classes, apresentando o conceito de hegemonia como a direção política, moral, cultural e ideológica por parte de um grupo em detrimento dos demais segmentos da sociedade civil. Notadamente a partir da cultura e da política, a luta pelo controle hegemônico da sociedade se torna a base para o entendimento das relações sociais.

> A grande contribuição de Gramsci foi ter enfatizado a hegemonia, bem como tê-la compreendido como uma profundidade que creio ser rara. Pois a hegemonia supõe a existência de algo verdadeiramente total, não apenas secundário ou superestrutural, como no sentido fraco de ideologia, mas que é vivido em tal profundidade, que satura a sociedade a tal ponto e que, como Gramsci o coloca, constitui mesmo a substância e o limite do senso comum para muitas pessoas sob sua influência, de maneira que corresponde à realidade da experiência social muito mais nitidamente do que qualquer noção derivada da fórmula de base e superestrutura. (WILLIAMS, 2011b: 51-52)

Ao trabalhar o conceito de hegemonia, Gramsci o faz como forma de compreender as relações de conflito na sociedade. A hegemonia atua não apenas em nível econômico, como ainda político e sobre o modo de pensar. De tal modo, observar a disputa pela hegemonia entre os segmentos sociais possibilita uma compreensão ampliada entre sociedade civil e sociedade política, integrando-se a análise dos aspectos culturais, políticos e econômicos e a importância do sujeito histórico.

Em suma, a proposta apresentada por Gramsci e dos pensadores marxistas da *New Left* se constitui a partir do estudo da realidade concreta, das experiências, não limitando a pesquisa à uma resposta antecipada por meio da teoria. É o enfoque da cultura, nos moldes de Williams (2011a), como local de construção dos sentidos, apropriado por atores sociais e com efeitos diversos. De tal modo, o objetivo é analisar estes sentidos, estes atores e esses efeitos para compreender a sociedade, as relações de conflito e o papel ativo dos sujeitos históricos.

Três importantes afirmações se materializam aqui a partir das reflexões marxistas de Gramsci e os pensadores da *New Left*: a necessidade em historiar o pensamento marxista; compreender a construção e significado do conceito de cultura, classe, hegemonia e totalidade junto à uma proposta de materialismo cultural; e por fim, a importância em observar a cultura de forma integrada com as demais dimensões das relações sociais, como forma de abordar o conjunto total dos modos de vida e da luta de classes.

Ao escolher estes referenciais o fizemos no sentido em que ao focalizar nosso objeto de estudo (a prática do futebol), seja-nos possível observar esta manifestação cultural no conjunto das relações materiais, enfatizando ainda os conflitos sociais à luz da concretude histórica. Acreditamos ainda na importância de, a partir da análise do materialismo cultural, compreender os conflitos entre os grupos sociais e a função do sujeito histórico, estabelecendo uma reflexão que possa problematizar o ideário sobre o futebol e o nacionalismo, pensando ainda na relação complexa entre discurso e prática cultural e seu papel de destaque como forma de observar a sociedade.

Não temos aqui o objetivo de enaltecer a figura do futebol como um valor positivo em si, mas ignorar sua importância é algo que nenhuma pesquisa sobre o tema pode realizar. Assim, algumas questões se materializam para a pesquisa acadêmica sobre este esporte: O futebol exerce, de fato, alguma importância nas sociedades modernas, especialmente no Brasil? Se sim, por que e como isto se deu? E quais as implicações disto?

## 1.2 FUTEBOL E SOCIEDADE

> "Vai começar o futebol, pois é, com muita garra e emoção. São onze de cá, onze de lá e o bate-bola do meu coração. É a bola, é a bola, é a bola é a bola e o gol! Numa jogada emocionante o nosso time venceu por um a zero e a torcida vibrou. Vamos lembrar a velha história desse esporte. Começou na Inglaterra e foi parar no Japão. Habilidade, tiro cruzado, mete a cabeça, toca de lado, não vale é pegar a bola com mão e o mundo inteiro se encantou com esta arte [...]" (Nelson Angelo, 1993).

Com a vitória da seleção brasileira, jogando contra o Uruguai no campeonato sulamericano em 1919, Pixinguinha e Benedito Lacerda compuseram o chorinho "Um a zero", que em 1993 ganharia letra composta por Nelson Ângelo (XAVIER, 2009). A letra narrava o fenômeno do futebol, especialmente enfatizando uma de suas maiores características: sua trajetória de conquista do apelo social e de um forte teor de construção de dramaticidade nos mais variados países do mundo, inclusive no Brasil. Além disso, a própria composição do instrumental de "um a zero" em 1919 já mostrava a importância que este esporte dimensionava não apenas para aqueles que o jogavam, como ainda para quem acompanhava os jogos de futebol e a relevância que uma partida podia exercer na sociedade.

Na atualidade podemos elencar exemplos diversos que comprovam a importância social do futebol, tal como enfatizado na canção, e ainda podemos incluir

uma relevância política e econômica que esta prática cultural (seja como esporte ou lazer) adquiriu com sua trajetória ao longo do século XX. Na sua condição institucionalizada, conforme aponta Vasconcellos (2009), o órgão máximo de gestão da prática do futebol possui uma quantidade de países filiados superior[6] a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Copa do Mundo de Futebol é um dos eventos internacionais de maior alcance e projeção política e econômica no cenário atual.

No campo sociológico, Elias e Dunning (1992) e Bourdieu (2003, 2004) podem ser citados como importantes teóricos cujas atenções se voltaram, notadamente nas últimas décadas do século XX, para a percepção da importância que o esporte, e em especial o futebol, pode exercer nas sociedades modernas. Para isso, romperam com as limitações teóricas que anulavam ou desconsideravam a relevância que o esporte (e a própria prática lúdica) exerce nas relações socialmente estabelecidas.

> [...] no tempo em que os contornos básicos da moderna sociologia se estabeleceram, tal como a raça, o desporte não era – ou, mais propriamente, não era considerado pelos "fundadores" – o espaço de problemas sociais sérios. Além disso, muitos teriam argumentado que o desporto, também, não constituía nem uma propriedade básica nem universal do "sistema social". Contudo, embora as estruturas destas actividades e o seu significado variem para aqueles que nelas participam, até hoje nenhuma sociedade humana existiu que não tivesse algo de equivalente ao desporto moderno. (ELIAS e DUNNING, 1992: 15).

Ao enfatizarem a importância, variedades e semelhanças da prática esportiva nos mais diversos contextos sociais, estes autores passaram a relacionar o esporte com a análise da sociedade. Huizinga (2000) destaca-se também por mostrar a prática lúdica (na qual os esportes se inserem) como elemento fundamental nas relações humanas ao longo de toda sua trajetória. E embora os objetivos, aporte teórico e as conclusões a que chegam os autores citados sejam diferentes, é salutar mencioná-los aqui por terem suscitado a importância para a análise da prática lúdica, em especial o esporte (e o futebol) para a construção de um estudo que possa contemplar esta importante categoria das relações sociais.

Entretanto, em nossa pesquisa, algumas propostas serão abordadas e consideradas de forma mais efetiva e com o objetivo de historiar os conceitos e

---

[6] Enquanto a ONU possui 193 países filiados, a FIFA reconhece em seus quadros a quantidade de 209 países aptos para competirem nos eventos organizados por ela ou pelas confederações continentais e nacionais ligadas a ela.

trajetória da análise da relação entre futebol e sociedade. Dentre elas, Bourdieu (2003) enfatiza o surgimento do esporte moderno vinculando-o aos ideários da modernidade e da sociedade que se constituía ao longo do século XIX. Os princípios da higienização, urbanização e embelezamento não se constituía apenas para os espaços, como ainda para os grupos sociais mais abastados, refletindo numa busca pelo controle do corpo e mente (*mens sana in corpore sano)*, onde esporte surge neste processo como um importante holofote da vida moderna e *civilizada* e socialmente distinta.

É neste contexto que Melo (2010a: 95) aponta para o surgimento do processo de "esportivização" da sociedade,

> Talvez possamos mesmo falar de um processo de "esportivização" da sociedade, isso é, a adoção de determinadas características da prática esportiva moderna como pressupostos generalizados. Obviamente que o inverso também é claramente observado: o esporte passa a servir como fórum de dramatização dos conflitos de ordem política, social, econômica, cultural.

Esta ideia vincula o esporte à vida e a vida ao esporte, estabelecendo um maior estreitamento entre os aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais que são refletidos, reconstituídos e/ou transformados por meio das práticas esportivas, com isso, compreender as relações que se desenrolam no campo esportivo são importantes, pois possibilitam a compreensão da sociedade que o pratica. Neste contexto, Levine (1992: 81) afima que "*after all, sport is a metaphor for social dynamics. Sport is accessible. It touches nearly everyone in society, and it more egalitarin than most other social institutions. It offers a mirror to se ourselves* […]".

Em sua análise, Levine (1992) trabalha a importância que o esporte exerce na sociedade moderna e ao estabelecer a noção de metáfora, o faz no sentido de mostrar a correlação entre a prática esportiva e a sociedade/grupo na qual ela é realizada. Ao longo de sua pesquisa, ele mostra o quanto o esporte, de um modo geral, influencia na formação social dos indivíduos (citando o exemplo, entre outros, de Fidel Castro) e ainda aborda a possibilidade do esporte em atenuar ou intensificar questões sociais, políticas e econômicas (questões de gênero, violência, competitividade, entre outras).

Especialmente em relação ao futebol, Giulianotti (2010: 8) afirma que "em qualquer lugar, o futebol nos fornece uma espécie de mapa cultural, uma representação metafórica, que melhora nossa compreensão daquela sociedade". Com base nisso, ele defende ainda que o processo de difusão do futebol e as

características nas quais ele é praticado nos variados espaços ajuda a compreender as semelhanças e especificidades culturais dos grupos que praticam este esporte, tornando o futebol na qualidade de mapa cultural. Além disso, ele ainda defende que "os aspectos do futebol somente passam a ser significados quando colocados em seu contexto histórico e cultural. O futebol não é dependente nem sequer isolado das influências do meio mais amplo" (GIULIANOTTI, 2010: 12).

Franco Júnior (2007) também se apropria da noção de metáfora para analisar esta prática esportiva, afirmando ainda o futebol na condição de fenômeno cultural total. De tal modo, sua análise aborda o futebol como síntese da história brasileira (a partir do momento em que este esporte passou a ser praticado no Brasil) e ainda como metáfora sociológica, antropológica, religiosa, psicológica e linguística. Ele argumenta que,

> De fato, o futebol é metáfora de cada um dos planos essenciais do viver humano nas condições histórias e existências das últimas décadas [...] Imagem que mostra tanto a realidade externa (social, econômica e política) quanto a interna (anseios, medos, frustações, esperanças, alegrias). Como toda metáfora, uma coisa no lugar de outra, o futebol é sentido antes de ser compreendido, e no entanto, como toda metáfora, ele pode, e deve, ser também analítica e criticamente examinado. (FRANCO JÙNIOR, 2007: 166).

Com isso, podemos compreender o futebol como metáfora não por refletir em absoluto uma realidade externa e sim no sentido de que a partir do futebol é possível compreender a sociedade na qual essa prática se insere. O futebol internaliza questões externas, mas recodificando-as ao discurso e prática esportiva, influenciando o ambiente deste e outros arranjos de fora, possuindo ainda questões internas e específicas ao campo esportivo, tal como enfatizado por Bourdieu (2003, 2004).

Além disso, tal como aponta DaMatta (1982a, 1982b, 1994), é importante observar o papel desempenhado pelo futebol na condição de instituição multivocal e como espaço de dramatização da sociedade.

> Pois diferente de outras instituições, o futebol reúne muita coisa na sua invejável multivocalidade, já que é jogo e esporte, ritual e espetáculo, instrumento de disciplina das massas e evento prazeroso. [...] uma vocação complexa que permite entende-lo e vive-lo simultaneamente de muitos pontos de vista. Assim, embora o futebol seja uma atividade moderna, um espetáculo pago, produzido e realizado por profissionais da indústria cultural, dentro dos mais extremados objetivos capitalistas ou burgueses, ele, não obstante, também orquestra componentes cívicos básicos, identidades sociais importantes, valores culturais profundos e gostos individuais singulares. No

> fundo, o futebol prova que se pode acasalar – e acasalar muito bem – valores culturais locais, nascidos de uma visão de mundo tradicional e particularista, com uma lógica moderna e universalista. (DAMATTA, 1994: 12).

Aqui as narrativas de cunho utilitaristas[7] acabam perdendo boa parte da complexidade desempenhada pelo futebol, posto que ele não deve ser vinculado de forma absoluta apenas a uma única forma de apropriação, pois como argumenta Giulianotti (2010: 33) "nitidamente, o futebol 'procura cumprir funções e servir muitos senhores' [...] esses incluem jogadores amadores, espectadores, clubes particulares, patrocinadores, novos mercados de futebol, diferentes governos e sistemas sociais". Além disso, a importância atribuída a determinados clubes de futebol e selecionados nacionais não se dá apenas pelo fim em si da prática esportiva (a vitória), existem questões múltiplas (externas e internas) que atuam para dimensionar a complexidade do futebol.

Além disso, ao considerar o futebol como espaço para dramatização da dinâmica social, DaMatta (1982b:29) o faz devido "a sua capacidade de chamar atenção, revelar, representar e descobrir relações, valores e ideologias que podem estar em estado de latência ou de virtualidade num dado sistema social". Entretanto, ele chama atenção ainda para a importância que o futebol tem de não apenas revelar questões, como ainda ocultar outras, sendo necessário observar a existências de interditos na prática deste esporte (e na própria sociedade).

E para analisar o futebol, especialmente o futebol brasileiro, Wisnik (2008) enfatiza a necessidade em observar este esporte a partir de sua experiência total, ou seja, analisando a prática propriamente dita (campo esportivo) como ainda as questões econômicas, sociais e políticas (aspectos de fora) que interferem no campo. Além disso, o autor menciona a importância em evitar uma consideração valorativa do futebol (algo que vincule um valor positivo ou negativo intrínseco a prática em si), e tal como enfatizado por outros autores, ele ressalta que "o futebol é o esporte que comporta múltiplos registros, sintaxes diversas, estilos diferentes e opostos e gêneros narrativos, a ponto de parecer conter vários jogos dentro de um único jogo". (WISNIK,

---

[7] Elias e Dunning (1992) analisam a utilidade do lazer e das atividades esportivas ao se constituírem como espaços de alívio das repressões, normas e controles sociais. Com isso, vinculam este fenômeno como parte integrada ao princípio civilizador, tendo seu funcionamento vinculado apenas a este processo. Nesta perspectiva, o lazer de um modo geral teria um aspecto utilitarista que corresponderia a espaços de catarses, formas de extravasamento (excitação) que possibilitassem o estabelecimento de uma sociedade harmônica cujos excessos seriam apenas limitados as práticas lúdicas, a exemplo do futebol.

2008: 14). E ainda, ao relacionar a prática e os discursos sobre o futebol em relação à estética (gêneros narrativos), este autor amplia a visão do futebol como dramatizador da sociedade, estabelecendo que ele também admite o épico, o lírico, o trágico, o paródico e o cômico.

Com isso o futebol, seja como esporte ou prática lúdica, ou recodificando questões sociais, políticas, econômicas, culturais e representando-se na qualidade de gêneros literários, foi resumido por Guedes (2006) na categoria de uma instituição zero. A representação do zero com o futebol se justifica, de acordo com Guedes (2006: 17) porque "o zero é a ausência de significado, mas não é a ausência de significado propriamente, é uma exigência de significado. O zero na verdade é um veículo, essa ideia que o futebol seria um veículo que transmitira significados positivos e negativos".

Ela defende que o futebol, tal como o zero, deve ser visto como equivalente ao neutro (não tendo um único valor/função intrínseco em si), mas que dependendo da função desempenhada (e do contexto específico) exerce e dimensiona valores diferentes. Além disso, Guedes (2002) considera que para observar estas variáveis se faz necessário analisar as práticas e ainda os debates em torno do campo de futebol.

Além das conceituações acima estabelecidas, Archetti (2003) ao analisar o tango, o polo e o futebol argentino e a construção de identidades, constitui a vinculação destas práticas culturais na categoria de zonas livres, ou seja, lugares que possuem maior fluidez, menos limites e controles em relação as instituições públicas, enfatizando que,

> Las tendencias ordenadoras de la sociedad están relacionadas con instituciones públicas como la escuela, el servicio militar, el trabajo, las ceremonias públicas y los rituales de nacionalidad. Las zonas "libres", como las propiedades anti-estructurales de la liminaridad y lo sacramental híbrido en el trabajo de Turner (1967), permiten la articulación de lenguajes y prácticas que pueden desafiar un dominio público oficial y puritano. Las zonas "libres" son espacios para la mezcla, la aparición de híbridos, la sexualidad y la exaltación de desempeños físicos. En las sociedades modernas, el deporte, los juegos y el baile son sítios privilegiados para el análise de la libertad y la creatividad cultural. (ARCHETTI, 2003: 42).

O futebol assume a condição de zona livre não necessariamente por não exercer nenhum tipo de controle e sim por não estar limitado em absoluto aos condicionantes da relação social, consistindo em espaço em que é possível inferir não apenas as formas de sujeição como ainda as resistências, liberdades e variedades culturais.

De tal modo, nas pesquisas acadêmicas e nas sociedades em que é praticado, o futebol assume diferentes papeis, funções e objetivos. Entretanto, todas as perspectivas se aproximam no sentido em que observam o esporte e especialmente o futebol na condição de importante prática para a análise da sociedade em seus variados níveis, sentidos e contextos. Com isso, o futebol pode ser metáfora da dinâmica social, mapa cultural, instituição cultural total, instituição zero, zona livre, estilo épico, paródico, cômico, lírico, trágico e dramatizador da sociedade. E citando mais um trecho da letra do chorinho “Um a zero”, o futebol “é coisa séria, é brincadeira. Bola vai e volta, vem brilhando no ar”.

A bola narrada na letra de Ângelo para “Um a zero” de Pixinguinha interpretamos aqui como o futebol brasileiro, e cabe-nos agora historiar esse “vai e volta” do jogo de bola no Brasil, especialmente neste tópico as duas primeiras décadas de *foot-ball* brasileiro no século XX, entre prática e discurso, diversão e competição, um jogo que é coisa séria e brincadeira (um de cada vez ou dois ao mesmo tempo).

### 1.2.1 Invenção das tradições e o futebol brasileiro

Se o futebol é metáfora da dimensão social, compreender os discursos e a prática do futebol é fundamental para o entendimento nas diversas sociedades que o pratica, nos seus mais variados níveis. Entretanto, para isso se faz necessário analisar que este esporte possui historicidade e o que entendemos e valorizamos na prática do futebol atual é um resultado de disputas temporal e espacialmente constituídas, contando ainda com variedades sociais, políticas e econômicas.

Ao longo de toda a segunda metade do século XX, tornou-se comum no Brasil o vínculo entre futebol e identidade, seja ela nacional ou local (vinculada a clubes de futebol). Nelson Rodrigues (2013) foi um dos principais intelectuais responsáveis por vincular o discurso nacionalista com o futebol, estreitando a prática deste esporte com o *ser* brasileiro. Seja com a noção “pátria de chuteiras”, como forma de enaltecer a brasilidade por meio de um estilo único e especial de jogar (algo que, nas considerações do referido escritor, diferenciava o Brasil do restante dos países) ou então com a reflexão dos limites à nação vitoriosa, a “síndrome dos vira-latas”, o futebol foi narrado por ele como forma de analisar a sociedade brasileira.

Entretanto, se o futebol se tornou um fenômeno da identidade nacional, o mesmo se deu com disputas internas (no campo esportivo) e externas (intelectuais,

organizações públicas e privadas) que transformaram o *foot-ball* de origem britânica em futebol brasileiro. Mas como esse processo se constituiu? E quais são as características do futebol brasileiro ao longo de sua trajetória neste país?

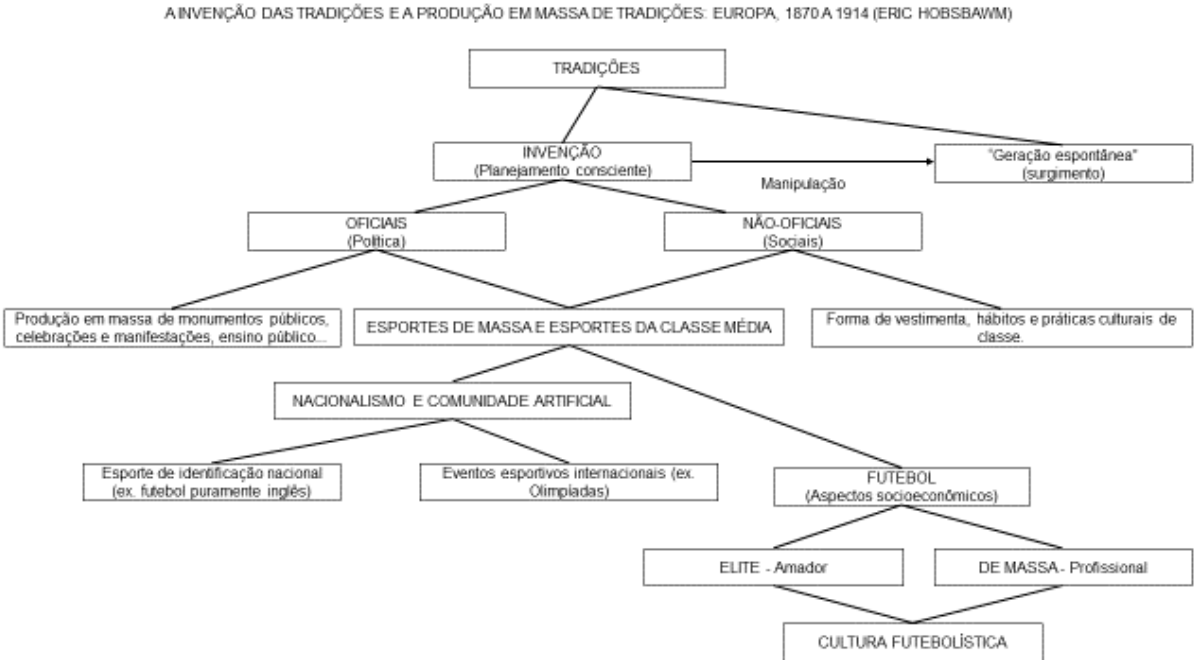
Estas questões são importantes no sentido em que suscitam a necessidade de investigar historicamente o futebol, e mais do que isso, vinculando cultura e sociedade em perspectiva do materialismo histórico, observando não uma construção linear deste processo histórico e sim considerando as rupturas e transformações no futebol e as disputas entre classes e instituições pelo controle hegemônico da prática e do discurso (tradição) do futebol.

O processo de invenção de tradições se torna uma importante estratégia para a compreensão da relação futebol e identidade no Brasil. De acordo com Hobsbawm (2012a: 12)

> Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

Desta forma, a construção de tradições diz respeito não a um passado remoto, e sim ao processo de invenção de sentidos que passam a referenciar determinados hábitos de vida, gerando uma identidade (seja local, regional, nacional ou de grupos) e coesão social. Hobsbawm (2012b) ao analisar a invenção de tradições na Europa ao longo dos anos de 1870 a 1914 estabelece importantes considerações sobre o processo de definição e desenvolvimento de tradições neste momento histórico, onde “grupos sociais, ambientes e contextos sociais inteiramente novos, ou velhos, mas incrivelmente transformados, exigiam novos instrumentos que assegurassem ou expressassem identidade e coesão social, e que estruturassem relações sociais”. (HOBSBAWM, 2012b: 327).

Figura 1: fluxograma das categorias analisadas por Hobsbawm (2012b).




Fonte: fluxograma próprio feito com base nos apontamentos de Hobswbawm (2012b).

O referido historiador enfatiza que as tradições podem ter sua formação derivada de um processo de invenção (planejamento) ou então podem ser fruto de uma “geração espontânea” (surgimento inconsciente). Notadamente nos anos de 1870 a 1914, ele menciona a construção de tradições inventadas que em muitos casos manipularam e apropriaram aspectos de tradições “espontâneas”, formando tradições inventadas (oficiais ou não-oficiais).

As tradições inventadas oficiais dizem respeito àquelas de cunho enfaticamente político (produção em massa de monumentos públicos, celebrações públicas, manifestações partidárias, ensino público, construção de símbolos de enaltecimento a nação) enquanto as não-oficiais são notadamente sociais (forma de vestimenta, hábitos e práticas culturais de classe). Entretanto, existem ainda as tradições inventadas que agregam questões políticas e sociais e Hobsbawm (2012b) afirma como um importante exemplo disto os esportes da classe média e os esportes de massa, no qual se destacou o futebol.

Especialmente no período de transição do século XIX para o século XX, Hobsbawm (2012b) menciona uma apropriação específica do futebol na Inglaterra como uma tradição inventada: a relação futebol e identidade nacional e comunidades artificiais (a exemplo da tradição de um futebol genuinamente inglês). Ele menciona

ainda a emergência de eventos esportivos internacionais onde os países competiam entre si, enfatizando suas vitórias no campo esportivo na condição de destaque para a própria nacionalidade.

De um modo geral, o futebol ganhou importância por ser apropriado por classes e contextos diferentes, refletindo e ainda dando novos arranjos para questões sociais e políticas. Segundo Hobsbawm (2012b: 258)

> [...] o futebol funcionava numa escala local e nacional ao mesmo tempo, de forma que o tópico das partidas do dia forneceria uma base comum para conversa entre praticamente qualquer par de operários do sexo masculino na Inglaterra ou Escócia, e alguns jogadores artilheiros representavam um ponto de referência comum a todos.

Primeiramente na Inglaterra e depois amplamente disseminado nas mais variadas regiões do mundo, o futebol se tornou um objeto multidimensional sendo apropriado em diversas dimensões e ainda se veiculando como uma prática cultural de comunicação/diálogo entre sociedades.

Especialmente em meados da segunda metade do século XIX, Hobsbawm narra ainda o processo de desenvolvimento do futebol inglês em seus aspectos socioeconômicos, características estas que, salvaguardando as devidas proporções, consistiu na grande tradição histórica sobre o futebol em escala mundial. Para isso, ele aborda o processo de formação da cultura futebolística a partir da construção do futebol em duas vertentes antagônicas: primeiramente sob comando das classes médias inglesas, consistindo num esporte de elite e amador e na sequência, com a apropriação deste esporte pelas classes menos abastadas, no processo de profissionalização e massificação desta prática esportiva.

Giulianotti (2010) de forma semelhante divide sua pesquisa sobre o futebol em três periodizações: futebol tradicional, futebol moderno (e nacional) e futebol pós-moderno (global). Notadamente sobre os dois primeiros, ele aponta que são tipos de identificação social vinculados a ideia de classe, localidade e nação; o primeiro estreitamente relacionado às elites e o segundo como uma prática nacionalmente reconhecida entre as mais variadas classes sociais.

Além disso, comparando a tradição inglesa do futebol em relação a outros países, Hobsbawm (2012b: 359) menciona que:

> Ao que parece, o esporte, importado da Grã-Bretanha, permaneceu monopolizado pela classe média por muito mais tempo que em seu país de origem, mas sob outros aspectos a atração que o futebol exercia sobre a classe operária, a substituição do futebol da classe média (amador) pelo plebeu (profissional) e a ascensão da identificação das massas urbanas com os clubes, desenvolveram-se de modos semelhantes.

No Brasil, a literatura sobre o tema mostra especialmente ao longo da primeira metade do século XX a existência e concorrência de dois grandes discursos sobre a prática do futebol, que acabaram por refletir um fenômeno que ocorria em outros países, a exemplo das considerações de Hobsbawm (2012b). São discursos que se baseiam em uma dicotomia permeada por questões socioculturais, econômicas e políticas. De um lado o discurso da modernidade, da defesa do amadorismo pelas classes mais abastadas e por outro lado o discurso da nacionalidade, do profissionalismo e do enaltecimento da figura dos jogadores negros (justamente como forma de enfatizar o discurso nacional e de uma democracia racial brasileira) e a ampliação do acesso ao futebol pelas classes subalternas.

Se na atualidade, conforme já pontuamos, é comum a ideia de uma tradição de um futebol genuinamente brasileiro, ao analisar o processo de inserção desta prática esportiva no Brasil podemos observar que esta tradição foi construída e ganhou maior destaque notadamente a partir da década de 1930 e antes deste período outro discurso sobre esta prática possuía uma condição hegemônica na sociedade. Voltemos então ao período de constituição da prática esportiva do futebol no Brasil.

### 1.2.2 *Foot-ball* no Brasil

Oscar Cox, Charles Miller, imigrantes ingleses… quem trouxe o *foot-ball* (futebol) ao Brasil? Enquanto parte da literatura sobre a inserção do futebol em terras brasileiras diverge entre qual mito de origem é o mais legítimo, sobre quem trouxe a primeira bola de *foot-ball* ou quem realizou os primeiros jogos desta modalidade em solo brasileiro, optamos por evitar tal discussão e trabalhamos como marco inicial para nosso estudo não necessariamente pontuando quem ou onde houve o primeiro jogo de *foot-ball*, e sim o momento de criação e institucionalização dos clubes de futebol e o início de competições oficiais, seguindo as normas da *Football Association* e posteriormente, da FIFA.

Ainda no século XIX alguns clubes esportivos foram criados no Brasil, sejam com a própria nomenclatura do esporte ou vinculando-se a esportes específicos (regatas, tênis, turfe, críquete) entretanto, ao longo das primeiras décadas deste século o *foot-ball* se tornou em muitas destas associações esportivas a prática de maior destaque e reconhecimento entre os sócios e assistência dos clubes. Foi neste momento ainda que deu início a criação dos primeiros clubes cuja origem estava intrinsecamente relacionada à prática do *foot-ball*.

Tabela I – Data de fundação dos clubes de futebol[8] no Brasil até 1929[9]

| Nome do clube | Ano de fundação | Cidade-UF |
|---|---|---|
| São Paulo Atletic Club (atual São Paulo Futebol Clube) | 1888 | São Paulo – SP |
| Associação Atlética Mackenzie College | 1898 | São Paulo – SP |
| Sport Club Germânia (atual Esporte Clube Pinheiros) | 1899 | São Paulo – SP |
| Sport Club Internacional | 1899 | São Paulo – SP |
| Sport Club Rio Grande | 1900 | Rio Grande – RS |
| Associação Atlética Ponte Preta | 1900 | Campinas – SP |
| Esporte Clube 14 de Julho | 1902 | Santana do Livramento – RS |
| Fluminense *Football* Club | 1902 | Rio de Janeiro – RJ |
| Tuna Luso Brasileira | 1903 | Belém – PA |

[8] Os clubes com nomes esporte, clube, futebol tinham em sua origem as nomenclaturas sport, club, foot-ball (*foot-ball*), mas foram abrasileiradas ao longo do primeiro governo Vargas. Outros clubes são pontuados em sua nomenclatura inicial ou por serem clubes já extintos ou devido ao fato de que a conversão tenha mudado o nome do clube (por isso, seguido destes explicitamos a atual nomenclatura do referido clube).

[9] Esporte Clube Vitória (1899), Clube de Regatas do Flamengo, Clube de Regatas Vasco da Gama, Clube Nautico Capibaribe (1901) o Remo (1905) tiveram sua fundação vinculadas a outro esporte, mas se destacaram na prática do *foot-ball* nos anos, respectivamente, 1901, 1912,...., 1909 e 1913.

| | | |
|---|---|---|
| Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense | 1903 | Porto Alegre – RS |
| Botafogo *Football* Club *Atual Botafogo Futebol e Regatas (fundido com o Club de Regatas Botafogo (1894) | 1904 | Rio de Janeiro – RJ |
| América *Football* Club | 1904 | Rio de Janeiro – RJ |
| Bangu Atlético Clube | 1904 | Rio de Janeiro – RJ |
| Sport Club Foot-Ball | 1904 | Belo Horizonte – MG |
| Sport Club Recife | 1905 | Recife – PE |
| Foot Ball Club Internacional de Bebedouro (atual Associação Atlética Internacional). | 1906 | Bebedouro – SP |
| Esporte Clube Ypiranga | 1906 | Salvador – BA |
| Guarany Futebol Clube | 1906 | Bagé – RS |
| Clube Atlético Pirassununguense | 1907 | Pirassununga – SP |
| Clube Atlético Mineiro | 1908 | Belo Horizonte – MG |
| Sport Club São Paulo | 1908 | Rio Grande – RS |
| Villa Nova Atlético Clube | 1908 | Nova Lima – MG |
| Esporte Clube Pelotas | 1908 | Pelotas – RS |
| Sport Club Penedense | 1909 | Penedo – AL |
| Sport Club Internacional | 1909 | Porto Alegre – RS |
| Rio Claro Futebol Clube | 1909 | Rio Claro – SP |
| Paulista Futebol Clube | 1909 | Jundiaíi – SP |
| Coritiba Foot Ball Club | 1909 | Curitiba – PR |
| Germânia | 1909 | São Paulo – SP |
| Clube Vasco da Gama* confirmar | 1909 | Manaus – AM |
| Esporte Clube Noroeste | 1910 | Bauru – SP |

| | | |
|---|---|---|
| Sport Club Corinthians Paulista | 1910 | São Paulo – SP |
| Guarani Futebol Clube | 1911 | Campinas – SP |
| Clube Esportivo Lajeadense | 1911 | Lajeado – RS |
| Esporte Clube Novo Hamburgo | 1911 | Novo Hamburgo – RS |
| Grêmio Esportivo Brasil | 1911 | Pelotas – RS |
| Comercial Futebol Clube | 1911 | Ribeirão Preto – SP |
| Santos Futebol Clube | 1912 | Santos – SP |
| Tupi *Football* Club | 1912 | Juiz de Fora – MG |
| Vitória Futebol Clube | 1912 | Vitória – ES |
| América Futebol Clube | 1912 | Belo Horizonte – MG |
| Operário Ferroviário Esporte Clube | 1912 | Ponta Grossa – PR |
| Clube de Regatas Brasil | 1912 | Maceió – AL |
| Nacional Futebol Clube | 1913 | Manaus – AM |
| Manaos Sporting Club | 1913 | Manaus – AM |
| Atletic Rio Negro Club | 1913 | Manaus – AM |
| Futebol Clube Santa Cruz | 1913 | Santa Cruz do Sul – RS |
| Esporte Clube São José | 1913 | Porto Alegre – RS |
| Rio Branco Atlético Clube | 1913 | Vitória – ES |
| Esporte Clube Juventude | 1913 | Caixas do Sul – RS |
| Centro Sportivo Alagoano | 1913 | Maceió – AL |
| União Futebol Clube | 1913 | Mogi das Cruzes – SP |
| Esporte Clube XV de Novembro (Piracicaba) | 1913 | Piracicaba – SP |
| Parnahyba Sport Club | 1913 | Parnaíba – Piauí |
| Rio Branco Sport Club | 1913 | Paranaguá – PR |
| Corumbaense Futebol Clube | 1914 | Corumbá – MS |
| Paysandu Sport Club | 1914 | Belém – PA |
| Santa Cruz Futebol Clube | 1914 | Recife – PE |

| | | |
|---|---|---|
| Ceará Sporting Club | 1914 | Fortaleza – CE |
| Madureira Esporte Clube | 1914 | Rio de Janeiro – RJ |
| Esporte Clube Taubaté | 1914 | Taubaté – SP |
| Societá Sportiva Palestra Itália (Atual Sociedade Esportiva Palmeiras) | 1914 | São Paulo – SP |
| União Agrícola Barbarense Futebol Clube | 1914 | Santa Bárbara d'Oeste – SP |
| América Futebol Clube | 1914 | Recife – PE |
| Democrata Futebol Clube | 1914 | Sete Lagoas – MG |
| Tomboense Futebol Clube | 1914 | Tombos – MG |
| Jabaquara Atlético Clube | 1914 | Santo – SP |
| Britânia Sport Club | 1914 | Curitiba – PR |
| União Sportiva | 1917 | Porto Velho – RO |
| Ypiranga Sport Club | 1919 | Porto Velho – RO |
| Rio Branco *Football* Club | 1919 | Rio Branco – AC |
| Societá Sportiva Palestra Itália (atual Cruzeiro Esporte Clube) | 1921 | Belo Horizonte – MG |
| Clube Atlético Paranaense | 1924 | Paraná |
| Clube Atlético Juventus | 1924 | São Paulo – SP |

Fonte: levantamento realizado pela pesquisadora

A fundação em massa de clubes esportivos voltados para a prática do *foot-ball* mostra a importância que este esporte passava a atribuir ainda nas primeiras décadas do século XX, nas mais variadas regiões do Brasil. Seja no ambiente urbano ou ainda rural, como o caso do União Agrícola Barbarense, e entre classes sociais e de nacionalidade diferentes.

Clubes vinculados a colônias portuguesas, a exemplo do Clube Vasco da Gama (Manaus-AM), Tuna Luso Brasileira (Belém-PA), Sport Club São Paulo (Rio Grande – RS), Clube de Regatas Vasco da Gama (Rio de Janeiro – RJ), colônias germânicas, referenciadas pelos Sport Club Germânia (São Paulo – SP) e Grêmio Foot-Ball Porto

Alegrense (Porto Alegre – RS), colônias italianas na figura dos clubes Guarani Futebol Clube (Campinas – SP) e dos clubes homônimos Societá Sportiva Palestra Itália (São Paulo – SP e Belo Horizonte – MG) e ainda por grupos de ingleses, cuja influência se deu de forma muito ampla entre boa parte dos clubes fundados na época, a exemplo do Manaos Sporting Club (Manaus – AM).

É importante mencionarmos ainda a existência de clubes vinculados a escolas e ainda aos operários e funcionários de fábricas e ferrovias (seja nacionais e/ou estrangeiros). Em relação os clubes criados em escolas, podemos mencionar o caso dos clubes Associação Atlética Mackenzie College (São Paulo – SP) formado por alunos da escola citada na nomenclatura do clube, e a Associação Atlética Ponte Preta (Campinas – SP), criada por alunos do colégio Culto a Ciência.

Em relação ao segundo caso, o Bangu Atlético Clube (Rio de Janeiro – RJ) tem sua origem vinculada a operários da Companhia Progresso Industrial do Brasil, o Villa Nova Atlético Clube (Nova Lima – MG) foi criado por trabalhadores ingleses da Saint John Del Rey Mining Company Limited., o Rio Claro Futebol Clube (Rio Claro – SP) e o Paulista Futebol Club (Jundiaí – SP) por trabalhadores da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, o Sport Club Corinthians Paulista (São Paulo – SP) é vinculado a operários do bairro Bom Retiro, o Esporte Club Novo Hamburgo (Novo Hamburgo – RS) é ligado aos trabalhadores da fábrica de calçados Adams e o Grêmio Esportivo Brasil (Pelotas – RS) a funcionários da Cervejaria Haertel. Neste contexto, Sevcenko (1994: 35) enfatiza que “um dos aspectos mais prodigiosos da história do futebol, desde suas origens, tem sido a rapidez extraordinária da expansão da sua popularidade dentre as massas populares, especialmente no contexto das cidades industriais”.

Como podemos observar, esta prática corporal institucionalizada esteve vinculada a questões socioculturais e econômicas desde sua inserção e apropriação inicial no Brasil, onde o *foot-ball* bretão se tornava uma das, senão a principal manifestação atlética no Brasil já nos seus primeiros anos de apropriação. Sevcenko (1994) aponta então dois grandes núcleos de formação da prática do *foot-ball* no Brasil, por um lado os trabalhadores de fábricas e estradas de ferro e por outro, os clubes e associações esportivas vinculadas a grupos da elite.

Entretanto, embora a prática do futebol, ainda *foot-ball*, já estivesse disseminada em boa parte do país e entre os mais variados grupos e nacionalidades, boa parte dos estudos sobre a história deste processo no início do século XX vinculam a análise do *foot-ball* com o controle deste esporte pelas elites, servindo como espaço

de distinção social e segregação identitária. Estes estudos associam o estudo do *foot-ball* brasileiro nos mesmos padrões mencionados por Hobsbawm (2012b) e Bourdieu (2003) em relação à Europa, observando os aspectos socioeconômicos daqueles que praticavam e controlavam o discurso hegemônico do futebol nas primeiras décadas de sua apropriação no Brasil.

Neste cenário, o fenômeno da modernidade, a Segunda Revolução Industrial e a entrada de capitais e empresas estrangeiras no Brasil nas décadas finais do século XIX impulsionaram a construção de uma nova consciência sociocultural e urbana nas regiões brasileiras. E foi especialmente as classes dominantes que desempenharam com mais destaque o papel de "importadores" de padrões de vida e costumes europeus no processo denominado por Needell (1993) como "Belle Epoque Tropical" em relação ao Rio de Janeiro e por Daou (2004) por "Belle Epoque Amazônica" em relação às cidades de Belém e Manaus.

As práticas culturais e corporais, especialmente os clubes esportivos, seriam vitrines para a ostentação de padrão de vida diferenciados e requintados. O remo, o críquete, o turfe, o tênis, a ginástica e ainda o futebol se tornaram veículos para discursos de distinção social e de culto ao corpo. No Rio de Janeiro, analisando a existência dos clubes em geral, Needell (1993: 164) afirma que,

> É inegável que estas instituições exerciam considerável influência sociopolítica. Elas serviam como cenário informal para que indivíduos e famílias ostentassem sua riqueza, exibissem sua posição sócio-econômica e revelassem em público sua cultura.

A nova elite carioca, urbana e formada por industriais, comerciantes, intelectuais e profissionais liberais necessitava de espaços e práticas que legitimassem sua visão de mundo, em detrimento das demais classes sociais. (MELO, 2010b). A valorização do urbano, do moderno e industrial contra o rural, tradicional e agrário se manifestava de forma mais concreta na emergência da valorização das práticas físicas que enfatizavam as potencialidades físicas dos jovens da elite (primeiro com o remo e depois com o *foot-ball*) ao invés do turfe (corridas a cavalo).

Este fenômeno ocorrido no Rio de Janeiro se dava ainda em diversas outras cidades do Brasil, muitas das quais surgiram justamente neste processo (a exemplo das cidades de Porto Velho e Belo Horizonte). O fenômeno da modernidade, vinculado com a urbanização dos espaços e inserção do capital industrial e comercial

estrangeiro criou e/ou deu novos arranjos para os espaços urbanos, culminando ainda na construção de novas características e objetivos para elites locais, muito mais suscetíveis ao discurso de valorização e reprodução dos aspectos socioculturais das grandes potências europeias da época. Na cidade de São Paulo, por exemplo, a própria elite cafeeira apropriou-se da prática dos esportes como forma de enaltecimento de classe. De acordo com Franzini (2010: 52)

> Daí por diante, mais e mais modalidades esportivas se ambientarão em São Paulo, trazidas pelos estrangeiros que se estabeleciam na cidade como representantes do capital "civilizador" ou pelos filhos da próspera elite dos barões do café, em contato direto e constante com as novidades do Velho Mundo.

O caráter "civilizador" tem nessa apropriação específica do esporte um importante baluarte, um espaço de reflexo e reprodução. Sendo para as elites, nas palavras de Lucena (2001: 11) "uma prática 'civilizada', por isso educada e educativa, em contraposição aos jogos tracionais vistos como parte da sociedade colonial e arcaica, fonte de emergência de atitudes rudes e primitivas".

Além disso, enquanto na Inglaterra do final do século XIX, o futebol já consistia num esporte de massa (conforme pontua Hobsbawm (2012b), as elites brasileiras estabeleceram uma apropriação deste esporte que tentava recuperar suas bases mais distintas, amadoras e elitizadas. De acordo com Pereira (2000: 40-41),

> Sem atentarem para a grande difusão do futebol no país que lhes servia de modelo, os *sportmen* cariocas transformaram um esporte praticado por operários das mais diversas procedências em um símbolo de elegância e sofisticação [...] A origem inglesa garantiria, assim, às atividades patrocinadas pelos clubes de futebol o caráter de verdadeiros eventos sociais, onde as altas rodas da sociedade carioca celebravam as novidades do Velho Mundo – não só em festas com o "*smoking-concert*" promovida em 1906 pelos sócios do Fluminense em comemoração ao aniversário do clube, mas também dentro dos estádios onde se realizavam suas partidas. Portando-se como os agentes da modernidade, espécie de porta-vozes da civilização, esses *sportmen* iam fazendo do *foot-ball* a sua própria marca. [...] atribuindo ao jogo o caráter mágico de transformar seus praticantes, dando a eles uma identidade particular que os converteria na vanguarda do cosmopolitismo na cidade.

Deste modo, o contexto no qual o esporte, especialmente o futebol, foi introduzido no Brasil diz respeito em grande medida ao processo de urbanização e ocupação efetiva das cidades brasileiras e os mais importantes veículos de comunicação da época (jornais) destacavam este processo sob controle das elites

(embora, como já pontuamos, estas não fossem as únicas a praticarem este esporte), enfatizado na afirmação de Guterman (2010: 17), ao enaltecer que no Brasil “o pedigree elistita do futebol permeava tudo, inclusive a estrutura do esporte”.

Além dos clubes, uma das mais importantes estratégias para controle do *foot-ball* pelas elites consistia, a exemplo da cidade do Rio de Janeiro, com a criação da Liga Metropolitana de Foot-ball que tinha justamente o objetivo de ser uma organização responsável por controlar as regras, os clubes e estipular quem poderia realizar a prática deste esporte.

> Construindo uma série de obstáculos para o reconhecimento dos clubes menores, incapazes de satisfazer as condições exigidas, a liga servia como um meio de definição mais clara do caráter que os *sportmen* dos clubes mais ricos da cidade tentavam dar ao jogo, prevenindo-se contra o movimento de difusão do futebol. [...] Indicando seu menosprezo pelo campeonato dos times de menor força, a diretoria da liga mostrava fazer da consolidação dos clubes de maior prestígio e dinheiro seu objetivo principal. (PEREIRA, 2000: 64)

Já em São Paulo,

> Os clubes atléticos e sociais de ‘boa família’ (SPAC, Mackenzie, Germânia, Paulistano, São Paulo da Floresta e outros) fechavam suas portas a quem não tivesse laços com a elite; por extensão, os campeonatos da Liga Paulista se restringiam a poucas equipes, todas vinculadas à fina flor da sociedade paulistana. (FRANZINI, 2010: 62)

A presença destacada dos segmentos das classes dominantes na criação das principais ligas e clubes foi a dinâmica em várias cidades brasileiras, além das já mencionadas Rio de Janeiro e São Paulo. Nas cidades de Santos, Juiz de Fora, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, Aracaju, Recife, Natal, Belém do Pará (MELO, 2010a) e ainda, Manaus e Porto Velho (OLIVEIRA, 2014, 2015), a emergência de clubes vinculados à elite consiste em parte significava da emergência de Ligas e clubes (sedes e locais de jogos), tanto pela capacidade de investimento, pelo apoio e divulgação na imprensa quanto pela criação de regras que impediam a participação de clubes vinculados a grupos subalternos nos principais campeonatos (estes sob controle efetivo das elites).

Especialmente em Manaus e Belém, Daou (2004) enfatiza que a economia da borracha e a abertura dos rios para a navegação internacional (ocorrida em 1867) possibilitou um maior transito de pessoas, mercadorias e discursos nas duas grandes

cidades da região amazônica, alçando papel de destaque o ideário da modernidade. Em Belém, Gaudêncio (2007:23) enfatiza que:

> Nesse contexto, a bola de futebol ganhou um simbolismo de culto ao corpo e de civilização que propagava o modelo europeu, ou seja, havia uma importação não somente de mercadorias mais de todo um caráter simbólico que acompanhava cada uma delas, encantando os sujeitos que não queriam estar de fora de todo esse processo de modernidade.

A prática esportiva e a formação de clubes, teatros e espaços de divulgação do *ethos* moderno e civilizado se desenvolveu nas duas cidades sob controle dos grupos mais abastados, estrangeiros ou brasileiros, que viam na prática do esporte, notadamente o futebol, um importante elemento de distinção social e/ou identidade social.

Em Porto Velho, por exemplo, a formação dos clubes esportivos (cuja principal atividade consistia na prática do futebol) esteve vinculada a classe dominante local, formada por segmentos das classes médias, comerciantes, funcionários públicos e trabalhadores do alto escalão da *Madeira Mamoré Railway Company*, cobrando-se taxas para filiação e mensalidades aos clubes e proibição dos usos do campo e sedes dos clubes por grupos não filiados. (OLIVEIRA, 2014).

Aqui é importante ainda mencionar o surgimento da cidade vinculado com a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, realizada por investidores estrangeiros e com forte nível migratório internacional. Com isso, Porto Velho é uma cidade que surge a partir do processo da segunda revolução industrial e que tem em sua formação um forte discurso de modernidade e civilização, cabendo à prática do *foot-ball* o destacado papel de representante deste movimento.

Ao descrever a prática do *foot-ball* na década de 1920 nesta cidade, Oliveira (2014: 43) enfatiza ainda que,

> A formação dos clubes ao longo dos anos finais da década 1910 e ao longo dos anos de 1920 constituiu a tônica do football local. Clubes como Ypiranga Sport Club (1919), União Sportiva (1916), Rio Madeira Sport Club (1920), Ultima Hora Football Club (1920), Luso Sporting Club (1921), Noroeste Sport Club e Brazil Sport Club foram os principais responsáveis por realizar a prática regular e organizada do football em Porto Velho. Estas organizações desportivas se formavam e se extinguiam anualmente com certa facilidade, permanecendo ativos ao longo dos anos de 1920 apenas alguns dos clubes acima listados, a exemplo do Ypiranga Sport Club, Brazil Sport Club, Noroeste e União Sportiva. É válido lembrar que muito embora boa parte dos clubes tenham tido pequena duração, os seus dirigentes e filiados rapidamente se inseriam em outras agremiações, revelando certo grau de

> rotatividade entre os membros das associações, num momento onde mais do que uma rivalidade exorbitante, o football seria justamente o espaço de agregação dos elementos distintos da sociedade portovelhense, discussão que retomaremos no tópico.
>
> Mantendo a grafia em inglês, justamente como uma ferramenta para ostentar esta prática como um elemento da modernidade e de valorização da cultura europeia (e anglo-saxônica), a denominação dos clubes variavam entre o "football club", "sport club" e outras nomenclaturas que relacionavam os clubes à prática esportiva. Todavia, em todas estas agremiações o esporte principal (e em geral, o único praticado) era justamente o football.

Desta forma, na cidade de Porto Velho, mesmo não consistindo numa região central da produção econômica brasileira, também se integrava a um contexto mais amplo e tinha no esporte, notadamente o futebol (ainda *foot-ball)* uma importante prática cultural e de distinção social. Seja como um esporte ou prática lúdica, de lazer e entretenimento, o *foot-ball* tornou-se em meados dos anos de 1920 uma das, senão a maior, prática cultural na cidade. Nos eventos e celebrações públicas ele seria o momento principal de comemoração, além disso os clubes de *foot-ball* seriam também espaços de sociabilidade entre os sócios e a prática deste esporte o evento cultural semanal mais comentado pelo jornal local.

Embora a prática deste esporte tenha sido vinculada no jornal "Alto Madeira" a partir da figura dos clubes (estando o próprio jornal vinculado à grupos hegemônicos na cidade), é possível observar que mesmo entre os não sócios a prática desta modalidade já vinha sendo realizada ao longo dos anos de 1920, o que acaba refletindo numa maior tentativa de segregação e distinção dos espaços de jogo por parte das diretorias dos clubes locais.

> A directoria do Ypiranga Sport Club tendo resolvido fazer alguns reparos em seu campo, pede-nos avisar que fica prohibido qualquer training de pessôas extranhas ao mesmo club, resolução esta tomada em sessão da sua Directoria, realizada em 16 do corrente. (JORNAL ALTO MADEIRA, 18 de janeiro de 1923, n. 591)

Nesta notícia do "Alto Madeira", a proibição do acesso e permanência de não sócios no campo do clube Ypiranga é um exemplo da tentativa de implementar a segregação dos espaços e das práticas culturais entre os grupos sociais na cidade de Porto Velho. Por um outro lado, notícias como essa ilustram ainda a capacidade que o *foot-ball* tinha em cativar pessoas de diversas categorias e contextos sociais, independentemente de estarem ou não filiadas a um clube.

Entretanto, o discurso hegemônico sobre a prática do *foot-ball* na cidade de Porto Velho esteve sob controle, conforme enfatizado, de um seleto grupo de esportistas e diretores dos clubes locais. Segundo Oliveira (2014: 73),

> A proibição consistia em importante fator para a segregação entre as classes sociais e os espaços em Porto Velho. Impedindo-se a utilização do campo do Ypiranga por um grupo que o jornal denomina de pessoas extranhas (sic), constitui-se uma importante estratégia de controle da prática institucionalizada do football. Tal como ressaltamos no tópico 2, a maioria dos jogos entres os clubes eram realizados no campo situado na praça 24 de janeiro, pertencente ao Ypiranga, e deste modo este lugar figurava como o principal espaço para a prática do football e proibindo a utilização do mesmo por elementos sociais que não estivessem inseridos em alguma organização clubista, deixa-se claro quem poderia utilizar os espaços construídos para a prática deste esporte. Além disso, em 1925 foi realizada a construção do muro ao redor deste campo, denominado a partir de então como "Stadium Paulo Saldanha", restringindo de maneira intensiva a presença de quem não estivesse associado ou não fizesse parte dos segmentos da classe dominante, passando-se ainda a cobrar a entrada para os jogos, limitando ainda mais a possibilidade não apenas de praticar o football, como também de assistir às partidas.

A apropriação do *foot-ball* pela classe dominante em Porto Velho se tornava um importante holofote regional para representação de uma cidade moderna, civilizada, europeizada e socialmente distinta. E se muito embora este discurso fosse limitado a uma realidade econômica e política periférica em relação ao restante do país, ao menos no âmbito cultural a elite local encontrou no *foot-ball*, tal como observável em outras regiões do país, uma forma de enaltecimento e segregação social.

Deste modo, esta ênfase numa tradição do futebol elitista foi tão intensa que ainda nos dias atuais, entre os mitos de origem do futebol brasileiro, dois vinculam a origem deste esporte a partir da figura de Charles Miller e Oscar Cox, jovens abastados na sociedade, respectivamente, paulista e carioca. Em contrapartida, o terceiro mito vinculado a prática do *foot-ball* entre operários ingleses tem sido refutado ou evitado por muitos estudiosos por falta de fontes ou, tal como realizamos aqui, por não consistir numa prática esportiva institucionalizada propriamente dita (não ter sido realizada por clubes nem com respeito integral às regras internacionais).

A análise sobre este processo em boa parte das narrativas destaca (em muito devido a maior disponibilidade de fontes) os espaços urbanos, principalmente as grandes cidades e capitais. Além disso, analisam o desenvolvimento deste processo à luz dos principais campeonatos, clubes e Ligas, instituições estas que estavam, em

sua maioria, sob controle das classes e personalidades mais abastadas, com condições para investir na prática amadora deste esporte. Por isso, estes estudos sobre o desenvolvimento inicial do que mais tarde chamaríamos de futebol enfatizaram de modo mais efetivo a apropriação do *foot-ball* amador vinculado às elites.

Entretanto, conforme já mencionamos, a prática elitista do futebol nas décadas iniciais do século XX não consistiu na única forma com a qual este esporte foi apropriado, embora tenha alçado condição hegemônica. Mas é vital observarmos a emergência dos clubes vinculados à classes trabalhadoras, mesmo que sua prática tenha sido menosprezada pelos clubes de elites e ligas estaduais. Neste cenário, Pereira (2000: 57) ao falar sobre os clubes nas periferias cariocas menciona que,

> Na região central ou nos arrabaldes, era intenso o ritmo de surgimento de novas agremiações [...] Tiraram das rodas esportivas elegantes da região central da cidade, com isso, o monopólio sobre o jogo – reelaborando, nos subúrbios e nos bairros mais pobres, a lógica que fazia dele um elemento diferenciador. [Além disso] Nos mesmos jogos nos quais o Fluminense juntava em suas arquibancadas uma juventude elegante e seleta, uma pequena multidão de curiosos divertia-se do lado de fora por sobre os telhados e muros apreciando os jogos dos jovens rapazes.

Além de criarem novos lugares de jogo e clubes para praticarem o futebol, os segmentos das classes menos favorecidas passaram ainda, notadamente a partir dos anos de 1910, a infiltrar-se nos espaços elitizados, inicialmente acompanhando os jogos e especialmente a partir da década de 1920, tornando-se atletas de muitos desses clubes. Em São Paulo, Franzini (2010: 62-63) enfatiza ainda que,

> Restava aos excluídos, então, organizarem-se entre si: os afrodescendentes, por exemplo, barrados com rigor nos clubes dos brancos, não hesitavam em fundar os seus próprios [...] Começou a aparecer assim nas franjas da cidade, o “pequeno futebol”, o “futebol anônimo”, o “futebol varzeano”, ou, enfim, a “várzea”, simplesmente – todos os termos do século XX para se referir a um outro domínio sociocultural, mas célere se apropriava do chamado “esporte bretão”. Na aparência, tratava-se de dois mundos incomunicáveis; o crescente interesse pela bola, contudo, não demoraria a constituir um campo comum de práticas e experiências, que forçaria a aproximação de camadas sociais historicamente separadas pelo fosso da exclusão e da desigualdade à medida que as inúmeras ligas e competições pela cidade revelavam jogadores de talento e atraíam um público que crescia a cada partida. [...] A origem social pouco a pouco cedia espaço ao talento, colocando em xeque aquilo que se julgava ser a própria essência do esporte, o amadorismo.

Deste modo, a construção do futebol à brasileira, mulato e massificado não se originou a partir de 1930. O futebol do subúrbio, de várzea, das fábricas e vinculado aos segmentos das classes subalternas já existia desde os primeiros anos do processo de implementação da prática esportiva desta modalidade, mas não possuía uma condição de destaque nem tampouco o controle hegemônico do discurso sobre o *foot-ball*.

Entretanto, mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais se intensificaram a partir da década de 1930 com os rearranjos nas relações materiais de vida no Brasil, que possibilitou/refletiu uma nova forma de apropriação discursiva do futebol, esporte cuja prática ao longo destes anos se tornou cada vez menos amadora e elitista em função de uma apropriação hegemônica que via no profissionalismo e popularidade o novo caminho a ser percorrido por este bola-pé.

## 2 INTERVALO DE JOGO: o futebol no Governo Vargas

Ao longo das duas primeiras décadas do século XX podemos observar a existência pelo menos de duas tradições sobre o futebol, uma que dizia respeito a prática elitizada e outra, referindo-se à apropriação do jogo pelas classes subalternas. E se ao longo destas duas décadas o discurso do *foot-ball* elitista se destacava com uma posição hegemônica, tal processo sofreria importantes transformações, refletidas notadamente a partir da década de 1930.

O *foot-ball* elitizado passaria então, ao longo das três décadas iniciais daquele século, a se tornar cada vez mais massificado e popular, menos amador e mais profissional, onde os clubes (sejam os de elite ou de massa) passariam a compor um novo enredo e discursos sobre esta prática esportiva, construindo um processo de transformação do *foot-ball* em futebol. Precisamos então analisar esta construção em seus aspectos gerais e ainda observando as especificidades deste processo de construção do discurso hegemônico e das relações de força no/do futebol à brasileira, especialmente ao longo das décadas de 1930 e 1940.

Para realizar tal análise, Gramsci (CC3, §17, 2016: 37) argumenta que,

> [...] É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das relações de força que atua na história de um determinado período e determinar a relação entre elas.

Para isso, nortearemos nossas considerações apresentando e discutindo os aspectos estruturais (base) e superestruturais como forma de analisar o processo de formação e conquista de uma posição hegemônica do discurso de futebol e ainda, a partir deste esporte observar importantes aspectos da sociedade brasileira ao longo dos anos de 1930 e 1940.

### 2.1 PERÍODO PÓS-1930 E O O CONTEXTO BRASILEIRO

> Ao investigar a história não estamos passando em revista uma série de instantâneos, cada qual mostrando um momento do tempo social transfixado numa única e eterna pose: pois cada um desses instantâneos não é apenas um momento do ser, mas também um momento do vir-a-ser: e mesmo dentro de cada seção aparentemente estática, encontrar·se·ão contradições e ligações, elementos subordinados e dominantes, energias decrescentes ou ascendentes. Qualquer momento histórico é ao mesmo tempo resultado de

> processos anteriores e um índice da direção de seu fluxo futuro. (THOMPSON, 1981: 58)

Thompson (1981) considera que o processo histórico não se estabelece como um conjunto de estruturas completamente definidas e diferentes entre si e nem tampouco numa série de relações completamente iguais ao longo do tempo, em resumo, ele não anula as especificidades (sejam elas políticas, culturais, econômicas e/ou sociais) e ainda considera o processo de continuidade histórica, vendo-a construída a justamente a partir das relações de conflito.

Para ele, a História consiste na análise do contraditório, da disputa e do conflito, de um transitório composto por uma “bagagem” do passado mas com novos enredos, cenários e desafios que darão uma nova tonalidade (ou criarão novos tons) e irão influenciar o futuro, o vir-a-ser. O que somos hoje, portanto, é em grande medida resultado dos conflitos realizados no passado, entretanto é ainda definido a partir de nossa posição na qualidade de sujeitos históricos, personagens ativos e determinantes para os rumos de nossa própria história.

Com isso, o que Thompson (1981) procura demonstrar é a importância de, dentro da perspectiva marxista e da própria História em geral, analisar o contexto histórico aliando os condicionantes estruturais com a ação do sujeito histórico (experiência), ampliando de forma considerável a análise do ser social e da consciência social ao longo do tempo, em que a compreensão de um não se daria em detrimento do outro, mas, consubstanciado em uma análise que possa considerar ambos de forma integrada.

A partir dessa proposição, o estudo do bloco histórico nos moldes gramscianos tem a capacidade de agregar os apontamentos defendidos por Thompson (1981). O bloco histórico, em Gramsci, é entendido como o conjunto das relações econômicas, políticas, sociais e culturais que dão a tonalidade principal para a caracterização de uma dada sociedade durante um determinado período. E sua compreensão se faz importante por nos permitir observar não apenas os aspectos de um grupo social e diferenciá-los dos demais, como ainda nos permite pontuar as diferenças temporais e estruturais existentes neste mesmo grupo, ou seja, nos possibilita ter uma compreensão histórica de nosso objeto e de seu contexto temporal e espacialmente analisado.

Mas para isso é importante observar as relações materiais de vida como o reflexo das questões de ordem estrutural e superestrutural, analisada a partir do

processo de transformação e mudanças ao longo do tempo, especialmente determinadas nas disputas por hegemonia no seio da sociedade civil. Portanto, é a partir desta análise que observaremos as regularidades e diferenças históricas ao longo da primeira década do século XX no Brasil, especialmente em relação aos discursos e práticas do futebol.

Ao longo de nosso primeiro capítulo observamos especialmente o *foot-ball* e determinadas características da sociedade brasileira urbana nas duas primeiras décadas daquele século e o fizemos como forma de ampliar a compreensão do processo de construção de um discurso específico sobre o futebol construído no Brasil, notadamente ao longo das décadas de 1930 e 1940.

É importante, portanto, mencionar o processo de rearranjo nas relações de materiais de produção (e de vida) no Brasil a partir de 1930. Nos anos finais da década de 1920 e principalmente a partir de 1930 mudanças consideráveis também se materializaram na sociedade brasileira, sejam elas no cenário político e econômico e ainda sociocultural, culminando com uma mudança do grupo social hegemônico e ainda do próprio discurso oficial do Estado (visto aqui na condição de estado ampliado). É neste contexto que Mendonça (1986: 15) aponta que:

> Qualquer análise, ainda que breve, das grandes linhas do desenvolvimento recente do capitalismo no Brasil, não pode deixar de lado as transformações ocorridas a partir da década de 1930. Foi aí que se produziu uma primeira ruptura no que diz respeito ao avanço da acumulação capitalista no país, no sentido de implantação de um núcleo básico de indústrias de bens de produção, bem como no da redefinição do papel do Estado em matéria econômica, visando tornar o pólo urbano-industrial o eixo dinâmico da economia.

Para que seja possível compreender este processo de mudança se faz necessário, tal como já defendemos, observar as características estruturais (base) e superestruturais na sociedade civil e política brasileira impulsionadas por movimentos como o tenentismo, por disputas oligárquicas, a crise de 1929 e a ideologia industrialista que passaria a disputar a direção. É neste momento de construção de um outro projeto de Brasil sob os auspícios do discurso urbano-industrial que importantes rearranjos foram estabelecidos na administração política do país e ainda no modelo e no eixo dinâmico da economia nacional, aliando-se ainda a elaboração de um forte discurso nacionalista (tanto por parte do Estado quanto por determinados segmentos da sociedade civil). O esporte, como elemento dessa sociedade em

transformação, também sofreu os impactos destas mudanças, e teve, especialmente no futebol, um importante espaço de afirmação e de conflito.

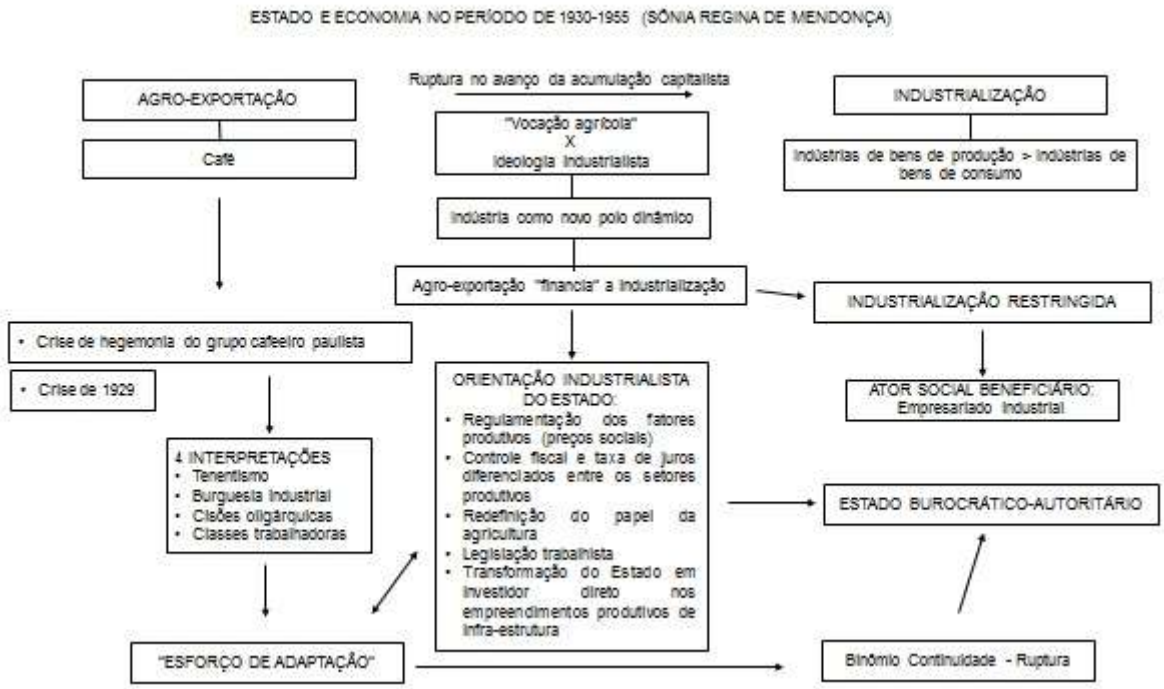
Desta forma, como estratégia para compreensão destas relações materiais de vida, analisaremos alguns aspectos estruturais e na sequência, superestruturais deste período que podem nos auxiliar na compreensão dos símbolos e discursos atribuídos ao futebol naqueles anos e que tornaram-se tradições consolidadas no Brasil sobre este jogo de bola.

### *2.1.1 Estrutura*

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o café consistia no principal produto de exportação da economia agroexportadora brasileira. Com tamanha importância, a classe dominante cafeeira obteve muito destaque e espaço dentro do cenário político, tendo ainda sob seu controle o discurso hegemônico do período. Entretanto, com os embates realizados ao longo dos anos de 1920 tornou cada vez mais emergente certas mudanças sociais, políticas e econômicas na realidade brasileira.

Em sua análise sobre o Estado e a economia no Brasil, Mendonça (1986) aponta para algumas questões que são primordiais para o entendimento do que foi e como se constituiu as relações econômicas e o papel do Estado na economia brasileira ao longo dos anos de 1930 a 1955, conforme podemos observar no fluxograma que construímos abaixo:

Figura 2: Estado e Economia no período de 1930-1955




Fonte: fluxograma próprio feito com base nos apontamentos de Mendonça (1986).

De acordo com Mendonça (1986), no período de transição dá década de 1920 para 1930 em nível econômico, podemos observar uma grande disputa por controle do papel hegemônico dentro da produção e acumulação capitalista no Brasil, culminando naquilo que ela irá chamar por "ruptura no avanço da acumulação capitalista" em que dois grandes setores, agroexportação (café) e indústria (visando o fortalecimento das indústrias de bens de produção) disputavam o papel de polo dinâmico[10] da economia nacional, focalizado no embate entre os discursos de "vocação agrícola" e a ideologia industrialista.

É neste enredo em que a referida autora menciona importantes acontecimentos que possibilitaram esta disputa e em consequência a conquista da indústria como novo polo dinâmico. A crise de 1929 e a necessidade do país em suprir algumas de suas necessidades industriais e ainda o hiato entre o lucro da exportação do café e o déficit advindo das importações de produtos, bens e mercadorias, intensificados com

[10] Isso não significa dizer que exista, de fato, um interesse completamente antagônico entre ambos. O que se pode observar neste processo é o destaque dado à indústria e o discurso industrialista como elementos de destaque para o avanço econômico do país. Entretanto, tal contexto só seria possível a partir de uma estreita relação e manutenção da agroexportação como polo de sustentação dos subsídios para a implementação do parque industrial brasileiro.

a instabilidade internacional dos países mais ricos, auxiliaram na necessidade em repensar o avanço capitalista no país.

Além disso, a crise de hegemonia do grupo cafeeiro paulista foi analisada por Mendonça (1986) a partir de uma revisão de literatura e apontamento de 4 interpretações teóricas dominantes na historiografia: Tenentismo; fortalecimento da burguesia industrial; cisões oligárquicas; e fortalecimento das classes trabalhadoras. E foram nestas condições em que os próprios rearranjos no cenário político-administrativo em que a figura de Getúlio Vargas ganhou força e apoio tanto na eleição quanto no subsequente golpe de estado ocorrido em 1930, com a ascensão de Vargas ao controle do país.

Este processo promoveu um direcionamento e controle da administração do país e num forte esforço de adaptação a uma nova realidade fora do controle das oligarquias paulistas, o Estado brasileiro também passou a desempenhar novos papeis na economia nacional, como ainda na própria forma de gestão do território brasileiro. Em conjunto a isso, a criação dos territórios federais no ano de 1943 e a nomeação direta do presidente Vargas para aqueles que ocupariam os cargos, aliada ainda a uma forte legislação de cunho nacionalista, ditaria o novo caráter político do Estado.

Especialmente na economia, o Governo brasileiro passou a intervir diretamente e de forma sistemática na economia nacional, redefinindo o papel desempenhado pela agricultura e atribuindo para si aquilo que Mendonça (1986) chamou de “orientação industrialista do Estado”, onde o mesmo passaria a intervir, financiar e regulamentar os arranjos econômicos e financeiros, como forma de favorecer a indústria em detrimento do café. Neste cenário, Oliveira (2013: 40-41) aponta que o Estado brasileiro atuaria,

> Regulando o preço do trabalho [...], investindo em infra-estrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos de classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito e taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobras, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema.

Com isso, o estado passou a ser investidor direto nos empreendimentos produtivos de infraestrutura, criou os chamados preços sociais (que consistem no controle do estado sobre o preço dos produtos e não mais a “livre” regulamentação

dos preços de mercado), realizando ainda controles fiscais que seriam aplicados de forma diferenciadas entre os setores produtivos (a agroexportação teve um papel de destaque, no tocante ao acúmulo de divisas, com um superávit maior que o da agricultura interna e da indústria, esta última incentivada e altamente financiada pelo governo).

No setor industrial, o Estado priorizou o investimento direto nas indústrias de bens de produção, também chamadas de indústrias de base (transporte, metalúrgica, material elétrico e mecânica) em detrimento das tradicionais de bens de consumo (vestuário, calçados, têxteis, alimentos e bebidas). Além disso, é importante destacar as empresas estatais fundadas durante o Estado Novo: Companhia Siderúrgica Nacional (1940), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943) e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945).

Embora alguns estudos, notadamente os cepalinos, relacionem este processo com a chamada “política de industrialização por substituição de importação”, de acordo com Oliveira (2013) o caso brasileiro não se adequa a esta última categoria, no sentido em que o processo de industrialização brasileiro pós-1930 não se deu com objetivo atender ao consumo (especialmente relacionado às indústrias de bens de consumo) e sim focalizando a produção (industrias de bases), embora limitado pelos condicionantes acima descritos e possuindo uma relação dialética entre a busca pela industrialização e a forte dependência do mercado agroexportador.

Neste contexto, Oliveira (2013: 33-34) argumenta:

> A Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizará é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de *destruição* das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de *criação* das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno [...] A destruição das regras do jogo da economia agrário-exportadora significava penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para a produção com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café, por exemplo), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado à agricultura (bastando simplesmente que o custo do dinheiro emprestado à indústria fosse mais baixo).

Com isso, o café (e a agroexportação de um modo geral) perdeu sua condição de destaque, embora ainda fosse a principal setor produtivo de acumulo de capital no país ao longo das décadas de 1930 e 1940, enquanto a indústria de bens de produção e as de bens de consumo ainda se estruturavam e se fortaleciam. Este processo foi denominado por Mendonça (1986) de “industrialização restringida” no sentido em que embora a indústria ganhasse um papel de destaque no discurso nacionalista, foi ao longo destas décadas “financiada” pela agroexportação, esta última ao mesmo tempo amparada e desestimulada pelo Governo, sendo a grande responsável por gerar a acumulação básica necessária para desenvolver a indústria interna nacional, cujo ator beneficiário consistiu no empresariado industrial.

Neste processo de transição do eixo de destaque da economia brasileira do café para o polo urbanao-industrial, Oliveira (2013) mostra como esses binômios: arcaico – moderno, tradicional – moderno, rural – urbano, agrário – industrial; se desenvolvem e relacionam-se de uma maneira integrada (por mais contraditório que isso possa parecer) e dão uma dinâmica especial e diferenciada para a situação brasileira.

> Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores – agricultura e indústria – estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia. (OLIVEIRA, 2013: 47)

E com base nesta análise, o autor questiona aquilo que ele denomina por “razão dualista” baseada numa visão dual-estruturalista, no sentido em que considera limitante esta propositura para o estabelecimento da compreensão das complexas e por vezes contraditórias, mas não completamente opostas, relações econômicas e políticas construídas em solo brasileiro, notadamente a partir da década de 1930. É neste contexto que Mendonça (1986: 30-31) aponta para o que ela chama de “reverso da medalha”, onde:

> É importante notar como a dinâmica da acumulação capitalista no Brasil consistiu-se com base na recriação de relações de trabalho não-capitalistas, seu reverso da medalha, o que é de todo coerente com o próprio caráter conservador da composição de forças que representava o novo Estado. Com isso, a estrutura agrária brasileira lograva permanecer intocada no que diz respeito às formas de propriedade vigente (os latifúndios) e aos regimes da

> organização da produção em que tradicionalmente se baseava. Ao mesmo tempo, por paradoxal que pareça, ela se via “renovada” tanto pela recriação do “velho” quanto pela consolidação do “novo”.

A relação dialética entre o arcaico (velho) e o moderno (novo) se torna significativa no Brasil sob o prisma de um capitalismo à brasileira, nem tão agrário nem tão industrial, mas os dois ao mesmo tempo onde ambos desempenham papeis de importância para sua mútua capacidade de acumulação. É nesse cenário ainda em que vemos um país que visou, notadamente a partir do Estado Novo, ocupar e fortalecer as regiões de fronteira, incentivando a agricultura nas regiões à oeste do país (Marcha para Oeste) ao mesmo modo em que aponta como discurso de enaltecimento da pátria a sua crescente urbanização e industrialização, focalizada notadamente nas cidades do eixo sudeste-sul.

Portanto, a situação brasileira vivenciada a partir da década de 1930 no tocante à economia não deve ser limitada aos modelos clássicos, como argumenta Oliveira (2013). O modo em que o capitalismo se desenvolveu, e continuou se desenvolvendo, possuía dinâmicas gerais (e determinadas por um cenário internacional) mas era ainda influenciado por questões específicas da realidade brasileira, da mesma forma em que as relações políticas, culturais e sociais no Brasil também precisam ser vistas a luz da concretude histórica e de evidências que referenciem o contexto deste país observados ao longo do tempo. Ele ainda aponta que,

> Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é, antes, uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo *preserva* o potencial de acumulação liberando *exclusivamente* para os fins da expansão do próprio novo. (OLIVEIRA, 2013: 60).

Com isso, o que aconteceu na economia brasileira não foi uma simples substituição entre café e indústria e sim uma complexa relação de benefícios e apropriação de lucros, efetivamente realizada a partir de questões ideológicas, políticas e pela legislação construída no período. O discurso nacionalista defendido pelo Estado, especialmente nos anos de Estado Novo, se deu na elaboração de um projeto de país em conjunto da ideologia industrialista, valorização do urbano (e das

cidades) e ao mesmo tempo, reafirmação do papel de destaque da agricultura como local de acúmulo e expropriação de riquezas que viriam a ser destinadas ao crescimento do polo urbano e industrial.

Além disso, a relação dialética entre a economia agrária e a industrial não é passível se der analisada somente a partir de dados quantitativos e para compreender a transformação do eixo dinâmico da produção econômica brasileira se faz necessário perceber e analisar os aspectos superestruturais que influenciaram a construção de um discurso da sociedade política e ainda a própria reconfiguração do papel do Estado na economia brasileira a partir do primeiro governo Vargas.

Mencionamos a importância que a exportação do café possuía na economia brasileira e ainda o papel desempenhado por ele ao longo do primeiro governo Vargas (1930-1945) como “financiador” do processo de industrialização brasileira. Desta forma, a perda da importância como eixo dinâmico da economia por parte do café em muito se deu em nível inicialmente de forma superestrutural. O discurso industrializador ganhou a capacidade de direção antes mesmo de realmente ter condições econômicas de se sustentar por conta própria, ganhando destaque em detrimento do café e do agronegócio de um modo geral.

Com isso, a estrutura (infraestrutura) ao mesmo tempo em que sustenta a superestrutura, foi por ela remodelada, dando ao cenário brasileiro características que em muitos sentidos tornaram-se específicas e por vezes, complexas entre o discurso, prática e o resultado histórico desta relação, culminando na representação da economia brasileira na figura do ornitorrinco (OLIVEIRA, 2013) por ser ao mesmo tempo urbana e rural, tradicional e moderna com ares industrial, mas fortemente agrária.

Além disso, neste novo cenário em que o Estado passava a intervir e atuar diretamente na economia, ele ainda fortaleceu seu papel político e de controle para as regiões brasileiras, definindo-se como um estado burocrático-autoritário onde sua intervenção no sistema econômico, sistema financeiro brasileiro e criação de empresas estatais foi aliado também a uma regulamentação de leis trabalhistas, constituição de organizações burocráticas e sindicais diretamente vinculadas ao aparelho de estado e ainda a construção de um discurso nacionalista de ares altamente homogeneizador que permeou-se no cenário econômico, político, social e cultural, culminando ainda em um efetivo esquema de controle e censura.

Em muitos casos, a tendência em valorizar a estrutura em detrimento da superestrutura tornou-se a tônica, entretanto consideremos importante mencionar que no caso da relação econômica brasileira construída ao longo da década de 1930 possui uma estreita relação estrutura-superestrutura onde a segunda em muitos sentidos influenciou a primeira de forma efetiva. Além disso, foi no âmbito superestrutural em que foi construído o conjunto de embates políticos, ideológicos e culturais, muitos dos quais muito mais do que refletirem um contexto econômico vigente, deram novos sentidos e transformaram a própria estrutura.

A importância das questões superestruturais se dá não como uma mera abstração teórica, e sim por uma ferramenta para compreensão do processo histórico, para que possamos realmente compreender, ainda que brevemente, as relações materiais do caso brasileiro, precisamos observar como no âmbito das superestruturas foram elaborados os sentidos e lógicas para a estrutura, pois é nela em que se dão os embates políticos, ideológicos e onde as classes, partidos e sujeitos históricos podem atuar em busca da capacidade de direção (hegemonia) e dominação dos demais.

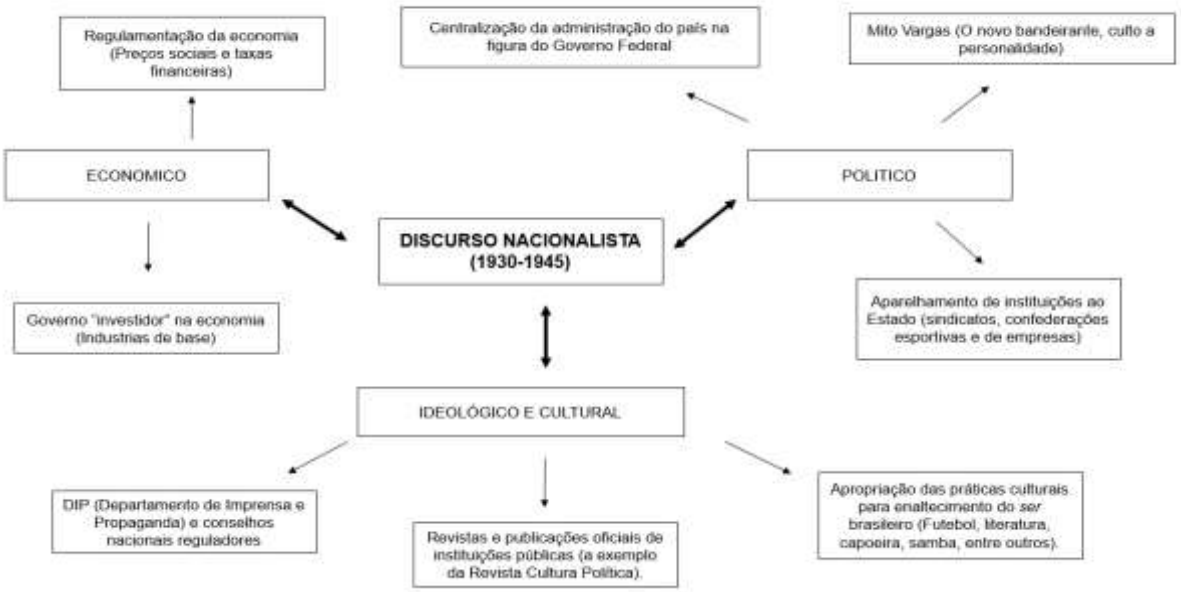
> Há uma relação determinante entre modos de produção e luta de classe, luta política e Estado, e, ao contrário, uma mediação mais complexa em relação às superestruturas ideais, como a arte, a religião, a moral, a filosofia, etc. Devemos levar em conta essas articulações, bem como o modo pelo qual operam sobre esses elementos da superestrutura não apenas a base econômica, mas também as lutas políticas, a tradição, as escolas, etc. [...] "Não se trata de descobrir e determinar o terrona social somente para mostrar depois os homens como marionetes, cujos fios são presos e movidos não mais pela Providência, porém pelas categorias econômicas" [...] Trata-se, em suma, da História, e não do seu esqueleto. (GRUPPI, 1978: 30-31).

E se temos como objetivo analisar a concretude histórica, é importante observar que enquanto a estrutura nos aponta o porquê de as coisas terem sido ou serem como são, é a superestrutura que nos explica como e em que sentidos isto se constituiu. E no Brasil das décadas de 1930 e 1940, o discurso nacionalista e apropriação de determinadas práticas culturais, especialmente o futebol, nos possibilita compreender não apenas o grupo social que deteve o controle hegemônico como ainda os argumentos e formas utilizadas para a tais fins.

### *2.1.2 Superestrutura*

O governo Vargas, especialmente a partir do Estado Novo, notabilizou-se pela difusão de um discurso com forte teor nacionalista e do estabelecimento de um modelo de gestão política que fortaleceu o poder atribuído ao governo federal e na figura do presidente, centralizando o controle político e administrativo do país. O projeto nacionalista varguista se estabeleceu a partir da construção de um sentimento de pertencimento ao Brasil, o fortalecimento da unidade nacional e a construção de uma política cultural que apropriou-se de atividades lúdicas, esportivas e literárias para promover uma ideia de pais integrado com referências ao trabalhador, ao aspecto urbano e moderno e ainda a uma "união" entre brancos, negros e indígenas na formação do "povo brasileiro"[11], em detrimento do discurso do embranquecimento da população fortemente defendido nas décadas anteriores. A pluralidade cultural, defendida por Gilberto Freyre (2011) seria uma das bases do *ser* brasileiro, cujas características de cada grupo daria ao país, de acordo o discurso nacionalista varguista, um caráter único de diferenciado dos demais.

Figura 3: Dimensões do discurso nacionalista em Vargas




Fonte: fluxograma próprio feito com base nas referências sobre o tema.

[11] Há que se mencionar aqui uma mudança do discurso majoritário sobre as relações sócio raciais no país, onde se nos anos finais os governos estruturavam uma série de políticas para a migração europeia no Brasil, agora o discurso nacionalista varguista visava romper com as identidades nacionais estrangeiras na tentativa de construir e consolidar uma identidade brasileira.

O projeto nacionalista de Vargas foi construído e consolidado em conjunto entre sociedade política e organismos da sociedade civil (a exemplo dos jornais, conselhos do esporte, da educação, do cinema, entre outros). Foram criadas uma série de organismos, departamentos e conselhos vinculados ao aparelho de Estado, cuja principal função, dentre outras coisas, consistiam em tutelar, e regulamentar não apenas a economia, como ainda o movimento trabalhista (e sindical) e controlar espaços, práticas e discursos culturais. A critério de exemplo, podemos mencionar o Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), o Conselho Nacional do Petróleo, Conselho Nacional de Imigração e Colonização, todos criados em 1938; o Conselho Federal de Comercio Exterior, Conselho de Águas e Energia Elétrica e a Comissão da Economia Nacional, criados no ano de 1939; e o Conselho Nacional dos Desportos (1941).

Foi ainda no ano de 1939 criada uma nova versão da Lei de Sindicalização, limitando ainda mais a autonomia dos sindicados, vinculando-os de um modo geral ao controle do Estado. Em 1940 a Lei do salário mínimo e em 1943 a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) figuram como importantes exemplos do caráter tutelar e de controle desempenhado pelo Governo Vargas, especialmente em relação a classe proletária urbana.

O Departamento Nacional de Propaganda (DNP) fundado em 1939, anteriormente denominado de Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) teve a tarefa de elaborar e difundir o discurso oficial do Estado, censurando o que não fosse adequado aos objetivos do governo, e estabelecendo o discurso nacionalista como um dos pilares no processo de convencimento da população.

Desta forma, este primeiro governo Vargas (1930-1945) estabeleceu de forma institucional organismos de coerção e coesão social, onde o ideário nacionalista daria o sentido para as transformações econômicas e tentativa de apaziguamento das tensões sociais existentes na sociedade brasileira. Seja vinculando o discurso nacionalista à ideologia industrialista (ao mesmo tempo em que defendia a importância da agricultura em determinadas regiões do país) ou utilizando a ideia de que o Governo, e só ele, teria condições de defender os “interesses” nacionais foram aspectos amplamente difundidos por Vargas em muitos de seus discursos oficiais e ainda pelos veículos de comunicação, seja por rádio ou imprensa escrita e ainda pela participação ativa de intelectuais orgânicos e por segmentos da sociedade civil que

junto à sociedade política, começavam a ditar novos rumos para o Brasil e as regiões brasileiras.

Mas o que define um discurso nacionalista? Quais os elementos da sociedade civil alcançaram posição hegemônica junto a sociedade política? E com que ferramentas este grupo se apropriou de aspectos culturais para defender uma dada visão de mundo, refletida no discurso oficial do Estado? Estas questões são importantes como forma de ampliarmos nosso entendimento do contexto histórico e material construído ao partir da década 1930 no Brasil. Neste momento temos como objetivo considerar de que forma e em que circunstancias o discurso do nacionalismo se tornou hegemônico.

Anderson (2008) estabelece o conceito de comunidades imaginadas para pensar o nacionalismo, justamente como forma de compreender não apenas os aspectos geopolíticos da formação das nações e nacionalidades, como ainda os aspectos de ordem social e cultural que foram e em muitos casos, ainda dão a tonalidade para o sentimento de pertencimento nacional. Para ele, este processo não consiste numa simplória invenção e falseamento da realidade social em função de discursos políticos, mas notadamente uma complexa rede de sentidos e sensações criadas para dar legitimidade à nação e de pertencimento social. Ele menciona ainda que,

> [...] ela é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas (ANDERSON: 2008: 34)

O sentido da imaginação, para ele, situa-se na capacidade das pessoas em construir sobre a nação a qual se imaginam um conjunto de aspectos que por vezes não é possível observar na realidade histórica, mas que acaba simbolizando e tendo representação efetiva na forma como o discurso nacionalista é em grande sentido positivamente internalizado no cotidiano e na vida social. É limitada pois é interposta por limites e fronteiras (sejam elas no âmbito discurso e geográfico) e ainda soberano na forma como se estabelece e se determina perante as demais. Desta forma, não caberia uma simples ideia de nacionalismo como alienação, no sentido em que este

processo é derivado de uma ampla relação de construção de sentidos por vários grupos sociais, além do poder instituído.

A comunidade imaginada se vê da forma como se projetou, com isso se faz importante não desmerecer essa imaginação (tal como se ela em si mesma fosse maléfica ou irreal para a sociedade) e sim observar como e com quais características o fenômeno nacionalista se implementou, adaptou-se e se transformou, especialmente nesta pesquisa, no Brasil e quais as implicações históricas dos usos do discurso nacionalista.

Aliado a isto, numa relação entre manifestação cultural e implantação de modos de vida, Eric Hobsbawm (1990, 2011) suscita importantes considerações acerca do processo de "invenção das tradições" e ainda sobre a construção do discurso de "nação", no qual ele compreende a nação não enquanto "uma entidade social originária e imutável", mas sim construída a partir da formação dos Estados Modernos e consistindo num conjunto de símbolos e significados que são objetivados para dar sentido as relações sociais nestes espaços.

Hobsbawm (1990) ressalta que a formação da identidade nacional não se faz de maneira homogênea em todo o território sob domínio do Estado, e sim de forte conflito entre os diversos grupos e culturas presentes nestas regiões. E desta maneira, cabe aos grupos envolvidos a tentativa de estabelecer sua visão de mundo (ou sua imaginação, nos termos de Anderson [2008]), constituindo para a nação os seus próprios símbolos. Neste tocante, as tradições inventadas figuram como ferramenta para tal.

Ao analisar este processo, Lenharo (1986) apresenta a figura de um Estado varguista altamente organizado ideologicamente, responsável por construir símbolos e imagens (com um forte teor militar e religioso) elaboradas num processo de propaganda e convencimento fortemente realizado e difundido, tanto por parte dos organismos do Governo como ainda por instituições privadas.

Embora seja por vezes comum enfatizar apenas a posição do Estado neste processo de construção do discurso nacionalista e dos próprios caminhos escolhidos em âmbito estrutural, é vital percebermos o papel desempenhado pelas classes sociais conforme aponta Hobsbawm (1990) e ainda a partir dos aspectos culturais e da sensação de pertencimento e imaginação proposto por Anderson (2008).

Ainda que estes grupos (a exemplo do proletariado e da burguesia) não tivessem no Brasil naquele momento, e talvez ainda não tenham, as mesmas

características que lhes foram atribuídas na realidade europeia, é de suma importância observar os aspectos específicos e o conjunto da experiência e participação das classes sociais no caso brasileiro. E mesmo que existam inúmeras complicações no que se diz respeito à nomenclatura de determinados grupos, não podemos anular o papel desempenhado por eles, representados ainda na figura dos intelectuais (tradicionais, orgânicos ou aqueles apropriados/a serviço da classe dominante) neste processo e as formas de recepção dos discursos por parte da população.

Para compreender as construções dos discursos nacionais e a difusão através dos aparelhos de Estado, apropriamo-nos do conceito de Estado Ampliado de Antonio Gramsci que nos permite compreender as formulações da sociedade civil e aquelas que se tornaram hegemônicas no rearranjo das relações em sociedade.

Tal como argumenta Gramsci (2016), o Estado visto numa visão ampliada mais do que ator efetivo, ele é reflexo de um conjunto de lutas realizadas no seio da sociedade civil, e cujos direcionamentos são efetivados sob os auspícios da classe hegemônica. E compreender isso nos permite observar o período de 1930 e 1940, rompendo com uma narrativa de estadoladria, tornando possível considerar as complexas relações sociais existentes já naquele momento no caso brasileiro e ainda considerar as diferentes formas com as quais as práticas culturais foram apropriadas e quais os significados disto nas relações socioculturais brasileiras.

Por vezes é usual analisar, especialmente o Estado Novo, na qualidade de um espaço cuja luta política é esvaziada e a participação das classes sociais limitadas em função de um estado monopolizador, entretanto:

> Durante o Estado Novo, as oposições democráticas e os adversários do varguismo na luta pelo poder continuaram atuando. A repressão foi intensa e as liberdades foram anuladas nesse período, porém não ocorreu o monopólio absoluto do Estado no plano físico, jurídico ou econômico. O imaginário totalitário tinha receptividade numa parte significativa da sociedade [...] mas a imagem de uma sociedade *uma*, homogênea e harmônica, veiculada pela propaganda política, esteve longe de se traduzir numa prática de constituição da opinião única em torno do regime e de seu líder. (CAPELATO, 2009: 35).

Com isso, mesmo durante os anos de 1937 a 1945 é possível observar as disputas por hegemonia pelos segmentos na sociedade civil, na disputa, entre outras questões, para o controle dos aparelhos do Estado e ainda do discursos e símbolos oficiais. Lenharo (1986) argumenta neste sentido que esta forma de enxergar o Estado

como o grande e único personagem ativo e consciente foi inclusive uma estratégia ideológica utilizada naquele período como forma de justificar a dominação e controle exacerbado do Estado sobre a vida das pessoas e ainda a busca por uma homogeneização e docilização dos grupos, especialmente o operariado, realizada por parte dos aparelhos políticos. O discurso oficial argumentava que,

> Vem do estado a única voz que fala em nome de todos os brasileiros. O homem comum, o cavalheiro dos salões, o homem e a mulher do campo, o operário, o comerciante, são caracterizados socialmente para serem recuperados na perspectiva de uma identidade que a organicidade na Nação engendrava através da harmonia social já alcançada. [...] O estado oferece a certeza de uma socialização depositária do imbricamento da visa política à vida social. (LENHARO, 1986: 34-35).

Com isso, a estratégia consistia, por um lado estabelecer um Estado altamente intervencionista, não apenas na economia como na própria vida social, e de outro lado procurava solapar as divergências e conflitos de classe nas cidades e ainda no âmbito rural, homogeneizando (ao menos no discurso) a existência das contradições sociais e políticas.

Além disso, o viés burocrático do Governo visava descaracterizar determinados organismos privados e ainda organizações corporativas e de classe, tornando a figura dos sindicados e dos partidos políticos em meros aparelhos de controle do Estado no mundo do trabalho e da política partidária, onde:

> O nacionalismo, assim emergente, passou a integrar os discursos governamentais e a justificar suas próprias realizações, sendo encampado como um “projeto” do Estado cujo papel seria o de mobilizar cada vez mais amplos setores sociais a fim de engajá-los na tarefa de solucionar os problemas da sociedade como um todo. Por outro lado, em contrapartida, também se legitimava a identidade que alguns grupos estabeleciam entre a solução de seus problemas (leia-se, interesses de classe) e a dos problemas nacionais. (MENDONÇA, 1986: 41).

O nacionalismo consistiu, além do discurso oficial do Estado, na ferramenta de destaque para a as bases ideológicas dos grupos de maior ressonância e capacidade de dominação ao passo em que este grupo representaria os problemas nacionais a partir de seus anseios específicos, e com a ideia de nação e da relação entre sociedade civil e política seria a maior beneficiaria dos rumos tomados ao longo do período.

Neste cenário, é vital compreender quem consistia na chamada classe dominante e observar a forma de organização das classes sociais ao longo das décadas de 1930 e 1940 no Brasil. Podemos mencionar a presença dos militares, classe média, da burguesia industrial e comercial, das oligarquias rurais e dos trabalhadores urbanos e rurais. Os dois últimos foram amplamente subjugados pelos demais grupos e pela figura do Estado, enquanto os militares, segmentos das classes médias e da burguesia em formação, participavam de forma mais ativa nas discussões e direcionamentos do país, naquilo que Mendonça (1986) chamou de “esforço de adaptação”.

Conforme mencionamos anteriormente, a burguesia industrial tornou-se o maior beneficiário neste processo, tanto em questões econômicas quanto na própria formulação do discurso nacionalista, este amplamente vinculado ao ideário industrialista e urbano, enquanto os trabalhadores urbanos e rurais seriam os sujeitos responsáveis por implementar, ainda que expropriados e explorados, o projeto de industrialização no país.

Vargas, ainda na exposição da plataforma da Aliança Liberal na campanha das eleições de 1930 já antecipa a tônica do discurso e da administração política realizada por ele após a sua tomada do controle do governo:

> É tempo de se cogitar da criação de escolas agrárias e técnico-industriais, da higienização das fábricas e usinas, saneamento dos campos, construção de vilas operárias, aplicação da lei de férias, lei do salário mínimo, cooperativas de consumo etc. Quanto ao operariado das cidades, uma classe numerosa existe cuja situação é fácil de melhorar. Refiro-me aos que empregam suas atividades nas empresas telefônicas e nas de iluminação e viação urbanas. Bastará que se lhes estenda naturalmente, dada a similitude das ocupações, o benefício das caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários, benefício de que já gozam, igualmente, os portuários. [...] Simultaneamente, é necessário atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público apenas através dos impostos extorsivos que pagam. É preciso grupá-los, instituindo colônias agrícolas; investi-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil, para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento; despertar-lhes, em suma, o interesse, incutindo-lhes hábitos de atividade e de economia. Tal é a valorização básica, essa sim, que nos cumpre iniciar quanto antes – a valorização do capital humano. Por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção. (VARGAS, 2011: 286).

A capacidade de produção, para ele, seria a medida da utilidade social do homem. Para nós, tal afirmação de Vargas talvez fosse melhor e historicamente

apropriada se ao invés do “homem” estivesse o termo “trabalhador urbano e rural”, pois foram eles os sustentáculos de toda a estrutura econômica do período, controlados sob um forte regime ideológico (por meio de legislação, imprensa, propaganda e ainda instrumentos de coerção e repressão).

O governo pós-1930 tornou a indústria não apenas o polo dinâmico da economia como ainda a base para um possível desenvolvimento da nação, onde o urbano, moderno, saneado fariam parte do projeto nacionalista, onde a classe operaria seria instruída para ser ferramenta do trabalho e da acumulação de uma riqueza que jamais teria controle. E o Estado atuaria na condição de interventor, auxiliando na busca por homogeneizar a classe trabalhadora e ocultar as relações de conflito existentes (embora na prática não tenha sido capaz de inviabilizar o descontentamento) na cidade e, embora em menor escala, no campo.

Além disso, é importante frisarmos o que já foi debatido sobre a especificidade do capitalismo industrial brasileiro, sustentado pela agroexportação e ainda pela agricultura destinada ao mercado interno. E acrescentar ainda o papel de um Estado que, no discurso, se diz protetor da população (especialmente a operária e trabalhadora rural) mas que na prática estabelecia um forte esquema de controle e sujeição social. O Brasil ornitorrinco de Oliveira (2013) o é assim também pela forma como se consolidaram as relações superestruturais. Sendo o país cuja leis trabalhistas homogeneízam a figura do trabalhador, esvaziando sua identidade e especificidades entre si, culminando em desigualdades gritantes e ainda observáveis nas regiões brasileiras, no âmbito urbano e rural.

E foi com a organização corporativa, aliada a figura do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que o Governo instituiu na sociedade a ideia de uma racionalização industrial e burocratização das organizações, onde “sob novos *slogans* que visam relevar a racionalidade, a neutralidade e a eficiência, pratica-se pura polícia, voltada para o esvaziamento dos conflitos sociais.” (LENHARO, 1986: 37).

O DIP construiu um conjunto de instrumentos para divulgar e difundir os discursos e símbolos do Estado Novo. A criação de revistas, jornais e ainda a intervenção no conteúdo dos rádios (a ainda o papel desempenhado pela Rádio Nacional) visou massificar o ideário nacionalista e ainda enaltecer a imagem de Getúlio Vargas. Gomes (1996) observa também a participação de diversos intelectuais nas publicações dos periódicos oficiais do governo, a exemplo da revista Cultura Política.

O discurso do nacionalismo, além de vincular-se ao ideário industrialista também desenvolveu uma posição no que diz respeito à visão sobre a sociedade, história e cultura brasileira. É neste contexto que,

> Com a vitória do movimento revolucionário e com a subida de Getúlio ao cargo de presidente provisório no início de novembro, teve início um período singular na história brasileira. Nos 15 anos da Era Vargas, o Brasil presenciou uma série de mudanças que reestruturaram a vida política, econômica, social e cultural do país. No que se refere à cultura, esse período marcou a promoção do samba e do futebol como elementos fundamentais para uma nova definição da identidade nacional. O samba, nascido junto às camadas populares, conquistava as elites; o futebol, que havia sido um esporte aristocrático em sua chegada ao país, tornara-se uma das maiores paixões das camadas populares. Ambos, no entanto, foram elevados símbolos do que era ser brasileiro. Foi justamente essa proximidade do povo e sua identificação com a nação que aproximou o esporte ao projeto varguista. No novo governo, a construção da pátria e de um novo ideal de nacionalidade brasileira era o cerne do plano oficial para a cultural nacional. (DRUMOND, 2009: 213-214).

O discurso nacionalista tanto por parte do Governo quanto por determinados segmentos da intelectualidade, apresentavam uma ideia de brasilidade e procuravam dar contornos sociais e culturais de forma a construir o que seria *ser* brasileiro e estabelecer um reforço positivo na valorização da multiplicidade sociocultural no Brasil. Sobre o futebol, Drumond (2009: 241) aponta que,

> No 1º de Maio, Getúlio Vargas sempre participava da comemoração pública oficial, que por diversas vezes ocorreu no Estádio de São Januário. O estádio ficava lotado de pessoas que se dirigiam de todos os cantos da cidade, em linhas especiais de ônibus e bondes que transportavam passageiros gratuitamente. A entrada no estádio era franca, tudo feito de modo a incentivar a presença popular nas arquibancadas do então maior estádio da capital brasileira. Getúlio adentrava o gramado do estádio em carro aberto, normalmente acompanhado do ministro do Trabalho e de alguns membros de seu gabinete. Tocava-se então o Hino Nacional, seguido de vários discursos e de desfiles de atletas militares e operários. O simbolismo do evento era grandioso, sendo este transmitido pelo DIP para todo o país, além de ser traduzido para outros idiomas e retransmitido para o exterior.

Embora Vargas não tenha em seus discursos públicos se apropriado dos significados do futebol, isto ocorreu de forma indireta na escolha dos estádios deste esporte para a comemoração oficial do Dia do Trabalhador e ainda com a participação efetiva de intelectuais, segmentos da sociedade civil (clubes, federações e confederações esportivas) e dos organismos do Estado que estreitaram a relação entre prática esportiva e discurso nacionalista, tanto a partir da figura da seleção

brasileira quanto por parte dos clubes de futebol, contando ainda com o uso dos veículos de comunicação, especialmente a mídia impressa e o rádio.

Além disso, intelectuais também atuaram no processo de vincular o futebol com o discurso nacional, a exemplo de Gilberto Freyre, Nelson Rodrigues, Mario Rodrigues Filho, entre outros. Clubes de futebol também foram, seja por parte da legislação (notadamente com o abrasileiramento dos nomes dos clubes) e/ou por mudanças no regimento interno e nos discursos defendidos pelas diretorias pós-1930, importantes segmentos da sociedade civil que vincularam à prática do futebol o discurso nacionalista, representado por tradições inventadas para a história dos clubes, a exemplo do Clube de Regatas do Flamengo.

A questão aqui, novamente, baseia-se em como, sob quais contextos e os reflexos desta relação entre futebol e discurso nacionalista. De que forma o futebol se tornou uma importante referência para o ideário em defesa e enaltecimento do *ser* brasileiro?

## 2.2 FUTEBOL À BRASILEIRA

> "Os lorpas, os pascácios poderão objetar que se trata de futebol, apenas o futebol. Não é só o futebol. É, sobretudo, o homem brasileiro. Os nossos craques estão ganhando no Chile com as qualidades de coragem, inteligência, imaginação, entusiasmo, gênio do homem brasileiro." (RODRIGUES, 2013: 24).

O trecho acima narrado compõe a crônica publicada por Nelson Rodrigues no Jornal dos Sports em 16 de junho de 1962, onde ele falava sobre suas impressões em relação a final do campeonato mundial de futebol a ser realizado naquele dia. Rodrigues (2013) vinculava a seleção brasileira com uma imagem de Brasil e dos aspectos positivos com a figura do "gênio do homem brasileiro". Ele afirmaria ainda, mais à frente em sua crônica, que "a batalha do escrete implica toda a nação. Até os xavante, que põem em cima da nudez aquele casto cinto de barbante, até o xavante, dizia eu, está pessoalmente interessado no bi" (RODRIGUES, 2014: 127).

Nos dias atuais, o futebol consiste ainda em grande elemento cultural representativo do nacionalismo brasileiro, do que é ser brasileiro e da grandeza nacional. Mas como este processo foi construído? Por quem e com quais ferramentas? Por que até para os Xavante, nas palavras de Rodrigues (2014), um título internacional obtido pela seleção brasileira de futebol seria tão importante e

significativo? O futebol tem (ou teve) a capacidade de integrar o país? Estas indagações retóricas nos levam então para um questionamento maior: que projeto foi esse de vincular o futebol com o discurso nacionalista?

Sem cair no perigo de realizar juízos valorativos em relação a importância do futebol e do próprio sentimento nacional, precisamos então compreender como o *foot-ball* foi reinventado no Brasil como futebol e analisar, a partir da participação de segmentos da sociedade civil e da sociedade política na elaboração, lapidação e implantação desta tradição.

### *2.2.1 Intelectuais e invenção da pátria de chuteiras*

Ao discutir sobre a categoria dos intelectuais, Gramsci (2001) apresenta um conceito de intelectual relacionado com o contexto histórico, analisando em conjunto ao contexto no qual ele está inserido e atuando. A importância dos intelectuais no processo de disputa pela hegemonia seria fundamental, posto que o intelectual se define pela forma como atua nas relações sociais, sendo um intermediador entre os grupos e/ou representante de determinados segmentos da sociedade civil (intelectual orgânico). Neste contexto, Gramsci (2001: 20-21) afirma que,

> Por enquanto, podem-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente, à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Essas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político.

O intelectual atua, portanto, como operacionalizador do consenso social e ainda opera no sentido de legitimar uma dada visão de mundo e justificar a coerção estatal. Os intelectuais podem ser caracterizados de forma orgânica, tradicional ou ainda se vinculando como segmentos dominados a serviço da classe dominante, que refletem e disseminam os ideais hegemônicos dos segmentos mais abastados, mesmo que não sejam os beneficiários de sua própria atuação.

Desta forma, especialmente em relação ao discurso nacionalista e sua vinculação com o futebol, o papel dos escritores e cronistas nos grandes veículos de comunicação da época (jornais e o rádio) foi de suma importância para compreender

os argumentos e ferramentas utilizadas para a disseminação de um discurso de futebol à brasileira e de um nacionalismo de chuteiras.

E embora a análise sobre o nacionalismo varguista em muito seja visto a partir das ações diretas do Governo (tanto em relação às leis trabalhistas quanto pela estrutura e organismos de sua política cultural), é importante analisar a forma como estes personagens, os intelectuais, atuaram junto a organizações da sociedade civil para a construção e legitimação de um projeto de país representado por um novo discurso sobre o futebol. Segundo Souza (2008: 36),

> Nesse período, os esportes e a moderna comunicação de massa, como imprensa, cinema e rádio, foram significativos em transformar os símbolos nacionais em parte da vida dos indivíduos comuns, rompendo as divisões que existiam entre o privado e o público, entre o local e o nacional. As partidas foram transformadas num espetáculo de massa [...].

Especialmente nos grandes centros, intelectuais como Mario Filho, Gilberto Freyre, Vargas Neto, Lyra Filho e Nelson Rodrigues desenvolveram a partir de 1930 uma série de vinculações entre futebol e identidade nacional. Não foram os únicos, mas se destacaram em função das densidades de suas considerações. Embora não tenha desenvolvido de forma cotidiana escritos sobre o futebol tal como os irmãos Rodrigues, Freyre em suas análises sobre a identidade brasileira desenvolveu a ideia de uma “democracia racial” brasileira, que teria no futebol um importante exemplo.

Neste processo, Oliveira (2015: 8-9) aponta que,

> De um modo geral, nas primeiras décadas do século XX as questões socioculturais no Brasil eram permeadas por proposições defendidas pela classe dominante que objetivava segregar espaços e grupos sociais (como, por exemplo, a proibição de determinadas práticas culturais, como a capoeira e o samba). Todavia, é possível observar que ao longo dos anos de 1930 tal postura foi sendo transformada no sentido da construção de um discurso nacionalista e que, de certa forma, passava a disseminar uma proposta de agregação entre culturas, numa perspectiva de formação de uma *brasilidade.* Diversos estudos foram realizados à época, dentre estes destacamos os de Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, que passaram a pensar a formação da “família brasileira” e nas “raízes do Brasil”. Estes pensadores não mais negavam a participação efetiva da cultura afro-brasileira e indígena na formação cultural que agora ganhava ares nacionais e ao contrário, avançavam na perspectiva de superar (ao menos em nível discursivo) a postura de eugenia em relação a presença destes grupos na sociedade.

Em seus escritos, Gilberto Freyre (1998) desenvolveu uma narrativa que visava integrar no âmbito discursivo as três grandes categorias raciais analisadas à época (negro, indígena e o branco). Em sua obra “Casa Grande e Senzala”, o referido

escritor enaltecia uma estrutura social em que cada um destes grupos tinham um papel de destaque e relevância dentro da sociedade. Procurando incluir em sua análise o papel dos negros, Freyre enaltecia ainda o aspecto de miscigenação racial na figura do mulatismo, categoria esta que daria o tom e a especificidade da sociedade brasileira. Nestes termos, ele enfatiza no prefácio da obra “Negro no futebol brasileiro” de Mario Filho:

> O desenvolvimento do futebol, não num esporte igual aos outros, mas numa verdadeira instituição brasileira, tornou possível a sublimação de vários daqueles elementos irracionais de nossa formação social e de cultura. A capoeiragem e o samba, por exemplo, estão presentes de tal forma no estilo brasileiro de jogar futebol [...] Com esses resíduos é que o futebol brasileiro afastou-se do bem ordenado original britânico para tornar-se a dança cheia de surpresas irracionais e de variações dionisíacas que é. [...] Sublimando tanto do que é mais primitivo, mais jovem, mais elementar, em nossa cultura, era natural que o futebol, no Brasil, ao engrandecer-se em instituição nacional, engradecesse também o negro, o descendente do negro, o mulato, o cafuzo, o mestiço. (FREYRE,2010: 25).

Diferentemente do discurso hegemônico do *foot-ball* defendidos das décadas anteriores pelos segmentos dominantes, o futebol à brasileira se tornou no âmbito do discurso o local de enaltecimento da pluralidade étnica brasileira (vista naquele período a partir do aspecto racial) e numa valorização da nação brasileira, de um estilo próprio de jogar (e dançar). O abrasileiramento do *foot-ball* se daria, portanto, a partir da inclusão de elementos culturais presentes na sociedade brasileira, onde o futebol brasileiro, apropriando-se do mulatismo, da capoeira, do samba seria não apenas jogo como ainda dança, arte e beleza. É nesta perspectiva que Burke (2009: 203) aponta que,

> Por ocasião da Copa do Mundo de 1938, Gilberto Freyre publicou um artigo famoso descrevendo o estilo brasileiro de jogar como “um conjunto de qualidades de surpresa, de manha, de astúcia, de ligeireza e, ao mesmo tempo, de brilho e espontaneidade individual.” [...] Freyre prosseguiu para destacar o que chamou “nosso mulatismo ágil em assimilar, dominar, amolecer em dança, em curvas as técnicas europeias ou americanas mais angulosas para o nosso gosto”.

Esta tradição sobre o futebol teve ainda como grande defensor o jornalista e empresário, Mario Rodrigues Filho (Mario Filho). Seja ao longo de suas crônicas esportivas, nas considerações realizadas no livro “O Negro no futebol brasileiro” ou ainda pelo papel de destaque desempenhado como editor chefe e dono do *Jornal dos Sports* (adquirido em 1936, onde Filho recebeu apoio e financiamento de seus amigos

Arnaldo Guinle e Roberto Marinho) e pelas relações estabelecidas por ele com dirigentes dos clubes cariocas e com o próprio presidente Vargas, Mario Filho tornou-se uma das maiores referências no que se diz respeito a este momento histórico e ao discurso nacionalista sobre o futebol.

Mario Filho possuía uma grande rede de sociabilidade, construindo uma estreita relação com importantes figuras das classes dominantes carioca, tanto no que se diz respeito a estrutura clubista do futebol como ainda dos grandes jornais (O Globo). De acordo com Antunes (2004), entre os amigos de Mario Filho estavam José Bastos Padilha (presidente do Flamengo durante a década de 1930), Arnaldo Guinle (presidente da CBD ao longo dos anos de 1920), José Lins do Rego e Roberto Marinho.

Foi ainda com o apoio de Roberto Marinho que Mario Filho, além do *Jornal dos Sports*, tornou-se diretor chefe do Globo Sportivo, e ainda das publicações esportivas do jornal O Globo. E especialmente em relação ao *Jornal dos Sports*, Mario Filho o transformou no mais renomado jornal esportivo brasileiro naquelas décadas, tornando-o o maior veículo de construção e disseminação de ideias não apenas sobre o esporte e com destaque ao futebol, como ainda formas de pensar e ver a sociedade brasileira a partir desta prática cultural. Sobre o jornal, Oliveira (2015: 3) enfatiza:

> Nele, além de Mario Filho, teriam papel de destaque na construção de crônicas e notícias sobre o esporte, especialmente o futebol, escritores como: João Lyra Filho, José Lins do Rego e Manuel do Nascimento Vargas Neto (sobrinho de Getúlio Vargas). Junto de Mario Filho, estes intelectuais e políticos (a exemplo de Vargas Neto, que ocuparia a gestão da Confederação Brasileira de Desportos, vinculada ao poder público) fariam parte de um importante processo de invenção de tradições e sentidos nacionalistas para o futebol, não apenas para a prática em si como ainda construindo noções sobre o ato de torcer e tudo aquilo que fosse relacionado ao futebol.

Podemos observar aqui o uso do jornal como veículo para o desenvolvimento do discurso nacionalista por meio do futebol, onde jornalistas, dirigentes de clubes e confederações esportivas, políticos e escritores em geral atuaram de forma sistemática para a legitimação de um futebol abrasileirado. Além do Jornal dos Sports, o meio jornalístico de um modo geral desde da inserção do futebol no Brasil se estabeleceu como um importante espaço de divulgação e criação de sentidos sobre a prática esportiva. Entretanto, foi a partir da década de 1930 que o jornalismo esportivo, tal como o próprio futebol (conforme veremos adiante) se profissionalizou e o

jornalismo, na figura dos jornalistas esportivos, e os jornais se especializaram na narração da prática esportiva.

Sobre esta estreita relação entre imprensa e esporte, Melo (2012: 47) considera que,

> Em função do forte relacionamento estabelecido, a imprensa se constitui em excelente fonte para melhor compreendermos a construção de representações ao redor do esporte. Mesmo que privilegiando determinado ponto de vista, o das elites, em função da sua ambiguidade, típica de sua função mediadora, é possível captar diferentes e divergentes perspectivas sobre a prática, cuja conformação ajuda-nos a entender o quadro de uma sociedade em mudança.

Desta forma, analisar o papel dos jornalistas, na qualidade de intelectuais, e da imprensa figura em importante ferramenta para compreender os discursos, como ainda os interditos e seus limites postos pela realidade histórica e também pelas divergências e contradições existentes na própria construção das narrativas ao longo do período analisado. Além disso, é ainda um espaço onde a relação entre meios de comunicação e propaganda política, como discute Capelato (2009) notadamente nos governos autoritários onde o monopólio e a censura caracterizavam-se como instrumento de controle em uma complexa relação entre sociedade política e civil.

Em relação ao futebol a partir da década de 1930, a vinculação com o discurso nacionalista se moldou, conforme ressaltamos, na vinculação da prática do futebol como elemento formado por características inerentes aos grupos formadores da “brasilidade”, notadamente as práticas culturais afro-brasileiras. Contudo, é preciso observar as contradições neste discurso, de forma a pensar não apenas o modelo de nacionalismo de chuteiras construído no período, como ainda o que de fato se implementou na sociedade brasileira em suas diversas regiões e espacialidades, urbana e rural.

Dentre os intelectuais da época empenhados em pensar sobre futebol, os irmãos Rodrigues foram um dos mais destacados neste processo. Mario Filho e Nelson Rodrigues construíram termos, hoje clássicos, sobre o futebol e atuaram diretamente junto as instituições esportivas e da sociedade política para dar validade e ressonância aos seus projetos de valorização nacional a partir deste jogo de bola. Nelson Rodrigues retratou a sociedade brasileira em vários termos, mas dois são especialmente ligados ao futebol: a síndrome de vira-latas e a pátria de chuteiras. Enquanto isso, Mario Filho se destacou como jornalista esportivo e como importante

referência nas discussões sobre a profissionalização do futebol e da construção de novos significados sobre as torcidas e demais questões ao redor da prática futebolística.

Embora tenha construído os termos especialmente a partir da Copa do Mundo de 1950, os significados deles podem ser pensados a partir do seu processo de maturação ao longo das décadas de 1930 e 1940. Com a criação da Copa do Mundo de futebol, com primeira realização em 1930 no Uruguai, o futebol se tornou um importante instrumento de enaltecimento nacional. Se antes as disputas do futebol brasileiro se davam a partir dos regionalismos e clubismos, com a Copa do Mundo a seleção brasileira ganhou destaque, em uma competição internacional fortemente acompanhada (posto que o futebol já era popular em boa parte dos países europeus e nos países vizinhos da América do Sul).

Enquanto no cenário político e econômico o Brasil não se destacava em relação às grandes potências europeias, talvez a partir do futebol fosse possível inverter simbolicamente a ordem geopolítica e econômica internacional (conforme menciona Giulianotti (2010) em relação ao papel do futebol no século XX). Nelson Rodrigues, neste sentido, ao vincular o futebol com o discurso nacionalista o fez não apenas devido a uma popularidade do futebol (até mesmo porque essa própria popularidade foi em muitos momentos efeitos diretos deste discurso) e sim como uma forma de pensar positivamente um aspecto capaz de diferenciar o Brasil dos demais países.

Entretanto, essa diferenciação não se dava por ter uma prática única. Afinal como poderia ser comparado aos demais? E sim por exercer uma prática melhor que as dos demais, por jogar o futebol tal como os demais, respeitando as mesmas regras, mas se destacando por ter no selecionado brasileiro, o “gênio”, o gingado, por vivenciar como nenhuma outra nação, o futebol. Por ter o futebol à brasileira. Por reinventar o futebol.

Este discurso foi amplamente disseminado por ele em suas crônicas onde,

> [...] 58 nos libertou de todas as nossas frustrações. Os negros, os mulatos, os brancos do país surgiram numa plenitude até então desconhecida. E, de então pra cá, o brasileiro tem um destino de campeão. Vence tudo. Os nossos cavalos triunfam, lá fora, não porque sejam bons, mas porque são brasileiros. As nossas caixas de fósforos ganham nas exposições. Há coisa mais comovente do que um zebu premiado, com uma medalha pendurada na fitinha? Se os cavalos, os zebus, as caixas de fósforo estão brilhando – por que falharia o homem? Aí é que está: - é o homem brasileiro que vai lutar amanhã, contra o tcheco, para levantar o bi. [...] Acredito no bi, porque, repito, acredito no homem genial do Brasil. (RODRIGUES, 2014: 127-128).

Entretanto, para realizar tal afirmação, Nelson Rodrigues teve como uma de suas maiores referências seu irmão mais velho, Mario Filho, responsável por décadas anteriores, formular este discurso, lapidando junto aos clubes e entidades públicas, o papel que o futebol teria no discurso nacionalista. Segundo Ruy Castro (1992), Mario Filho era o “ministro sem pasta do futebol” onde,

> Sua presença já não cabia nos estádios, nas redações, às vezes nem nas ruas. Tornara-se o ministro sem pasta do futebol brasileiro, a quem os jogadores, os clubes e a CBD (Confederação Brasileira de Desportos) iam pedir conselhos quando tinham de decidir alguma coisa. E, como nunca ia pedir nada, entrava e saía de gabinetes de presidentes da República como se fossem a casa da mãe Joana. Gregório Fortunato, o “anjo negro” de Getúlio, era um que, ao vê-lo entrar no Catete, dizia: “Ainda bem que o senhor veio, doutor Mário. O homem hoje está num mau humor de amargar”. A arma de Mário Filho era um lápis. (CASTRO, 1992: 207)

Muitos enaltecem o papel de Mario Filho na sua obra “O Negro no futebol brasileiro”, mas é necessário refletir, conforme aponta Antunes (2004) para as limitações existentes na obra, principalmente em sua construção mítica e romântica do papel do negro no futebol. Além disso, precisamos ainda observar a posição de Mario Filho como articulador entre segmentos da sociedade civil e política, devido sua estreita relação entre dirigentes de clubes e de conselhos esportivos, do esporte e políticos cariocas.

Em relação à sua grande obra, Mario Filho retrata a importância do jogador negro na formação do futebol brasileiro, sustentando (como a própria ideia de democracia racial freyreana) uma valorização na relação hierarquizada na sociedade, onde embora os negros sejam importantes, sua significância se dá por características raciais definidas e determinantes, representadas no jeito “malandro”, promovedor do futebol-arte e mulato. Entretanto, é esta mesma característica que, em tempos de derrota, que é utilizada para justificar uma suposta ineficiência, ou deficiência, do futebol brasileiro em concorrer com o futebol europeu.

> Quem amava o futebol sentia essa dependência. Daí a gratidão de tanto branco, por um mulato ou preto que ganhava um jogo ou um campeonato. O amor pelo clube transferia-se para os que o defendiam em campo, independentemente da cor. E talvez a gratidão maior fosse pelo mulato ou pelo preto por um senso de justiça que, lá no fundo, descerrava o véu de um racismo. O torcedor do Fluminense gostava do preto dele. Tratava-o como branco. Mas chamava de negro o preto do outro clube. Para ofender. (RODRIGUES FILHO, 2010: 281) (grifo nosso).

Desta forma, o discurso defendido por ele a partir do futebol, enaltece um nacionalismo em que, no final das contas, reforça o papel da classe dominante como a maior beneficiária. O futebol-arte valoriza e ao mesmo tempo romantiza e mitifica o negro, isolando e descaracterizando as divergências raciais e a desigualdade social existente e crescente no Brasil. Embora o autor procure, a partir do futebol esvaziar e até mesmo eliminar a existência do racismo na realidade brasileira, é no mesmo futebol em que as contradições se tornam a tônica em muitos momentos, conforme aponta Helal, Soares e Lovisolo (2001).

Embora haja uma tendência de pensar o futebol como “ópio do povo”, é importante mencionar a complexidade na forma em que intelectuais como Mario Filho e Nelson Rodrigues construíram suas narrativas e ainda a relação entre discurso, prática e gestão do futebol. A presença e valorização dos atletas negros não pode ser desconsiderada, notadamente em virtude do discurso anterior do *foot-ball*, que simplesmente ignorava e eliminava a existência destes na prática elitizada do esporte. Entretanto, essa valorização possuiu fortes limitações, tais como as já citadas, e precisamos pensar ainda nos arranjos políticos e econômicos no Brasil pós 1930, de forma a observar os sentidos construídos a partir do futebol e ainda as influências do cenário externo na prática e no discurso deste jogo de bola.

Neste sentido, outro ponto que merece destaque, conforme observamos com as considerações de Souza (2008) diz respeito a profissionalização dos clubes que consistiu em um fenômeno inicialmente fortemente urbano e centrado nas grandes cidades, construindo um futebol nacional fortemente centralizado nos clubes cariocas, paulistas e na figura do selecionado nacional (que seria formado majoritariamente pelos atletas dos clubes de São Paulo e Rio de Janeiro). Para isso, a intervenção do Estado se formulou como estratégia para ampliar os limites do futebol, seja por meio do rádio, pela criação de entidades de controle da prática esportiva como ainda pelo apoio financeiro a clubes e com a seleção brasileira.

Afinal, como foi construído e estabelecido um discurso nacionalista do futebol baseado no enaltecimento de seu caráter regionalista e focado na figura de determinados clubes em conjunto da seleção nacional da CBD?

### *2.2.2 "Nacionalização" e profissionalização dos clubes de futebol*

Para analisar os argumentos levantados para enaltecer a “pátria de chuteiras”, precisamos considerar as ferramentas de controle efetivo do novo modelo de futebol nacionalizado que se construiu no Brasil a partir da década de 1930. E como forma de compreender o processo de nacionalização dos clubes de futebol no Brasil pós 1930 se faz importante considerar a relação entre os intelectuais (especialmente jornalistas esportivos, escritores e sociólogos), os clubes esportivos e a intervenção direta do Governo (notadamente a partir do Estado Novo) na gestão e controle da prática do futebol.

A apropriação do futebol, conforme enfatizamos, se deu como uma importante referência do discurso nacionalista, tanto por parte dos clubes, confederações, escritores e jornalistas como ainda por parte do Governo Vargas. Tal como apresenta Capelato (2009) a construção de uma comunidade imaginada na qualidade de pátria de chuteiras foi uma das mais efetivas ferramentas culturais para a aproximação entre sociedade em geral e Estado autoritário (especialmente ao longo do Estado Novo).

Entretanto, para alcançar um maior número de pessoas nas mais variadas regiões do país (regiões estas em muito isoladas em relação as grandes capitais) o governo instituiu a partir do DIP uma série de estratégias para disseminar a propaganda política do governo e, por tabela, dar espaço e destaque aos clubes do futebol carioca, além da figura do selecionado nacional.

Acreditamos que esporte foi, de um modo geral, um importante elo entre governo e população e ainda um espaço de demarcação de poder por parte daqueles que detinham a hegemonia deste novo discurso sobre o futebol. Além disso, as disputas internas[12] no controle da prática deste esporte nos mostram ainda os limites entre o novo projeto para o Brasil, permeado pelo conflito entre tradição elitista e amadora versus modernização e profissionalização do esporte.

A dualidade entre a visão de um país arcaico e rural em oposição a de um nacionalismo fortemente valorizador do aspecto urbano e industrial foi representado no futebol a partir das disputas entre a visão de um país elitizado contra a de um discurso nacionalista que visava integrar por meio dos aspectos culturais os diversos

[12] Existia dentro das federações regionais e na CBD (Confederação Brasileira de Desportos) uma grande divergência entre os dirigentes sobre o processo de profissionalização do futebol em detrimento do seu amadorismo. E no meio disso, havia ainda a discussão racial da inclusão ou exclusão de negros e de segmentos menos abastados da sociedade da prática esportiva nos principais clubes de futebol.

grupos sociais brasileiros, tendo na profissionalização um elemento de democratização do acesso à prática esportiva. Além disso,

> Um olhar mais atento à cisão do futebol brasileiro pode, no entanto, observar que a disputa não era uma mera discordância entre amadores e profissionais. O dissídio representava as próprias contradições do regime vigente. A antiga elite que dirigira o futebol nacional, representada por Arnaldo Guinle, que fora presidente da CBD de 1916 a 1920, perdia o controle da direção do esporte nacional para um novo grupo que ascendia juntamente à Revolução de 1930. Nomes como Luz Aranha e João Lyra Filho, ambos ligados ao Botafogo e à CBD, passavam a exercer grande influência junto à confederação Brasileira de Desportos e iam aos poucos assumindo o controle da entidade. (DRUMOND, 2009: 220).

Com isso, a partir de 1930 a transformação do discurso hegemônico sobre o futebol do *foot-ball* moderno e distinto para o futebol à brasileira, mulato e dionisíaco não se deu apenas como forma de incluir um maior contingente de pessoas para a prática do futebol, como ainda e principalmente, demarcar o controle de um novo grupo sobre a gestão do futebol brasileiro, respaldando um discurso de integração nacional e de grupos sociais distintos.

A vitória da profissionalização se deu a partir da organização entre os principais clubes dos grandes centros junto ao apoio de jornalistas como Mario Filho e ainda o respaldo obtido a partir do controle destes atores sociais junto às entidades públicas e com uma participação ativa nos projetos de regulamentação do esporte e em especial do futebol, por parte do Estado.

Sobre a atuação do Estado,

> [...] ao longo da década de 1930, após observar a grande efervescência nos debates sobre o futebol, o governo tomou para si o controle da prática do futebol, outrora relegada apenas aos clubes às entidades regionais e a CBD. Em meados de 1935 governo passou a estreitar relações com as organizações privadas reguladoras da prática do futebol e em 1936, Luiz Aranha, irmão de Oswaldo Aranha (ministro e amigo de Getúlio Vargas) assumiria o controle da Confederação Brasileira de Desportos. Observando a grande importância do futebol como elemento de propaganda política, não apenas no cenário nacional como também internacional, o governo Vargas passou a controlar cada vez mais efetivamente o futebol. No tocante a legislação, as mais significativas e efetivas leis em relação ao controle do esporte seriam criadas durante o Estado Novo: Decreto-lei n. 526, de 1º de julho de 1938 – criação do Conselho Nacional de Cultura; Decreto-lei n. 1056 de 21 de janeiro de 1939 – criação da Comissão Nacional de Desportos; e Decreto-lei n. 3.199, de 14 de abril de 1941 – criação do Conselho Nacional de Desportos (CND). (OLIVEIRA, 2015: 7).

A estreita relação entre organismos civis (CBD e clubes) com os aparelhos de controle do Estado (CND e legislação) tornou o futebol um espaço disseminação de

uma visão nacionalista do Brasil e ao mesmo tempo, um ambiente altamente controlado por dirigentes alinhados ao governo e centralizados nas grandes cidades, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo. Deste modo,

> Para os governantes, já não era mais possível esperar que os particulares tomassem a seu cargo a responsabilidade de desenvolver os esportes. Por falta de meios financeiros, os esportes não se desenvolviam onde mais se precisava: no interior do Brasil. Com exceção das grandes cidades, onde a renda dos jogos de futebol poderia cobrir as despesas dos clubes, o restante do país estava praticamente abandonado. Era necessário intervir e, ao mesmo tempo, conseguir o apoio da sociedade. Durante toda a década de 1930, membros do governo procuraram pensar e planejar uma ação direta. Finalmente, em 1941, a oficialização dos esportes se consolidou com a criação do Conselho Nacional de Desportos (CND). (SOUZA, 2008: 38)

A partir de 1941, com a criação do Conselho Nacional de Despostos, é possível observar a efetiva intervenção do Estado nas organizações civis, ou uma simbiose entre ambas. O decreto-lei n. 3.199 de 1941 apresenta em seu capítulo terceiro, cujo título se dá “Das confederações desportivas”, uma série de ferramentas de controle efetivo que viria a ser exercido pelo CND sobre a CBD e ainda sobre as demais confederações e federações esportivas. Além disso, no parágrafo segundo do artigo 16 estabelece a ênfase a ser dada pelo futebol junto à CBD, onde estabelece que “No exercício da atribuição que confere o presente artigo, o Conselho Nacional de Desportos terá em mira que o foot-ball constitue o desporto básico e essencial da Confederação Brasileira de Desportos”.

E embora determine em lei em seu artigo dezessete e vinte e três que os regimentos internos das confederações e federações sejam definidos em seus próprios estatutos, argumenta que estes mesmos deverão, para ter validade, ser homologados e aprovados pelo Ministro da Educação e Saúde. Além disso, para participar das ligas e campeonatos nacionais ou internacionais, os clubes e entidades deverão pedir autorização do CND. Além disso, no artigo trinta e seis (36) apresenta-se que “Não poderão promover exibições públicas de qualquer modo remuneradas, as entidades desportivas que não sejam direta ou indiretamente vinculadas ao Conselho Nacional de Desportos”.

A intervenção do Estado no esporte se deu ainda na construção de uma legislação altamente nacionalista, onde no artigo trinta e dois (32) do Decreto-Lei acima citado, a participação de atletas estrangeiros é fortemente controlada e limitada:

> Art. 32. Nas exibições desportivas públicas de profissionais, nenhum quadro nacional poderá figurar com mais de um jogador estrangeiro.
> Parágrafo único. O Conselho Nacional de Desportos poderá em circunstâncias especiais elevar até o máximo de três o número de estrangeiros de cada quadro nas exibições públicas.

Ao limitar a presença de jogadores estrangeiros, a legislação sobre o esporte passa a implementar via legislação uma série de discursos defendidos por segmentos da sociedade civil e intelectuais da “brasilidade”. O ser brasileiro já não seria apenas a necessidade, seria a regra. E mais adiante nos artigos do Decreto-Lei 3199 de 14 de abril de 1941 fica ainda mais explicito os direcionamentos nacionalistas a serem dados ao esporte:

> Capítulo VIII
> Das Regras, símbolos e expressões desportivas
> [...] Art. 44. O Conselho Nacional de Desportos fará elaborar projeto dos símbolos desportivos nacionais, a serem usados pelos competidores brasileiros nos Jogos Olímpicos, e os aprovará por decisão unânime. [...]
> Art. 45. Será constituída, pelo Ministro da Educação e Saúde, uma comissão de especialistas que estude e organize um plano de nacionalização e uniformização das expressões usadas nos desportos. [...]
> Art. 48. A entidade desportiva exerce uma função de caráter patriótico. [...].

Ficou latente, a partir dos exemplos ao longo da década de 1930 e 1940, a representatividade que o esporte exerce nas sociedades e no Brasil do Estado Novo, o esporte e o futebol não seriam apenas elementos de enaltecimento do sentimento nacional, seriam eles mesmos compostos por brasileiros e responsáveis por atuar diretamente na disseminação do ideal nacionalista e patriótico, seja em competições locais, regionais, nacionais internacionais (onde serviria de baluarte dos símbolos nacionais).

> Essa tendência assumia contornos ainda mais definidos em um momento político no qual a centralidade do Estado como elemento formador da nacionalidade ganhava maior nitidez na postura dos dirigentes políticos. A confluência da concepção acerca do Estado com os ideais de raça e nacionalidade também implicava uma compreensão do esporte como ferramenta para a construção de uma raça forte, adaptada à vida nos trópicos e apta a desenvolver o chamado “destino histórico” do povo brasileiro. Disseminar a prática esportiva correspondia a uma modelo getulista de eugenia, de fabricação do tipo ideal do homem nacional. Por outro lado, na esfera exclusivamente política, era interessante para o governo Vargas que o comando do esporte permanecesse centralizado, submetido a uma supervisão governamental. (SARMENTO, 2013: 63-64).

Além disso, com o artigo quarenta e cinco (45) podemos ver o processo de abrasileiramento dos termos a serem usados na prática esportiva, especialmente no futebol. Os clubes passariam então a mudar suas nomenclaturas, nacionalizando-as. O *sport*, *club*, *foot-ball* passariam então a ser progressivamente abrasileirados nos termos esporte, clube, futebol, entre outros. O Palestra Italia em São Paulo viria a se tornar o Palmeiras e em Minas Gerais, o Cruzeiro. Entretanto, conforme podemos observar no próprio decreto, essa mudança não foi absoluta, a citar pelos termos estrangeiros presentes na legislação.

Porém, o esforço de intelectuais, da sociedade política e civil foram intensos ao longo das décadas de 1930 e 1940, culminando o que viria ser na década de 1950 denominado por Rodrigues (2013) como a *pátria de chuteiras*. Afinal, o futebol praticado no Brasil poderia até não ser, na prática, melhor que a dos demais, entretanto este esporte foi ao longo destas décadas apropriado e representado como um dos grandes símbolos da nação brasileira e do sentimento nacional.

A seleção brasileira de futebol tornara-se então a base de enaltecimento do brasileiro em relação ao mundo. Uma vitória no futebol passou a ser vista como uma vitória do país. O selecionado realizado por uma instituição da sociedade civil (CBD, atual CBF) passaria então a transfigurar-se como representante da sociedade política e dos anseios nacionais de um modo geral. Algo que seria, nas décadas seguintes altamente apropriado pelos governos democráticos e autoritários.

E o futebol profissional, organizado e sistematizado, controlado pelas federações, confederações filiadas a CND e a FIFA, teve ainda mais um importante elemento de vinculação ao sentimento nacionalista: os clubes. Diferente ao fenômeno que pode ainda nos dias atuais ser visto em muitos países europeus, onde o bairrismo clubista é extremamente fortificado (a exemplo dos clubes espanhóis) no Brasil o processo de popularização do futebol se deu aliado ao um discurso nacionalista dos clubes.

Coutinho (2014) ao analisar este processo, apresenta o papel desempenhado pelo Clube de Regatas do Flamengo e sua reinvenção como clube popular (renegando seu passado elitista). Nestes termos,

> [...] o profissionalismo gestado nos anos 1930 ocorreu em convergência com o processo de popularização da instituição. E foi a transformação das bases simbólicas da instituição ocorrida nos anos 1930 que forjou a memória popular do clube, atribuindo ao Flamengo um caráter popular que remonta ao passado imemorial dos tempos amadores. Em um complexo processo de

> construção da memória, o passado amador e elitista passou a constituir o *Flamengo profissional* sendo lembrado como a fase embrionária da vocação popular da instituição. [...] O pertencimento à nação passava a ser nos anos 1930 uma estratégia de reconhecimento de valores, tradições e anseios dos trabalhadores, bem como da própria cultura popular. Estado e trabalhador haviam encontrado um vocabulário adequado para o reconhecimento mútuo: o nacionalismo. Atento a essas transformações, o Flamengo foi o primeiro clube de futebol no Brasil que se apropriou do bem-sucedido discurso nacionalista estatal. Através de campanhas de marketing e ações sociais, o antes clube refinado passou a dialogar com os setores populares, reivindicando o posto de clube representante da nação. (COUTINHO, 2014: 17).

O Flamengo sob diretoria de José Bastos Padilha promoveu ao longo da década de 1930 um conjunto de estratégias e discursos que o vinculavam ao ideário nacional. O clube carioca logicamente não seria a seleção nacional da CBD, mas seria o clube representante do que poderia vir a *ser* brasileiro. Ainda em 1932 o clube já iniciaria seu processo de maximização do alcance da sua importância simbólica e popular, por meio de viagens para outras regiões do país.

Figura 4: Flamengo na Bahia

O FLAMENGO NA BAHIA

Definitivamente Resolvida A Excursão Do Rubro-Negro

O Primeiro Jogo Deverá Ser A 30 De Outubro, Contra O S. C. Victoria, Promotor Da "Tournée"

JORNAL DOS SPORTS foi o unico orgão de nossa imprensa que noticiou a ida do Flamengo á Bahia.

Em principio, foi acceito o convite.

Agora, dada a brilhantissima figura do campeão de terra e mar no actual campeonato, a excursão está definitivamente assentada para a segunda quinzena de outubro.

O CONVITE PARTIU DO S. C. VICTORIA

Como haviamos noticiado, foi por intermedio do dr. Ballalai, pae do player Adelino, que o S. C. Victoria fez o convite ao C. R. Flamengo, para a excursão á "Bôa Terra".

Assim, pois, o rubro-negro será hospede do S. C. Victoria.

O EMBARQUE SERÁ' A 23 DE OUTUBRO

Em vista de estar ausente

(Conclue na 4ª pagina)

Bahianinho

Fonte: Jornal dos Sports, Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1932, Ano II, N. 465

Figura 5: Flamengo em Pernambuco

O FLAMENGO IRÁ TAMBEM A PERNAMBUCO

Tres Jogos Na Veneza Brasileira, A Convite Do America

do rubro-negro

Em consequencia de negociações havidas ultimamente concluidas nessa capital, a excursão do C. R. do Flamengo ao norte do paiz, vae ser prolongada tambem até Recife, por iniciativa do America F. C., um dos gremios de maior prestigio na capital pernambucana. A proposta do gremio nortista, em principio acceita pelo Flamengo, é para uma serie de tres partidas, sendo a primeira contra o club autor do convite, outra com o campeão que será possivelmente o Santa Cruz e finalmente a terceira contra o selecionado da F. P. D.

Fonte: Jornal dos Sports, Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1932, N. 504.

As notícias acima informam, respectivamente, a visita do Flamengo à “Boa Terra” do estado da Bahia, a convite do clube S. C. Victoria e a ida do Flamengo à “Veneza brasileira” no estado de Pernambuco, a convite do América F. C. O jornal trabalha ainda com a ideia destes dois estados, hoje pertencentes a região nordeste do país, como naquele momento, sendo do norte brasileiro. O que torna sintomático o processo não completamente efetivado de interiorização do clube e ainda da própria unidade política federal na região amazônica e que viria a ganhar novos contornos apenas nos anos finais da década de 1930.

Entretanto, é importante considerar que, com este projeto de viagens à outras regiões do país, tinha-se como objetivo conquistar o apego popular, a massificação do acesso ao esporte, seja para a prática quanto para a torcida, dando ao Flamengo uma representatividade que outrora nenhum outro clube conseguiu. E tal feito só pode ser obtido a partir de uma ampla relação entre mídia, clube e Governo.

A partir de 1936, Mario Filho e seu *Jornal dos Sports* foi um dos grandes responsáveis junto aos veículos de comunicação por disseminar essa ideia de

Flamengo e de clube nacionalista e popular. O Governo, por seu lado, a partir das narrações dos jogos do campeonato carioca na Rádio Nacional, possibilitou uma grande difusão das disputas e da importância dos clubes da então capital federal. (COUTINHO, 2014).

Tal proposta foi muito bem definida pelo dirigente do Flamengo em publicação do Jornal dos Sports em 11 de novembro de 1936, com o título “Tudo pelo Flamengo, tudo pelo Brasil!”:

Figura 6: “Tudo pelo Flamengo, tudo pelo Brasil!”

TUDO PELO FLAMENGO, TUDO PELO BRASIL!

Como o Sr. Bastos Padilha Falou Ao Microphone

*A Radio Cruzeiro do Sul instituiu os seis minutos do Flamengo, em sua hora sportiva dirigida por Ary Barroso. Durante esta semana, cada dia um vulto proeminente do rubro-negro occupará o microphone para dizer alguma coisa sobre o grande club. Iniciou a serie o senhor Bastos Padilha que falou sobre o passado, o presente e o futuro do Flamengo. "O gigante feliz que trabalha fazendo athletas, educando homens". E o Sr. Bastos Padilha terminou assim:*

*"Mas ha algo de maior dentro do seu sêr, foi o que elle me ensinou, e foi o que elle ensinou a todos os flamengos — bastava que nós rasgassemos o peito deste gigante rubro-negro e veriamos escripto em seu coração: "Tudo pelo meu querido Brasil".*

Fonte: Jornal dos Sports, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1936, n. 2.192

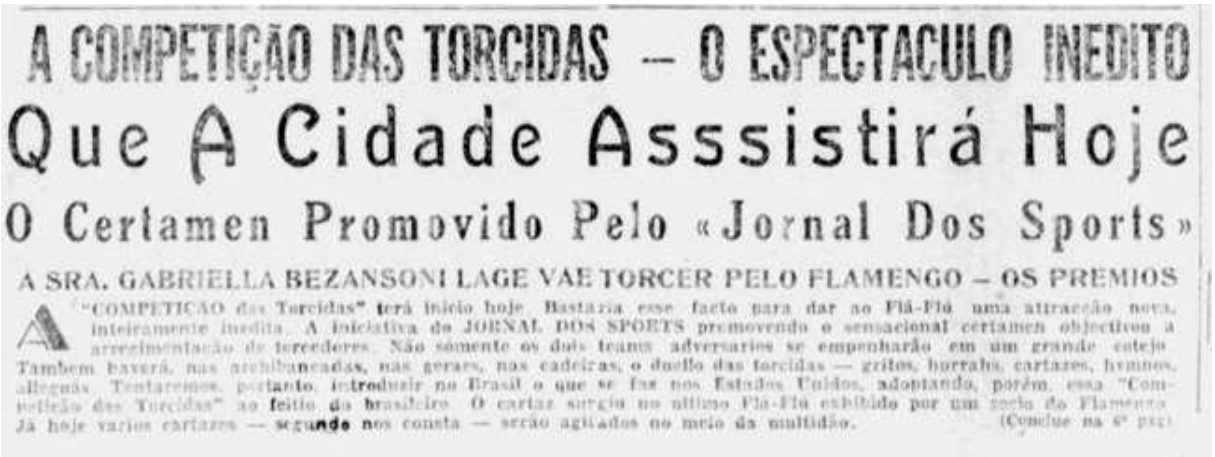
Em entrevista à Radio Cruzeiro do Sul na chamada “hora sportiva” sob direção de Ary Barroso, Bastos Padilha enfatiza sobre o papel do Flamengo:

> Mas há algo de maior dentro de seu sêr, foi o que ele me ensinou, e foi o que elle ensinou a todos os flamengos – bastava que nós rasgássemos o peito deste gigante rubro-negro e veríamos escripto em seu coração: Tudo pelo meu querido Brasil".

O clube carioca se pretendia brasileiro, o "gigante rubro-negro", o coração o sentimentalismo envolto da construção mítica dos ídolos do Flamengo e da própria reinvenção da trajetória deste clube fez do Rubro-Negro carioca um dos clubes mais populares do Brasil, até os dias atuais. E além do espaço direcionado ao Flamengo nos principais jornais esportivos da época, o clube passou também a realizar viagens para diferentes regiões do país com o objetivo de ampliar o alcance do clube e aumentar o número de torcedores.

A própria ideia de torcer foi reconstruída neste processo. Em conjunto ao Jornal dos Sports, passaram a ser realizados, de acordo com Hollanda (2012), torneios entre as torcidas (inventando um novo modo de acompanhar os jogos de futebol), visando construir uma disputa entre a assistência, mostrando que vencer jogos não seria o ponto mais importante da prática esportiva e sim apresentar aos demais o amor, o pertencimento a comunidade de chuteiras imaginada, um nacionalismo clubista ("tudo pelo Flamengo, tudo pelo Brasil!").

Figura 7: A competição das torcidas



A COMPETIÇÃO DAS TORCIDAS — O ESPECTACULO INEDITO

Que A Cidade Asssistirá Hoje

O Certamen Promovido Pelo «Jornal Dos Sports»

A SRA. GABRIELLA BEZANSONI LAGE VAE TORCER PELO FLAMENGO — OS PREMIOS

A "COMPETIÇÃO das Torcidas" terá inicio hoje. Bastaria esse facto para dar ao Flá-Flá uma attracção nova, inteiramente inedita. A iniciativa do JORNAL DOS SPORTS promovendo o sensacional certamen objectiva o arregimentação de torcedores. Não sómente os dois teams adversarios se empenharão em um grande cotejo. Tambem haverá, nas archibancadas, nas geraes, nas cadeiras, o duello das torcidas — gritos, hurrahs, cartazes, hymnos, allegrias. Tentaremos, portanto, introduzir no Brasil o que se faz nos Estados Unidos, adoptando, porém, essa "Competição das Torcidas" ao feitio do brasileiro. O cartaz surgiu no ultimo Flá-Flá exhibido por um zocio do Flamengo. Já hoje varios cartazes — segundo nos consta — serão agitados no meio da multidão. (Conclue na 6ª pag.)

Fonte: Jornal dos Sports, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1936, n. 2212.

Além dos gritos, as torcidas iniciavam um processo de uniformização e demarcação dos espaços nas arquibancadas. É ainda na edição de 15 de dezembro de 1936 do Jornal dos Sports, mencionada a exigência de que os torcedores rubro-negros fossem assistir ao jogo vestidos de marinheiros. É neste cenário em que o

padrão *sportmen* de jogar e, principalmente, de torcer sofreu consideráveis transformações. Ao invés da polidez, agora o amor, a paixão, o humor e o duelo nas arquibancadas se tornou a tônica do espetáculo que passava a dar um papel de destaque aos aficionados pelo jogo de bola.

Figura 8: O campeonato das torcidas e o “Fla-Flu”

O elemento feminino compareceu tambem ao [illegible] vemos um aspecto das archibancadas, quando mais intenso era o enthusiasmo de "torcedores" e "torcedoras". De principio ao fim da peleja, o publico deu ao stadium, um impressionante aspecto de vibração

A Competição Das Torcidas Fez Vibrar

A MULTIDÃO DO «FLÁ-FLÚ»

Victoriosa, Em Toda A Linha, A Grande Iniciativa De JORNAL DOS SPORTS — Primeira Etapa Empolgante — Enthusiasmo E Humorismo — O Duelo Das Torcidas Do Fluminense E Flamengo — Cartazes Sensacionaes — O Maravilhoso Aspecto Da Archibancada Social — A "Gallinha Morta"

UM espectaculo sportivo e social empolgante e inedito no paiz! Assim é que se póde classificar o Fla-Flu de ante-hontem, realizado no estadio da Rua Alvaro Chaves. Nunca no Brasil, se assistiu a uma peleja de tal vulto, em que a "torcida", a assistencia em peso, deu com o seu enthusiasmo, com as suas iniciativas naturaes humoristicas ou vibrantes de ardor, 50 % da belleza incomfundivel da luta.

O EXITO DA INICIATIVA DE "JORNAL DOS SPORTS"

A' "Competição das Torcidas", a magna e excepcional iniciativa "JORNAL DOS SPORTS", não duvida, deve-se o exito torrencial da maior peleja do anno a que reuniu no estadio tricolor, uma multidão incontavel de fans, "torcedores" desportistas, socios, curiosos, turistas, etc.

A POSTOS, RUBRO-NEGROS E TRICOLORES!

Antes do inicio do grande match, formaram-se os grupos distinctos.

O "forte" do Flamengo localisou-se na retaguarda do arco da Rua Pinheiro Machado. Ali concentraram-se o "Grupo das Piranhas", a organisação carnavalesca do gremio da "farra de

(Conclue na 6ª pag.)

Symbolizando A Amizade Flá x Flú

Fonte: Jornal dos Sports, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1936, n. 2218.

O futebol ganhou contornos cada vez mais fortalecidos nas atividades socioculturais nas principais cidades brasileiras e se tornaria uma referência para a propagação de ideias e sentimentos, especialmente o nacionalista. Faz importante, entretanto, analisar os limites deste discurso de identidade nacional e a forma como ele se estabeleceu valorizando os clubes cariocas e a figura de uma seleção brasileira cujos jogadores faziam parte dos clubes do eixo sul-sudeste brasileiro.

Além disso, precisamos considerar as contradições existentes neste processo de popularização e nacionalização da prática do futebol, onde

> [...] o futebol se introduziu no Brasil principalmente como modismo europeu com traços higienistas, moralistas, cosmopolitas e de distinção social, bem mais adequado, portanto, aos jovens da elite. Em nossas terras, o processo de popularização do futebol apresentou ritmo próprio, condizente com os limites de uma sociedade sobejamente rural e ainda herdeira de traços coloniais, com sua rigidez, hierarquias e forte índice de exclusão das camadas empobrecidas. (MASCARENHAS, 2014: 107).

Sobre este processo, tal como as relações políticas e econômicas no Brasil não podem ser resumidas em simples dualidades antagônicas, o futebol também não pode ser visto em simples oposição de *foot-ball* ao futebol (tal como se o discurso e prática popular do futebol houvesse vencido o discurso e prática elitista). O que se deu foi uma transformação da prática e do discurso como forma de apropriação de aspectos tanto da tradição elitista quanto de alguns aspectos e sujeitos das classes subalternas.

Portanto, o que podemos notar foi a construção de um discurso hegemônico de futebol à brasileira que reforçou um valor positivo na presença de jogadores negros e das classes subalternas na prática do futebol, entretanto ainda mantendo a estrutura elitizada do controle e gestão deste esporte (centrada na figura dos clubes e diretorias compostas apenas por sócios das categorias mais elevadas[13]).

---

[13] Até os dias atuais, por exemplo, o Clube de Regatas do Flamengo mantém uma estrutura altamente rígida para a formação de sua diretoria. Num rápido resumo, para votar na eleição de escolha do corpo dirigente é necessário ser sócio do clube (ou seja, pagar quantias anuais ao clube) e para se candidatar é necessário ainda ser sócio por um período mínimo de dois anos (no caso de sócio proprietário) ou três anos (demais categorias). E para ocupar o cargo de presidente e vice-presidente se faz necessário ter uma idade mínima de 35 anos e ainda ser sócio proprietário (ou seja, pagar uma elevada quantia anual ao clube e adquirindo títulos do clube). Além disso, a categoria socio-torcedor apenas garante promoções diferenciadas aos torcedores no ato de compra dos produtos do clube. De tal forma, embora o Flamengo seja na atualidade um dos clubes do Brasil com maior número de torcida, o acesso à diretoria e gestão do clube é altamente elitizado na figura dos sócios proprietários, e para votar é ainda necessário, no mínimo, ser sócio contribuinte. Com isso, o ato de torcer e jogar no clube não equivale a ter direito de controlar ou direcionar quem irá compor a diretoria do mesmo.

Foi um processo que metamorfoseou elementos do *foot-ball* elitista (no que diz respeito à gestão do futebol) e do futebol de massa (em relação a presença de jogadores e torcedores provindos de categorias sociais diversas) formando um futebol à brasileira, que como a própria sociedade, economia e política, vagueia entre o moderno e arcaico, urbano e rural, industrial e agrário, sendo em muitos sentidos os dois ao mesmo tempo, mas valendo-se de uma estrutura político-administrativa altamente conservadora e em muitos casos, autoritária.

Foi, então, desenvolvido um processo de vinculação do futebol com o nacionalismo que se moldou em grande medida numa invenção de tradição e se estabeleceu na prática a partir de uma estreita sintonia entre determinados segmentos da sociedade civil e política na construção de um projeto hegemônico, tornando o futebol uma das maiores tradições do nacionalismo brasileiro.

Além disso, o processo de disseminação de um ideal nacional a partir do futebol se deu a partir de uma popularização dos clubes cariocas, seja pela atuação do Jornal dos Sports, dos organismos do Governo e, ainda, pela atuação das diretorias dos principais times do Rio de Janeiro. E ainda hoje, tal como menciona Coutinho (2012) o grau de popularidade de um clube de futebol se mede pelo nível de nacionalização do mesmo, ou dito em outros termos, da capacidade deste clube ter torcedores nos mais diversos locais e regiões do Brasil.

O futebol como paixão nacional se destacará a partir da década de 1930, além dos aspectos citados anteriormente, pelo seu papel de ressonância como elemento cultural de destaque nas mais diversas regiões do país. Mas como se daria a estimulação e o desenvolvimento de um futebol à brasileira no interior no Brasil, especialmente nas cidades amazônicas?

Como foi, e se foi, possível construir um futebol à brasileira nestas espacialidades e se existem contradições no que se diz respeito ao futebol nacionalista versus o *foot-ball* europeizado, até que ponto a dicotomia urbano versus rural e industrial versus agrário pôde (ou não) limitar o desenvolvimento da prática e do discurso sobre o futebol nas décadas de 1930 e 1940 na região amazônica, especialmente em Belém, Manaus e Porto Velho?

## 3. SEGUNDO TEMPO: o futebol na Amazônia

Como a região amazônica, de um modo geral, foi integrada ao discurso nacionalista e ao projeto de política cultural do primeiro governo Vargas? Esta é, na maioria das vezes, a pergunta a qual se fazem os pesquisadores que visam compreender o processo de integração da Amazônia ao projeto geopolítico varguista (estendendo-se aos governos subsequentes).

Entretanto, embora a questão seja válida e importante, ao longo de todo o processo de elaboração e desenvolvimento desta pesquisa passamos a nos questionar de uma forma diferente, sendo ela: como a população na Amazônia recepcionou e interagiu com o governo Vargas e os setores dominantes nacionais? E especialmente em relação ao futebol, de que maneira a os segmentos urbanos em Belém, Manaus e Porto Velho internalizaram, ou não, o discurso nacionalista no jogo de bola? E se sim, de que forma se apropriaram deste projeto para legitimar suas próprias visões de mundo?

Com isso, o que objetivamos neste segundo tempo é observar a relação entre o discurso nacionalista, o futebol e a Amazônia por além de uma visão exógena, focalizando o processo de inclusão da região nos debates políticos nacionais não apenas por um processo “de fora para dentro” e “de cima para baixo”, e sim observando as profundas, diferentes e por vezes contraditórias relações entre Governo Federal, administrações e grupos dominantes locais e os projetos construídos pelos segmentos políticos e de classe nas cidades amazônicas.

E se em torno do *foot-ball* já seria possível considerar formas diferenciadas e caracterizadoras de grupos e projetos por parte de determinados segmentos na vida sociocultural na Amazônia urbana, se faz imprescindível considerarmos a construção interna do discurso nacionalista e os arranjos locais que determinariam contextos e questões específicas dentro da Amazônia, e ainda com diferenças entre as cidades de Belém, Manaus e Porto Velho.

Para isso o futebol se torna importante, por consistir em uma prática da vida cultural e cotidiana nas cidades amazônicas. Mas de que Amazônia estamos falando? E mais, como no âmbito político e econômico a região é vista pelo Governo Federal e pelos seus próprios habitantes?

## 3.1 MARCHA PARA OESTE, AMAZÔNIA NO GOVERNO VARGAS

> O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do Regime de 10 de Novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promissão na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora, vai ser feito sem demora. Vim para ver e observar as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. (Getúlio Vargas, discurso proferido em Manaus em 1940).

Em outubro de 1940, Getúlio Vargas realizou viagens para as cidades do interior do país, procurando intensificar a presença do Governo no projeto de integração das regiões brasileiras à unidade nacional. Proferindo discursos, dando entrevistas e participando de eventos comemorativos, Vargas foi a Manaus e Porto Velho

O teor de seus pronunciamentos girava em torno de, ao mesmo tempo em que enaltecia determinados aspectos sociais e a natureza local, apontar os limites dos antigos regimes e projetos, e colocando-se como o baluarte para o novo, o progresso, a civilização, racionalização e crescimento em prol do engrandecimento da pátria a partir da ocupação da região amazônica.

Mas ao suscitar as fragilidades e limitações de antigos projetos e discursos sobre a Amazônia, cabe-nos o questionamento: que visões eram essas? E em que sentido elas realmente sofreram mudanças significativas no governo Vargas?

Embora tenha sido especialmente a partir dos anos finais da década de 1930 que a região amazônica tenha sido efetivamente incluída ao projeto geopolítico do Estado Novo, é importante considerar as formas nas quais a região era vista pelas figuras administrativas do país e dos segmentos dominantes locais e de que maneira ela foi, ou não, integrada aos diversos discursos e projetos econômicos efetivados no Brasil especialmente ao longo da primeira década do século XX.

### *3.1.1 Invenção da Amazônia (Século XX)*

Entre a ideia de Amazônia e de “amazônias”, de que forma pensar esta região e mais ainda, como a grande extensão de quilômetros de floresta, rios, cidades e populações locais foram vistos pelos estrangeiros e figuras políticas dos grandes centros econômicos brasileiros?

Ao analisar a construção imagética para a Amazônia Gondim (2007) considera, em termos gerais, o processo de criação de visões sobre a região e apresenta uma discussão pautada a partir do imaginário europeu. Ela argumenta, utilizando-se do conceito de invenção, a construção dos discursos sobre esta região desde o período colonial ao século XX e apresenta a tese de que muito do que se projeta sobre a região é muito mais reflexo da visão do *outro* do que necessariamente daquilo que a região seja a partir daqueles que nela moram e de seus aspectos socioculturais.

Desta forma, o conceito de invenção da tradição construído por Hobsbawm (2012) pode ser apropriado para pensar a região amazônica no sentido em que as imagens construídas por estrangeiros e classes dominantes locais e de outras regiões reforçam aspectos de "[...] legitimação, na relação social, de instituições, grupos, status social, coesão social e/ou ainda construção de ideias, valores e padrões de comportamento em relação ad determinado grupo ou região". (OLIVEIRA, 2015: 408)

As imagens sobre a Amazônia foram, e em certo sentido continuam sendo (no contexto geopolítico), projetadas como reflexo de discursos de determinadas classes sociais e visões de mundo. Foi especialmente a partir das visões sobre a floresta que duas grandes representações se construíram sobre a região: a Amazônia edênica (paraíso verde), representada a partir da imagem da beleza da floresta e, por outro lado, a ideia do inferno verde, focalizando as limitações e falta de conhecimento sobre as condições físicas e geográficas da região por parte dos viajantes.

Figura 9: Visões Dualistas sobre a Amazônia no século XX

Fonte: fluxograma próprio feito com base nas referências sobre o tema.

Seja para enaltecer ou representar negativamente a região, a relação de conflito entre homem e natureza consistiu na grande tônica das narrativas construídas sobre a Amazônia. A dualidade também foi estabelecida nas considerações tanto sobre a natureza, quanto o clima, a fronteira e a população da região entre a ideia de

uma natureza edênica ou um inferno verde, de um clima insalubre ou salubre, uma fronteira abandonada e sem habitantes em oposição ao projeto de descoberta, conquista, ocupação e civilização do espaço e por fim, entre as análises sobre a população nativa (entre o bom e mal selvagem) e ainda, no século XX as narrativas que vinculavam o migrante nordestino (caboclo) entre o indolente e preguiçoso e o sobrevivente e conquistador.

Estas imagens foram, portanto, um dos grandes pilares da construção semiótica para a região nos séculos de colonização europeia e povoamento ao longo do regime imperial e nas primeiras décadas do republicano. E foi, especialmente na virada do século XIX pode século XX, onde podemos observar uma nova grande representação da região: a da transformação da floresta ("selva") pela modernidade e pelo avanço industrial e tecnicista, visando incluir a região ao avanço do capital comercial e industrial brasileiro internacional.

Se outrora eram projetadas ideias de pequenas ocupações e de reconhecimento da região foi com o advento do regime republicano, com o crescente comercio da borracha amazônica e a inclusão de Belém e Manaus na categoria de cidades economicamente e politicamente relevantes ao cenário brasileiro que a região, notadamente a espacialidade urbana, se tornou um polo de ocupação e implantação efetiva de discursos políticos e de estabelecimento de núcleos populacionais disseminadores de discursos de urbanidade e modernidade.

É neste cenário em que as imagens sobre a Amazônia passaram a sistematizar-se também em imagens na/da Amazônia, tornando-se cada vez mais necessário observar as projeções daqueles que nela vivem. Para isso, de forma metodológica é importante observar que existem as narrativas construídas sobre a Amazônia tanto por elementos externos à região quanto por aqueles que nela residem. Sendo necessário considerar que existem divergências entre os elementos externos e ainda entre os habitantes da região (diferenças de espacialidade e de classe social).

De forma a compreender os sentidos construídos para a região amazônica, Loureiro (2001) construiu sua análise a partir do que ele denominou de espaços sociais tradicionais de cultura, sendo eles o rural e o urbano. O autor analisou o imaginário construído pelos sujeitos sociais nestas duas espacialidades, de forma a compreender a complexidade e, por vezes, divergências presentes nas culturas produzidas na região.

Dito isso, se torna elementar considerar, ou no mínimo tornar visível, a existência de múltiplas culturalidades e historicidades na Amazônia. E o que denominamos por região amazônica é um resultado destas variabilidades, especialmente vistas a partir do conflito entre classes e legitimação de projetos e práticas culturais de umas em funções de outras.

Acrescentamos que ao falar sobre a Amazônia (no singular) remetemo-nos a determinados discursos sobre a região, notadamente o discurso político e cultural hegemônico, e não sobre toda a complexidade inerente a ela (não daremos conta de observar tais variabilidades). E dentro deste cenário, temos como referência uma análise sobre a Amazônia urbana, centrada nas cidades de Belém, Pará e Porto Velho.

Especialmente na primeira metade do século XX temos dois grandes discursos norteadores de nossa compreensão sobre a região: o discurso da modernidade e o discurso nacionalista varguista. O primeiro, denominado por Daou (2004) como *Belle Epoque* amazônica, se estabeleceu nas primeiras décadas deste século e se constituiu no processo de modernização do espaço com a urbanização e embelezamento das principais cidades amazônicas (Belém e Manaus) por parte do poder público e ainda, pela construção simbólica e cultural de assimilação por parte das classes mais abastadas de elementos europeizados.

> Foi então durante a transição do século XIX para a o XX, que Belém e Manaus sofreram mudanças significativas em sua espacialidade com a proposta de reformas urbanas, notadamente representadas ao longo dos governos do intendente Antônio Lemos em Belém (1897-1912) e do governador Eduardo Ribeiro em Manaus (1892-1906), a partir da construção, crescimento e embelezamento de determinados espaços da cidade. Contando ainda com a implantação de serviços vinculados à ideia de saneamento básico, como rede de esgoto, iluminação elétrica e pavimentação das ruas. (OLIVEIRA, 2015: 410).

Esse processo ocorria em conjunto da proclamação da República, numa readequação dos espaços políticos no Brasil e com o crescimento da produção e exportação da borracha amazônica, dando uma nova tonalidade e relevância da presença da Amazônia no cenário econômico internacional. Assim, “a Amazônica só granjeou o aspecto dinâmico de realizações sociais e econômicas, em notoriedade universal, com o advento da borracha”. (TOCANTINS, 1982: 119).

A economia da borracha foi, portanto, o elemento estrutural que possibilitou a construção de novos elementos superestruturais na região. O enriquecimento das

classes dominantes locais, especialmente vinculadas às Casas de Exportação da borracha, estreitou não apenas o vínculo comercial como ainda o trânsito mais efetivo e rotineiro dos membros da elite nas demais cidades brasileiras e ainda nas principais cidades europeias.

> A borracha foi, sem dúvida, um material do progresso, participando da produção dos mais modernos bens industriais, expressivos dos avanços da técnica e do domínio da natureza pelo homem. Foi também o veículo do progresso material das elites amazônicas, proporcionando-lhes uma inserção particular na dinâmica das trocas materiais e simbólicas. Foi a econômica da borracha que facultou às elites das duas províncias (a do Amazonas e da do Grão-Pará) uma aproximação social e cultural com a Europa. (DAOU, 2004: 20-21).

Daou (2004) enfatiza ainda que em meados de 1900 a borracha seria o segundo maior produto de exportação do Brasil, ficando atrás apenas do café. Com isso, a Amazônia ganhou um destaque por além de sua condição exótica aos olhos do estrangeiro. A região passava a integrar efetivamente o fluxo do capital comercial internacional, e ainda, seria vista como um espaço de escoamento para o capital e bens industriais.

O discurso da modernidade implementado na realidade amazônica foi, dessa forma, um objetivo tanto por segmentos de fora da região como ainda pela classe dominante urbana e vinculada à exportação da borracha nestas cidades. E além da economia da borracha, foi um processo em que a Amazônia e o Brasil em geral se integraram às grandes construções da engenharia (representadas pelas estradas de ferro) e ao processo que visava suplantar a floresta em função da tecnologia industrial (HARDMAN, 2005).

Quando Vargas (2011) apontou para o saneamento, o progresso agrícola e industrial na Amazônia, a ocupação, civilização e dominação efetiva da região ele reinventou o projeto de Amazônia do início do século, intensificando-o e implementando uma posição de relevante importância do Governo no papel de efetivador do processo de ocupação e integração da Amazônia à unidade nacional e os projetos de política econômica e cultural do Estado Novo.

O discurso nacionalista na Amazônia dá novas tonalidades à integração sociocultural, política e econômica da região. Mas como se deu a relação entre discurso e ocupação da região amazônica ao longo deste processo, especialmente no Estado Novo?

### *3.1.2 Ocupação e discurso nacionalista na Amazônia urbana*

A Amazônia, por além do inferno verde ou paraíso edênico, passaria a ser vista como a “terra do futuro” nos discursos de Vargas. Entretanto, é importante considerar a relação entre aquilo que era dito para os objetivos efetivos da política econômica varguista e o local ocupado pela região no processo de demarcação das fronteiras e do estabelecimento cultural e político do discurso nacionalista.

Ainda em 1930 é sintomática a aproximação entre segmentos da classe dominante amazônica com o projeto de governo de Getúlio. A integração aos interesses políticos já seria visível ao longo da eleição de 30 e implementada com a “revolução” de 24 de outubro do mesmo ano. Manaus, Belém e Porto Velho, por exemplo, não estiveram alheios a este processo (especialmente as duas primeiras) e além de acompanhar o que ocorria na então capital federal, também efetivamente participaram da insurreição contra o governo Washignton Luis e em nível local lutaram contra os segmentos vinculados a ele e a Júlio Prestes.

Desta forma, a integração da Amazônia à política cultural e política econômica nacional não se deu apenas de “fora para dentro” e sim em uma complexa rede de interesses, tanto da classe dominante nacional quanto por determinados segmentos localizados nas cidades amazônicas. O Jornal do Commercio, fundado em 1904 em Manaus que em meados da década de 1930  era dirigido por Vicente Reis e tendo como redator-chefe Arthur Cezar Ferreira Reis, manteve-se ao longo de toda a campanha eleitoral de 1930 divulgando e enaltecendo a figura de Getúlio Vargas (especialmente na sessão “Nacionaes”, onde o jornal divulgava informações de seus correspondentes em várias cidades do Brasil, tais como Belém, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Rio Grande do Sul; e ainda, sobre demais países).

O referido jornal, conforme podemos consultar em suas publicações, passou a acompanhar a carreira política de Getúlio Vargas notadamente a partir de 1925, e em 1930 teria um papel relevante na divulgação da campanha de Vargas para a presidência do país. A princípio, o jornal replicava boa parte das notícias sobre o então candidato, seja para enaltecê-lo ou argumentar sobre seu projeto e campanha ao governo. A figura de Getúlio passou a ganhar um destaque no jornal que nem mesmo o então presidente Washington Luiz detinha.

Toda essa ênfase em torno de Vargas, embora ainda não evidenciando um apoio efetivo a ele durante a eleição, acabou sendo clarificada a partir da manchete

de 25 de outubro de 1930, com a insurreição de Vargas ao controle político e administrativo do Estado, em detrimento de Washington Luiz e de seu opositor nas eleições, Luís Carlos Prestes. A manchete destoa das capas utilizadas pelo Jornal até então, utilizando-se frases em destaque que disseminavam o real projeto defendido pelo jornal em seu apoio à Getúlio.

Figura 10: Capa do Jornal do Commercio (AM) sobre a “revolução de 1930”

JORNAL DO COMMERCIO

O POVO SOBERANO,

usando do direito da revolução, confraternisa com as forças armadas e faz victoriosa a causa nacional.

A ira popular manifestou-se contra os remanescentes do ephigenismo que formava a “entourage” do governo decahido.

Intimação da junta de generaes ao snr. Washington Luiz, com o prazo de meia hora para deixar o governo

AO GENEROSO POVO AMAZONENSE

Fonte: Jornal do Commercio, Manaus, 25 de outubro de 1930, n. 9156.

Manaus e Belém internalizaram esse processo “revolucionário”, sendo muito sintomático no sentido em que os jornais locais se fizeram presentes no embate e na construção simbólica de Vargas, ainda na campanha de 1930. E entre golpe e revolução, é possível observar a construção de uma liderança política não apenas pelos veículos de comunicação cariocas e paulistas, como ainda por parte da

intelectualidade amazônica. Nesta publicação de 25 de outubro de 1940, o editorial do Jornal do Comercio de Manaus segue narrando:

> A data de homtem vae figurar em alto-relevo d'ouro na história do nosso paiz: 7 de setembro foi a independência; 15 de novembro, a republica; 24 de outubro, a reconquista das liberdades publicas, conspureadas, nestes últimos annos, pelos mandarins, que transformaram as areas sagradas da nação em salas de lupanares, fazendo a ascensão dos valores negativos. Custa crêr tanta miseria se praticasse ao formoso sol de nossa pátria! De violação em violação, chegaram esses indivíduos ao auge de infinolar, sacrificar todas as grandes conquistas do passado: mancharam a constituição [...] ao brasileiro o direito do problemas, da nacionalidade, dormiram, gordos e impudicos sob o manto envinhado da politica profissional. Era de mister a reacção, e a nação, como um clarim reivindicador, bramiu nos lábios dos tribunos, nos clamores da imprensa, na serenidade das cathedras, no veredicto dos magistrados. Operou milagres. Apostolos, em cujas boccas as palavras floriam em labaredas, percoreram as cidades, os sertões, prégando o milagre divino das transformações radicaes, pelo bem ou pela revolução. Os magntadas continuaram a sorrir, tripudiando sob o chôro do povo espezinhado; a cada voz, a cada supplica surgia um imposto, um decreto escorchante. Creou-se o culto do chaleirismo, a religião da subserviência, emquanto eram postos ao lodo os homens de trabalho, os que, de facto, produzem para a nação.

A notícia estabelecia a negação e deslegitimação do governo anterior, considerando-o como responsável por violar e retirar dos brasileiros suas liberdades públicas em um regime ilegítimo e que deveria ser destituído em prol da nacionalidade, da proteção aos "homens de trabalho" por meio de uma revolução representada como feita pela "nação" em um "milagre" para os rumos políticos do país. Nação, povo soberano, revolução, causa nacional se tornariam as palavras de ordem para narrar o novo governo que se estabelecia, apoiado por importantes setores da sociedade tanto nas regiões sudeste e sul, como ainda na Amazônia, especialmente em Belém, Manaus e Porto Velho (especialmente os setores médios, urbanos, militares e vinculado à extração da borracha).

Neste sentido, é importante compreender o papel desempenhado pelos intelectuais e pelos jornais na legitimação da "revolução" de 1930. Aproximando-se da noção de partido em Gramsci (2016), os veículos de comunicação (especialmente o rádio e os jornais) tinham a capacidade de organizar e orientar, onde por meio dos intelectuais estabelecia consensos e direcionamentos e foram apropriados como forma de dar sentido e legalidade à um processo que fugiu a ordem constitucional vigente, tendo inclusive sido denominado por boa parte dos veículos apoiadores de Vargas à época como um processo revolucionário.

O projeto de governo varguista já estava sendo implementado durante sua campanha, e com a derrota na eleição, a conquista do controle do Estado foi efetivado por outros meios, mas já tendo o domínio e a capacidade de direção de boa parte dos aparelhos privados de hegemonia, notadamente a mídia jornalista, contando com o apoio de muitos setores sociais dissidentes à oligarquia paulista. Em Manaus, por exemplo, desde a candidatura de Vargas, a forma como o Jornal do Commercio divulgava suas notícias já o colocava como a grande figura política brasileira, não havendo, na prática e nos anseios de seus editores, a possibilidade de Vargas não ser o presidente (seja pelo voto ou pela "revolução").

É importante frisar que sob qualquer regime e projeto de poder (especialmente no Ocidente) a permanência e consolidação do mesmo não se faz sem o apoio de importantes segmentos da sociedade. Além disso, conforme argumenta Gramsci (2001, 2016) nenhum governo se sustentaria apenas pela força da coerção e repressão, sendo o consenso uma estratégia para arregimentar adeptos e defensores do regime.

O estado ampliado em Gramsci (2016) não seria, portanto, apenas a atuação da sociedade política na construção de discursos e projetos, e sim uma profunda relação entre sociedade civil e sociedade política na implementação de visões de mundo, efetivando vontades e conquistando a hegemonia. As instituições civis organizadas, a exemplo do jornal, vistas na condição de partido (no sentido de darem sentidos, organicidade, coerência e organização para a defesa ou recusa de determinados projetos) são peças-chave, em conjunto dos intelectuais, para a promoção de consensos, opiniões e senso comum[14].

Neste contexto, é importante mencionar que o redator-chefe do Jornal do Commercio seria justamente o chefe de gabinete da Junta Revolucionária Amazonense: Arthur Cezar Ferreira Reis. De acordo com Pacheco (2012, nota de rodapé 1)

> Arthur Cézar Ferreira Reis, segundo Gaitano Antonaccio, nasceu em Manaus a 8 de janeiro de 1906. Cursou Direito em Belém e no Rio de Janeiro nos anos de 1920. No final dessa década, retornou para Manaus e tornou-se

[14] Entendido em termos gramscianos, o senso comum não corresponde a uma visão incorreta ou menor da realidade e sim em um conjunto de perspectivas sobre a realidade que foram legitimadas e defendidas por um dado grupo que ao conquistar uma posição hegemônica transformou sua visão de mundo em uma visão generalizada pela coletividade, figurando-se como uma opinião comum, tal como se todos os grupos necessitassem (na condição de homens massa), correspondessem e/ou defendessem essa dada visão.

> redator do periódico dirigido por seu pai Vicente Torres da Silva Reis: o Jornal do Comércio. Arthur Cézar Ferreira Reis foi também o primeiro presidente da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953, nomeado por Getúlio Vargas. Tornou-se a seguir, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). De perfil político extremamente conservador, foi em 27 de junho de 1964, nomeado pelo presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, governador do Estado do Amazonas. Arthur Cézar Ferreira Reis faleceu em 1993 na cidade do Rio de Janeiro.

Arthur Reis se tornou uma figura política e intelectual de suma importância para compreender o cenário amazônico, especialmente das décadas de 1950 e 1960 (cf. Pacheco [2012, 2014]). Entretanto, embora suas publicações de maior destaque de seu discurso nacionalista de defesa da fronteira amazônica frente aos avanços do capital internacional ocorram ao longo da década de 1960, é salutar observar o papel que ele já desempenhava nas décadas de 1930 e 1940 na relação entre Amazônia e governo federal.

Como intelectual orgânico, Reis esteve durante boa parte de sua trajetória vinculado ao discurso nacionalista varguista (evidenciado pelo papel do *Jornal do Comercio* ainda em 1930), devidamente sistematizado nas seguintes décadas. Além de seu papel como escritor, historiador e jornalista, passou a ocupar cargos públicos e políticos, construindo uma estreita relação entre os projetos e grupos locais e o governo federal.

Dando tonalidades regionais para o discurso nacionalista, que na Amazônia se materializava com um forte cunho militar e de defesa das fronteiras, Reis em suas publicações desempenhou o papel de dar coesão, consentimento e legitimidade entre o discurso político nacional e a população local, tanto por meio do jornal, quanto de seus livros e do seu papel como político e administrador de instituições públicas e do Estado do Amazonas, efetivamente aparelhadas ao governo federal.

Desta forma, o projeto nacionalista de Vargas possuía uma forte estrutura político administrativa centralizadora na figura do presidente e dos interventores indicados por ele (especialmente Álvaro Maia em Manaus e Magalhães Barata e José Carneiro da Gama Malcher em Belém), aliando-se ainda a segmentos da intelectualidade local como forma de dar um *ethos* diferenciado tanto para a tomada do governo em 1930 quanto pela implementação de um regime autoritário e centralizador. A criação de territórios federais do Amapá (atual Estado do Amapá), Rio Branco (atual Estado de Roraima), Guaporé (atual Estado de Rondônia), Ponta Porã (faz parte do estado de Mato Grosso do Sul) e Iguaçu (faz parte do estado do Paraná)

em 1943 por meio do Decreto-Lei nº 5.812 consistiram, neste cenário, em uma estratégia de amplificar a dominação política dos adeptos ao varguismo. Onde ao mesmo tempo em que se centralizava o controle político na figura da administração federal, aumentava-se as redes de poder entre as diversas regiões do país, indicadas e correligionárias à Vargas.

E se no contexto urbano das regiões mais centrais (no contexto econômico) Mendonça (1986) apontou a classe industrial como a grande beneficiária dos rearranjos a partir de 1930, na Amazônia o setor militar (especialmente o exército) se destacou como o grupo dirigente, passando a ocupar os cargos políticos e administrativos na região, apoiados e com endosso dos intelectuais orgânicos da classe dominante local (a exemplo de Arthur Reis e Augusto Tanajura, editores-chefes dos jornais, respectivamente, Jornal do Commercio em Manaus e o Alto Madeira em Porto Velho). Tanto o Jornal do Commercio quanto o Alto Madeira tornaram evidentes em seus editoriais o apoio a Vargas e ao papel desempenhado pelas classes militares no processo e sua importância crescente na região.

Desde as primeiras décadas do século XX, os militares já exerceriam um papel determinante no processo de reconhecimento, demarcação e ocupação das fronteiras brasileiras. A comissão Rondon para demarcação das linhas telegráficas desde meados dos anos de 1910 marcaria o processo de interiorização efetiva do governo com as regiões brasileiras, por meio do estabelecimento de meios de comunicação.

> Os militares têm intensa participação na sociedade guaporense desde as primeiras décadas do século XX, quando implementaram dois grandes projetos nacionais: a construção de linhas telegráficas pela Comissão Rondon e a criação de Contingentes de Fronteira em áreas estratégicas do território. Com a incorporação da ferrovia Madeira-Mamoré ao patrimônio da União, em 1931, e sua administração por militares, a rede de ação política e administrativa enfeixada nas mãos do exército ganhou visibilidade e expressão. (SOUZA, 2002: 12).

As ações realizadas sob controle das forças armadas seriam, neste contexto, a principal estrutura de ligação entre o cenário local e a administração federal, por meio do Ministério da Guerra (Ministério da Viação e Obras Públicas e Inspetoria de Fronteiras e da Sessão Norte do Telégrafo Nacional). Especialmente em Porto Velho, ainda nos anos de 1920 os militares já desempenhavam importante papel na vida pública e política da cidade, a exemplo de Augusto Tanajura, médico cirurgião dentista participante da comissão Rondon e que se tornaria superintendente municipal e nos anos finais de 1920, deputado estadual pelo Amazonas. Ele seria ainda o diretor chefe

do jornal Alto Madeira e ativamente presente nas práticas esportivas e culturais tanto em Porto Velho quanto em Manaus.

Tal processo pode ser observado, ainda, em relação a criação do Território Federal de Rio Branco (atual estado de Roraima), também implementado por meio das forças militares (exército e aeronáutica) com os “Pelotões Especiais de Fronteira”. Silva (2007: 170) argumenta que,

> [...] as Forças Armadas protagonizam importantes projetos em áreas mais isoladas do contexto nacional, a exemplo do que acontece na maioria dos municípios roraimenses. Ademais, em Roraima, as Forças Armadas sempre tiveram papel de destaque em todos os setores da vida pública e no cotidiano do lugar, o que confere a esse espaço um certo “ethos militar” [...].

Desta forma, é sintomática a efetiva participação dos militares na construção e no controle político e cultural na cidade de Porto Velho, estendendo-se por significativas partes do Vale do Madeira-Mamoré e da Amazônia em geral. Souza (2002) ao considerar a importância atribuída aos setores militares em Porto Velho, especialmente na administração pública a partir dos anos de 1930, considera que com Vargas e seu projeto de governo nacionalista centralizador, o papel desempenhado pelos militares se tornou ainda maior. Com o controle das instituições aparelhadas ao Estado e ainda os cargos políticos e administrativos das cidades e territórios federais foram, em grande medida, indicados à classe militar.

Figura 11: “A República está salva, porém resta salvar a nação”.

— Quarta-feira 28 de Janeiro de 1931. N. 1.419

# A Republica está salva, porém resta salvar a nação

## Diz, em ordem do dia, o coronel José Pessôa

Rio, 16 — O coronel José Pessoa assumiu, hoje, o commando da Escola Militar, tendo assistido ao acto de posse, numerosos officiaes, funccionarios e figuras de destaque da administração.

Passou-lhe o commando tenente-coronel Antonio Azevedo que mandou o primeiro-tenente José Corrêa Velho lêr o boletim de despedida e de agradecimento a todos os que o auxiliaram.

O capitão Mario Travassos leu, em seguida, a ordem do dia do coronel José Pessoa. Nelle o coronel affirma não estar ainda terminada a revolução.

A Republica está salva, porem resta salvar a nação, accrescentando que nos esperam luctas mais tremendas, desde as luctas intimas da consciencia, até as mais encarniçadas luctas das forças politicas sociaes de toda especie, sob a forma de revolução. Teremos todos que combater, não mais os inimigos da Republica, a sim os inimigos da patria, aquelles que, por desastrada myopiel apezar de tudo, só podem viêdeante de si proprios os seus interesses pessoaes. A ordem do dia conclue expendendo conceitos sob,e o exercito como instituição democratica e como verdadeira ossatura da nossa nacionalidade, achando que urge remodelai-o e apparelhal-o fazendo-se rigorosa selecção dos homens, para que o Brasil possa confiar na sua integridade e na manutenção das suas leis. — (D'«O Jornal» de Manáos).

Fonte: Jornal Alto Madeira, Porto Velho, 28 de janeiro de 1931, n. 1419.

Vincular os setores militares como o baluarte da democracia e base para a “revolução” de 1930 se tornaria o discurso a ser amplamente divulgado e disseminado nos jornais pró-Vargas a partir de então (especialmente apropriando-se de um conjunto de sentimentos e estruturas que, conforme alude De Decca (2004), já se fazia presente em meados da década de 1920 onde determinados segmentos militares dissidentes à então ordem vigente, a exemplo do movimento tenentista, seriam referenciados como defensores de uma busca por melhoria e rompimento da estrutura política daquele momento e vistos como referências positivas a um processo transformador das relações políticas). Na notícia acima, publicada no jornal Alto Madeira, propaga-se por meio de um militar, justamente esta visão positiva do exército “como instituição democrática e como verdadeira ossatura da nossa nacionalidade”, no mesmo sentido em que se visa deslegitimar uma oposição dos “inimigos da pátria”

ao novo governo e ao projeto nacionalista que passava a se materializar e que seria sistematicamente efetivado no Estado Novo.

Embora recebendo certa oposição de parte dos segmentos sociais dissidentes a Vargas em Manaus[15], a criação dos territórios federais se deu como proposta para ampliar o controle centralizador do Estado Novo, fortemente vinculado às forças armadas. Ao longo de toda a década de 1930, setores dominantes vinculado as forças armadas se organizavam em prol de implementar a administração por meio dos militares (e civis defensores do papel das forças armadas na região).

Em Porto Velho, Aluízio Ferreira se tornou a maior referência política ao longo das décadas de 1930 a 1950. Nascido em Belém, Ferreira teve sua carreira militar vinculada ao movimento tenentista nos anos de 1920 e por seu caráter opositor aos governos da época, tornou-se defensor do projeto de poder de Vargas e a partir de 1930, com a mudança no controle político-administrativo do país, passou a ocupar cargos públicos de maior destaque na região do vale Madeira-Guaporé. Inicialmente responsável pela gerência e instalação do o terceiro distrito telegráfico, Aluízio acabou assumindo em 1931 o controle administrativo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM), em seu processo de estatização e seria um dos principais responsáveis pela defesa da criação de um território federal na região do vale do Madeira-Mamoré, tornando-se em 1943 o primeiro governador do Território Federal do Guaporé.

Em um breve resumo, é importante mencionar que o processo de construção da EFMM foi implementado após duas tentativas fracassadas, efetivado com capital privado estrangeiro, sob a tutela de Percival Farqhuar, ao longo dos anos de 1907 a 1912. A empresa Madeira Mamoré Railway Company, subsidiária da Brazil Railway Company, receberia a concessão do Governo brasileiro para efetivar a empreitada de concluir a construção de uma estrada de ferro na Amazônia, como forma auxiliar na escoação (em conjunto do trajeto fluvial) da borracha entre a fronteira boliviana com o interior do Brasil. (HARDMAN, 2005).

---

[15] Ocorreu durante a década de 1930 (especialmente nos anos de 1936-1938 com a intensidade dos debates em torno dos territórios federais) o movimento chamado de “Glebarismo” em Manaus. Determinados segmentos contrários a Vargas na cidade seriam contra a implementação de um território federal na região, diminuindo os limites territoriais do estado do Amazonas. Entretanto, tal proposta de cunho regionalista foi amplamente contrariada pelos grupos correligionários a Vargas e em defesa de Álvaro Maia (interventor do Amazonas), visíveis nas publicações do Jornal do Commercio e do jornal Alto Madeira, na defesa destes últimos de um projeto nacional e de integração da fronteira amazônica. Estampa a capa do Jornal Alto Madeira de 6 de março de 1938, n. 2165 a seguinte manchete “Tudo por um Brasil forte, coheso, indivisiel. “O Glebarismo” – modalidade feroz do regionalismo inconsequente”, contrapondo o glebarismo como movimento regionalista negativo ao projeto nacional de integração e fortalecimento do país.

Entretanto, a implementação de uma agricultura da borracha nas colônias inglesas e a coleta sistemática do produto, o papel de destaque da extração da borracha amazônica perdeu espaço e valor (FONSECA, 2007). Desta forma, já em 1912 a borracha local não teria o mesmo destaque no cenário internacional e a MMRC estendeu junto ao governo sua permanência na administração da EFMM. Porém, nos anos finais da década de 1920 e início de 1930, com a falta de recursos da MMRC e com a própria mudança na administração federal, Aluísio Ferreira dirigiu o processo de nacionalização da EFMM.

Figura 12: Manchete jornal Alto Madeira sobre o segundo ano de administração brasileira da EFMM

Alto Madeira

Bi-Semanario Independente

Administrador-Gerente: Cincinato Elias Ferreira

Estado do Amazonas — Porto Velho — Segunda-feira 10 de julho de 1933 | N. 1.677

A era revolucionaria glorifica hoje, em Porto Velho, o valor e a capacidade do homem nacional.

Dr. JOSÉ AMERICO DE ALMEIDA
Ministro da Viação

A Estrada de Ferro Madeira - Mamoré comemóra o 2.° aniversario de administração brasileira, acusando ainda um saldo de - 232:472$360 - apesar da redução de 50°/. nas suas tarifas.

O diagrama de progresso e prospe- traçado no curto espaço de 2 anos forças das paralelas de aço, impul- das e disciplinadas pela energia, ministração e honestidade de ALUIZIO FERREIRA, quando o Amazonas se debate crise de que não ha precedentes, atestado mais formidavel e eloquente se dá ao Brasil do valor e da capa- dade do homem nacional e da confiança futuro da terra de Ajuricaba.

Cap. ALUIZIO FERREIRA
Diretor da E. F. M-M

Fonte: Jornal Alto Madeira, Porto Velho, 10 de julho de 1933, n. 1677.

“A era revolucionária glorifica hoje, em Porto Velho, o valor e a capacidade do homem nacional” seria a manchete do jornal Alto Madeira de 10 de julho de 1933, n. 1677 como forma de homenagear o segundo ano de administração pública da EFMM, colocando-a como referência ao processo de construção de uma nação forte a partir do governo varguista. Além disso, a notícia prossegue enfatizado o papel de destaque do Aluízio Ferreira, então capitão, como administrador da referida ferrovia, apontando que “a administração e honestidade de Aluízio Ferreira [...] é o atestado mais formidável e eloquente que se dá ao Brasil do valor e da capacidade do homem nacional e da confiança ao futuro da terra de Ajuricaba”.

Em 10 de julho de 1931, por meio do Decreto-Lei N. 20.200, foi estabelecida a estatização da administração da EFMM, ficando agora responsável pelo capital nacional e vinculado ao controle administrativo e burocrático do governo brasileiro. Aluízio Ferreira, no papel de articulador político e administrado, vinculado aos setores militares, seria o responsável tanto em controlar o espaço como ainda em dar os contornos nacionalistas para a região por meio das estruturas e instituições na cidade de Porto Velho. Em 1936, ao defender publicamente a criação de um território federal na região, Ferreira se tornou um elemento conciliador entre os interesses locais com os centralizados no Rio de Janeiro, então capital federal.

Com isso, o processo nacionalista implementado ao longo do primeiro governo Vargas se estabeleceu ainda com a interiorização da presença do presidente nas regiões fronteiriças e dos segmentos das forças armadas como dirigentes, na Amazônia, do processo de nacionalização e centralização política e econômica. Souza (1983) menciona este processo como efetivado sob uma recriação de sistema de cooptação entre segmentos da sociedade em torno do projeto de nacionalização e centralização da estrutura política, destacando o papel das forças armadas e das organizações e instituições vinculadas ao governo. Os segmentos militares e civis apoiadores de Getúlio Vargas dariam o alicerce para a construção e disseminação de um projeto nacionalista de governo, tanto no nível discursivo quanto administrativo e burocrático. Vargas, que já se fazia presente por meio de seus apoiadores, tornou-se ainda uma figura enaltecida e aclamada em inúmeras cidades brasileiras também a partir de suas viagens e de seus discursos.

O então presidente da república procurou consolidar sua influência, especialmente durante o Estado Novo, nas regiões mais afastadas da capital federal. Durante os meses de outubro e novembro de 1940, Getúlio Vargas realizou viagens

para algumas cidades amazônicas, causando imensa comoção e divulgação por parte de alguns jornais locais.

Figura 13: Enaltecimento à Vargas no Jornal do Commercio

JORNAL DO COMMERCIO

Director — Dr. Vicente Reis

Verdadeira consagração popular ao chefe da nação

Vim á Amazonia não por passeio. Vim para ver, para sentir, para comprehender, disse o sr. presidente da republica

Palavras ao snr. Presidente Vargas

Accidente

Fonte: Jornal do Commercio, Manaus, 10 de outubro de 1940, n. 12227.

Em visita a Manaus, além do seu famoso discurso do “Rio Amazonas”, Vargas foi recepcionado por vários segmentos da sociedade manauara, participando de atividades e visitando importantes lugares históricos e políticos da cidade, demonstrando seu esforço em dar os contornos simbólicos para a implementação, na

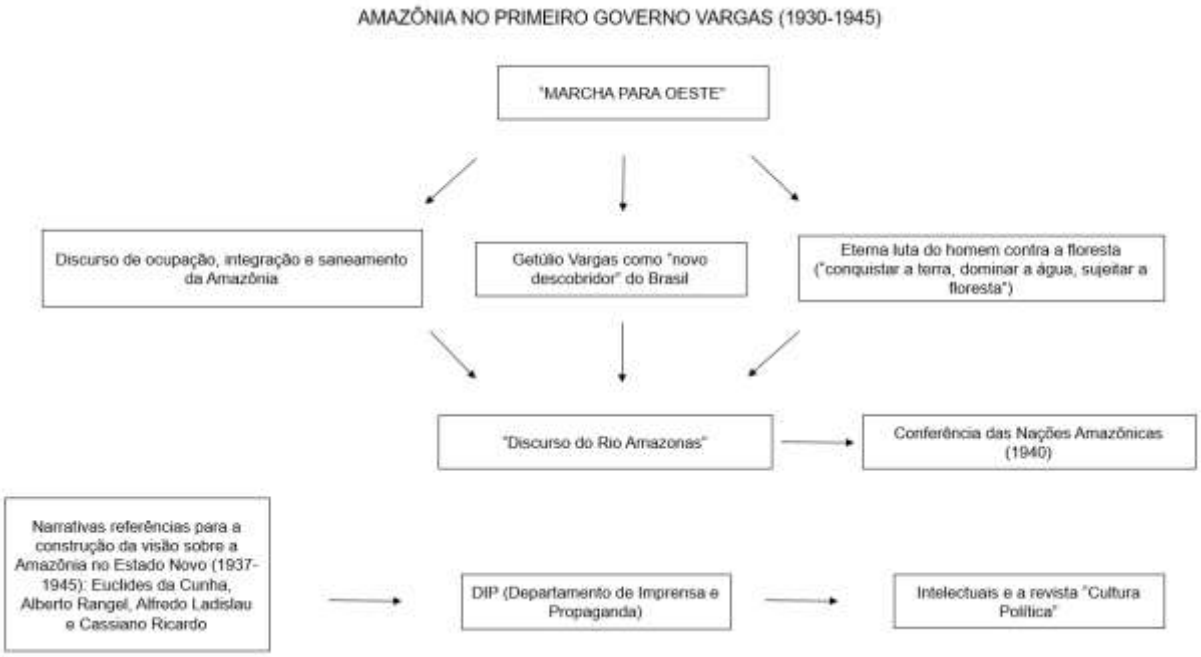
região, de seu projeto nacional, de reconhecimento e intervenção direta ("Vim a Amazonia não por passeio. Vim para ver, para sentir, para comprehender").

O projeto de Vargas para a Amazônia tinha como efetivo objetivo a integração da região ao projeto econômico nacional, especialmente o industrialista. No processo chamado de "marcha para oeste", o Governo pretendia estabelecer a região como um local de ocupação e implementação da agricultura que daria os subsídios para a manutenção e crescimento da produção industrial dos grandes polos nacionais. Em uma entrevista dada em Porto Velho, Vargas (2011: 404) afirma:

> Não vim à Amazônia com a preocupação do turista que encontra aqui tantos motivos para deslumbrar-se e sentir-se fortemente impressionado. Vim com o objetivo de verificar as possibilidades práticas para pôr em execução um plano de exploração sistemática das suas riquezas e de desenvolvimento econômico do grande vale.

Uma ocupação sistemática, oficial e acompanhada pelos aparelhos do Estado daria à Amazônia uma função objetiva na nação brasileira. E Vargas, a partir de seus discursos, viagens, criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ainda por meio do DIP e do controle dos veículos de comunicação (rádio, jornais e revistas), seria o grande "desbravador" dessa região cuja natureza deveria ser controlada pelo homem brasileiro, cuja função deveria ser "conquistar a terra, dominar a água e sujeitar a floresta" (VARGAS, 2011: 401).

Figura 14: Amazônia no primeiro governo Vargas (1930-1945)




Fonte: Fonte: fluxograma próprio feito com base nas referências de Andrade (2010).

De acordo com Andrade (2010) boa parte do ideário sobre a Amazônia construído com o discurso nacionalista varguista seguia, salvaguardando as devidas proporções, as narrativas de Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Alfredo Ladislau e Cassiano Ricardo. As visões de uma região a ser domada, desbravada e ocupada em favor ao progresso, do saneamento e urbanização se mantiveram como a principal forma de ver a região por parte do governo federal, e com Vargas (notadamente o Estado Novo) tal processo ganhou novos e maiores contornos.

Seguindo as análises de Cassiano Ricardo, especialmente sobre um ideal de “marcha para oeste” (apropriando-se de uma narrativa do processo colonizador norte-americano) a Amazônia passa a ser vista como o oeste a ser sujeitado em um novo e mais eficaz desbravamento (agora representado por uma figura de Vargas como um “novo desbravador” de todo o “Oeste”). A “Marcha para Oeste” sairia dos escritos Ricardo em suas publicações na revista Cultura Política e ganharia um imenso destaque nos jornais e referências diversas sobre o papel do Estado Novo na ocupação da região Amazônica, tanto pelos aparelhos privados de hegemonia quanto pelos aparelhos de Estado (com a presença do DIP e das revistas e demais veículos de comunicação vinculados ao governo federal).

Visando construir um ideal de identidade nacional, o Estado Novo passava a dar um valor positivo para a presença da população cabocla na região amazônica e do papel da migração nordestina para a implementação efetiva de uma colonização sistemática na região. No discurso do “Rio Amazonas”, Vargas estabeleceria as bases para o projeto político, ideológico e econômico para a região: “conquistar a terra, dominar a água e sujeitar a floresta”.

Além disso, a notícia publicada na edição do dia 10 de outubro de 1940 menciona ainda a recepção e os anseios de determinados setores locais em relação ao projeto nacionalista varguista, ao considerar que:

> O Amazonas, parte integrante deste mundo singular, diferente, que é, na unidade nacional, a Amazonia, reclama, Snr. Presidente Getulio Vargas, de V. Exa., do Estado Novo, attenções especiaes para que possa ser uma realidade positiva no conjuncto humano, econômico e politico do Brasil.
> Temos sido accusados de incapazes. Desajudados, mal alimentados, sem assistencia technica, sem credito bancário, somos, até agora, uma parcella mínima de forças que não receberam senão a disciplina de uma lucta titanica com a natureza mais violenta do universo. Nossas cidades não passam de expressões de geographia politica. Temos vivido e realizado, a nossos próprios esforços, um drama, uma epopéa se sangue de heroísmo. Jamais conspiramos contra a integridade da pátria. Jamais investimos ou reclamamos contra as aspirações da nacionalidade. Conquistamos o Acre para o Brasil. [...] Garantimos, com a nossa presença e o nosso trabalho silencioso, a soberania territorial do Brasil, na mais gigantesca orla lindeira. Demorando a terra, já lhe holocaustamos, só dentro de três décadas, com mil vidas. No coração da floresta, construímos uma cidade-Manáos. Creamos uma época na historia da civilização, o cyclo do ouro negro. A sciencia, a serviço do imperialismo financeiro, e o capitalismo organizado, derrotaram-nos. [...] Nossa evolução tem se processado assim, quase ao deus dará, conduzidos pela nossa vontade de vencer, pela certeza de que dignificamos o Brasil. [...] Faltam-nos escolas, hospitais, capital para movimentar a machina econômica. Só não nos faltou ainda a coragem para continuar na justa, que é a aventura do desbravamento de um novo oeste. Porque ainda estamos na phase da conquista, repetindo os feitos dos sertanistas coloniaes e dos pioneiros nordestinos. Nossos caboclos são ainda aquelles mesmos primitivos que os portugueses encontraram. [...] Com o Estado Novo, restaurou V. Exa., no Brasil, o império da autoridade. Fez que o Brasil retomasse o curso natural de sua marcha histórico-civilizadora, interrompida pelo romantismo liberal dos republicanos de 89. Deu-nos confiança de nossos destinos. [...] O Amazonas, ao receber a visita do chefe da nação, tem a certeza de que V. Exa. Saberá integral-o em definitivo na communhão nacional, com a visão geral por que tanto anciamos, assistindo-lhe aos problemas, vitalizando-o, conquistando-o definitivamente para os grandes dias do Brasil. (JORNAL DO COMMERCIO, 10 de outubro de 1940, n. 12227)

A integração da região amazônica seria um importante objetivo para Vargas, mas a questão seria: determinados segmentos da população local almejavam isso? A resposta objetiva é sim. Os setores médios, os militares e vinculados a extração e comercio da borracha se organizaram em prol de apropriar-se do discurso e do projeto

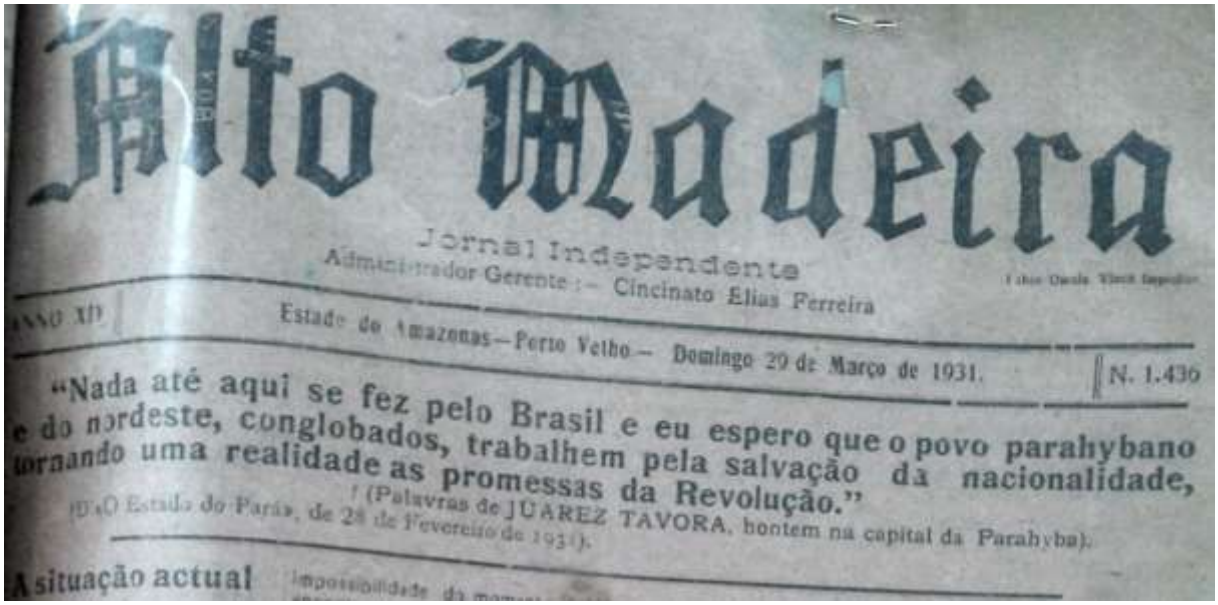
de integração nacional como ferramenta para terem apoio político e econômico para implementarem e se fortalecerem na região.

A representação da nação, do Oeste a ser desbravado, da natureza a ser dominada, do caboclo conquistador, do novo bandeirante, da negação e do fracasso do capital estrangeiro e financeiro na região, não fariam parte apenas da indumentária discursiva de Vargas, como ainda se faria presente nas publicações do Jornal do Commercio em Manaus. Somando-se a isso, a defesa da nação, da pátria em uma demonstração simbólica de um apoio aparentemente incondicional a Vargas e ao Estado Novo, fortalecido pelo *ethos* militar na região.

Com o apoio dos militares, a borracha e a fronteira amazônica se tornaram as importantes moedas de troca da região. O discurso de “vazio demográfico” (e a busca por uma tutela do governo federal) conforme argumenta Souza (2002), se constituiu como estratégia para uma implementação do processo de incentivo da migração nordestina para a região e ainda por concessões do governo à lideranças locais, onde discurso nacionalista varguista se instituiu também em questões burocráticas e administrativas, com controle público de empresas estrangeiras, a exemplo da Estrada de Ferro Madeira Mamoré (EFMM) por parte do poder público na figura de lideranças militares ligadas à Vargas.

Além disso, antes mesmo do Estado Novo, o discurso nacionalista já seria a tônica de boa parte dos discursos e da forma com a qual a região amazônica passaria a ver e a ser vista no cenário político federal, numa profunda relação entre interesses locais, regionais e nacionais:

Figura 15: O norte e nordeste como trabalhadores para salvação da nacionalidade



Alto Madeira

Jornal Independente

Administrador Gerente :- Cincinato Elias Ferreira

Estado do Amazonas—Porto Velho— Domingo 29 de Março de 1931. N. 1.436

"Nada até aqui se fez pelo Brasil e eu espero que o povo parahybano e do nordeste, conglobados, trabalhem pela salvação da nacionalidade, tornando uma realidade as promessas da Revolução."

(Palavras de JUAREZ TAVORA, hontem na capital da Parahyba).

(O Estado do Pará, de 28 de Fevereiro de 1931).

A situação actual

Fonte: Jornal Alto Madeira, Porto Velho, 29 de março de 1931, n. 1436.

Citando a notícia publicada no jornal paraense sobre o pronunciamento de Juarez Távora (militar aliado de Getúlio Vargas ao longo dos anos de 1930-1945 e conhecido à época como "Vice-Rei do Norte" por liderar o movimento "revolucionário" na região nordeste e ter influência no norte do país. Ocupou altos cargos durante o primeiro governo Vargas, tais como o de ministro dos transportes e logo depois, como ministro da agricultura) demonstra, em poucas palavras, o projeto e a forma com as quais se estruturava no âmbito discurso o discurso nacionalista. Antes de tudo, é visível a negação do regime anterior e dos projetos para a região norte e nordeste (àquele momento chamados em conjunto ora de oeste, ora nordeste), e a defesa de que as populações destes locais precisam aceitar, trabalhar e defender o novo projeto ("Marcha para Oeste"), especialmente com a defesa de uma nacionalidade a ser construída pelo novo projeto e controle político-administrativo do país.

> Os discursos da Marcha apelavam para conteúdos míticos, cuja construção imaginária evidenciava traços do conservadorismo romântico em que a "utilização das imagens como dispositivos discursivos de propaganda atendia a finalidades políticas muito claras, que os próprios teóricos do poder não escondiam". Foi nesse contexto que se procurou construir uma visão mítica do Oeste como um vazio demográfico, fundo territorial, frente de expansão, terra de provisão e novo eldorado, sobretudo no período da Segunda Guerra Mundial, quando o conteúdo fortemente nacionalista do Estado Novo encontrou vias privilegiadas de propagação de seus ideais. (SILVA *et al*, 2014: 5)

Podemos observar que ainda no governo provisório, o discurso nacionalista já seria a tônica para a busca por convencimento e coesão social, cultural e política no governo Vargas (tanto pela sociedade política quanto por segmentos diversos na sociedade civil). Um projeto que teria, além das ações políticas e administrativas, o papel da imprensa, das classes dominantes e da população nas diversas regiões brasileiras estabeleceriam um importante espaço para legitimação deste projeto de Brasil. Dessa forma, o primeiro Governo Vargas se estabeleceu uma complexa relação de afiliações entre segmentos dominantes de várias cidades, incluindo na Amazônia e o projeto de integração nacional fez da região um espaço importante aos interesses varguista.

Porém, ao falar sobre coesão e consenso social, sabendo que além de Vargas vários segmentos sociais dominantes se apropriaram do discurso nacionalista, façamo-nos o questionamento: e o restante a população? Nestes termos, é importante considerar que além da valorização do caboclo e migrante nordestino, o discurso político e ideológico varguista construiu uma imagética genérica sobre o papel e a condição do trabalhador brasileiro (seja urbano ou rural) e especialmente na Amazônia é possível ver o novo projeto de trabalhador que deveria ser implementado, seguindo a nova ordem político e de lideranças administrativas na região: o trabalhador-soldado.

Figura 16: Discurso de Vargas em Porto Velho (“cada operário é um soldado e cada soldado é um operário”).

Alto Madeira

HEBDOMARIO INDEPENDENTE

(Circulação duas folhas às Quartas Feiras e aos Domingos)

Diretor-proprietário:—CINCINATO ELIAS FERREIRA

Ano XXIV | Estado do Amazonas-Porto Velho, 16-10-940 — N. 2.440

DA CONFERENCIA ENTRE O CONDE CIANO E O SR. SERRANO SUNER

ROMA, 2 — O ministro hespanhol Serrano Suner teve hoje uma conferencia com o ministro Ciano, nada transpirando dos assumptos tratados.

O DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPUBLICA

O Presidente GETULIO VARGAS agradecendo, na noite de 12 do corrente, a manifestação trabalhista de Porto Velho proferiu, de improviso, o seguinte discurso, segundo notas tachygraphicas da Agencia Nacional:

— Não posso deixar de externar a minha satisfação e o meu júbilo ao assistir esta parada trabalhista. Constatei que estão todos os proletarios jubilosos e conscientes das suas responsabilidades. Porto Velho está vivendo uma epoca de plena reconstrução e isso se deve, em grande parte, á ação do Major Aluizio Ferreira, diretor da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que tem devotado o melhor do seu esforço e da sua inteligencia em patriotica atividade em todos os setores. Isso é motivo de orgulho porque, operarios, pertenceis a uma geração que se revigora. Sinto que neste recanto longinquo da Patria CADA OPERARIO E' UM SOLDADO E CADA SOLDADO E' UM OPERARIO que trabalha e vive pela grandeza do Brazil. Concito-vos a não esmorecerdes porque dais a todos, nesta florescente região da Amazonia, um exemplo de capacidade e de devotamento ao trabalho.

Quanto ao apelo que me dirigistes, vos afianço que será estudado com a melhor bôa vontade e examinado juntamente com os Conselhos Tecnicos porque a materia não depende só de mim. Desde já posso vos afirmar entretanto que o Governo agirá com toda a justiça. Neste instante vos garanto que não deveis esmorecer porque dias melhores virão para a Amazonia.

Porto Velho terá os seus serviços desenvolvidos com a realização do plano que porei em execução, logo após o meu regresso ao Rio, para maior progresso desta futurosa região.

Ficai tranquilos e continuai o trabalho cheios de alegria na certeza de que o Governo não perderá um só instante para tornar-vos mais felizes e para fazer a Patria mais prospera, maior e mais venturosa. A alegria do Governo consiste em ver o povo feliz".

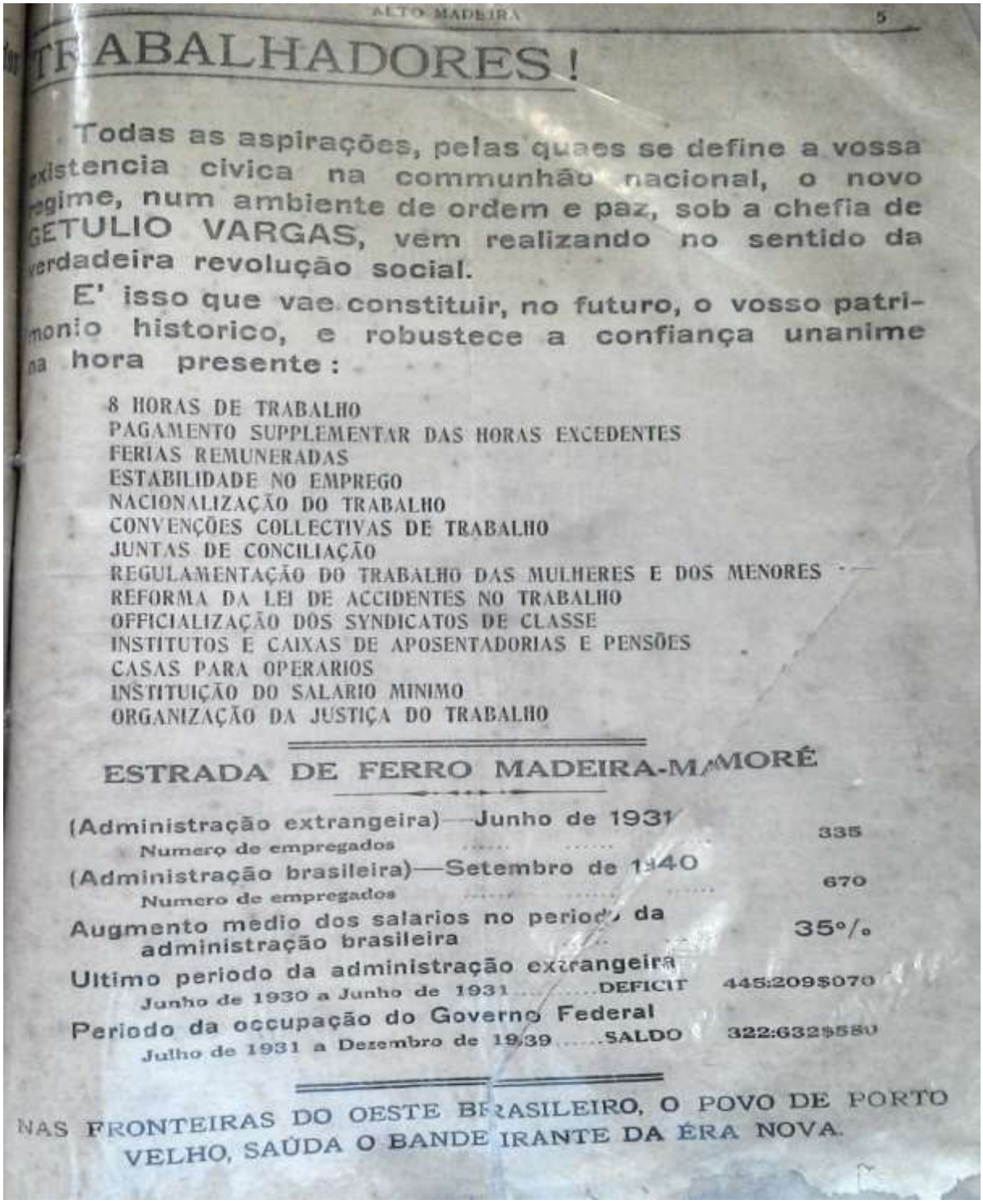
Fonte: Jornal Alto Madeira, Porto Velho, 16 de outubro de 1940, n. 2440.

“Cada operário é um soldado e cada soldado é um operário” dizia Vargas na publicação do jornal Alto Madeira. Seja no Rio de Janeiro, ou em Porto Velho, a figura do trabalhador seria a representação da classe a serviço da construção da nação, pela força do labor que se fundia entre trabalhar e servir à nação. O operário-soldado seria o *novo homem* no Estado Novo.

Neste cenário, as leis trabalhistas se tornaram uma importante moeda de troca de Vargas para com a classe trabalhadora em geral. Entretanto, tais leis ditariam a tônica do novo estado em um regime de tutela e controle dos anseios da classe operária nos centros urbanos, expandindo-se em menor escala ao trabalhador rural. Se, na prática, a criação das leis trabalhistas e do salário mínimo seriam acoplados a um aparelhamento dos sindicatos ao Estado, no âmbito discurso e ideológico, Vargas

seria o baluarte da luta trabalhista no Brasil, o “pai dos pobres”, aquele que levaria o país a uma efetiva “revolução social”, tal como menciona a seguinte notícia do jornal Alto Madeira:

Figura 17: Enaltecimento aos trabalhadores, as leis trabalhistas e a Getúlio Vargas



ALTO MADEIRA 5

TRABALHADORES!

Todas as aspirações, pelas quaes se define a vossa existencia civica na communhão nacional, o novo regime, num ambiente de ordem e paz, sob a chefia de GETULIO VARGAS, vem realizando no sentido da verdadeira revolução social.

E' isso que vae constituir, no futuro, o vosso patrimonio historico, e robustece a confiança unanime na hora presente:

8 HORAS DE TRABALHO
PAGAMENTO SUPPLEMENTAR DAS HORAS EXCEDENTES
FERIAS REMUNERADAS
ESTABILIDADE NO EMPREGO
NACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO
CONVENÇÕES COLLECTIVAS DE TRABALHO
JUNTAS DE CONCILIAÇÃO
REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO DAS MULHERES E DOS MENORES
REFORMA DA LEI DE ACCIDENTES NO TRABALHO
OFFICIALIZAÇÃO DOS SYNDICATOS DE CLASSE
INSTITUTOS E CAIXAS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES
CASAS PARA OPERARIOS
INSTITUIÇÃO DO SALARIO MINIMO
ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

ESTRADA DE FERRO MADEIRA-MAMORÉ

(Administração extrangeira)—Junho de 1931
Numero de empregados ..... 335
(Administração brasileira)—Setembro de 1940
Numero de empregados ..... 670
Augmento medio dos salarios no periodo da administração brasileira 35°/o
Ultimo periodo da administração extrangeira
Junho de 1930 a Junho de 1931 .....DEFICIT 445:209$070
Periodo da occupação do Governo Federal
Julho de 1931 a Dezembro de 1939 .....SALDO 322:632$550

NAS FRONTEIRAS DO OESTE BRASILEIRO, O POVO DE PORTO VELHO, SAÚDA O BANDEIRANTE DA ÉRA NOVA.

Fonte: Jornal Alto Madeira, Porto Velho, 11 de outubro de 1940, n. 2438

O operário-soldado seria o responsável por manter a ordem nacional, a paz dentro das fronteiras e ainda, seria o “bandeirante da Era Nova” no oeste brasileiro. Esta vinculação entre civilidade, proteção e militarização das relações sociais não ocorriam por acaso, especialmente na Amazônia por sua forte e dominante classe militar na administração pública e na vida política.

O apego cívico, moralizador e político se tornou uma das marcas do discurso no governo Vargas, mas como seria possível tornar orgânico e tangível esse projeto de país, de brasileiro e de novo bandeirante na região amazônica? Por além das leis trabalhistas, quais fatores dariam a tonalidade e a busca por uma nacionalidade no cotidiano? De que forma, na Amazônia, seria possível a partir das questões culturais criar uma ideia de país unido, forte e nacional? O discurso político seria acoplado na prática e no dia a dia da vida na Amazônia urbana? Se sim, como?

## 3.2 DA BORRACHA À BOLA, O FUTEBOL NA AMAZÔNIA URBANA

> “Gooooooool gol. Toca a bola de primeira que o jogo na Amazônia tem ginga brasileira. Vai começar o show, é o balé do futebol. Arena inteira grita gol. É domingo brilha o sol, rola a bola soa o apito. Grita o coração na mão e a torcida quer o título e a explosão de gol”. (Canção “Tocando Bola na Amazônia” de Marcia Novo e Cileno, composta em 2014).

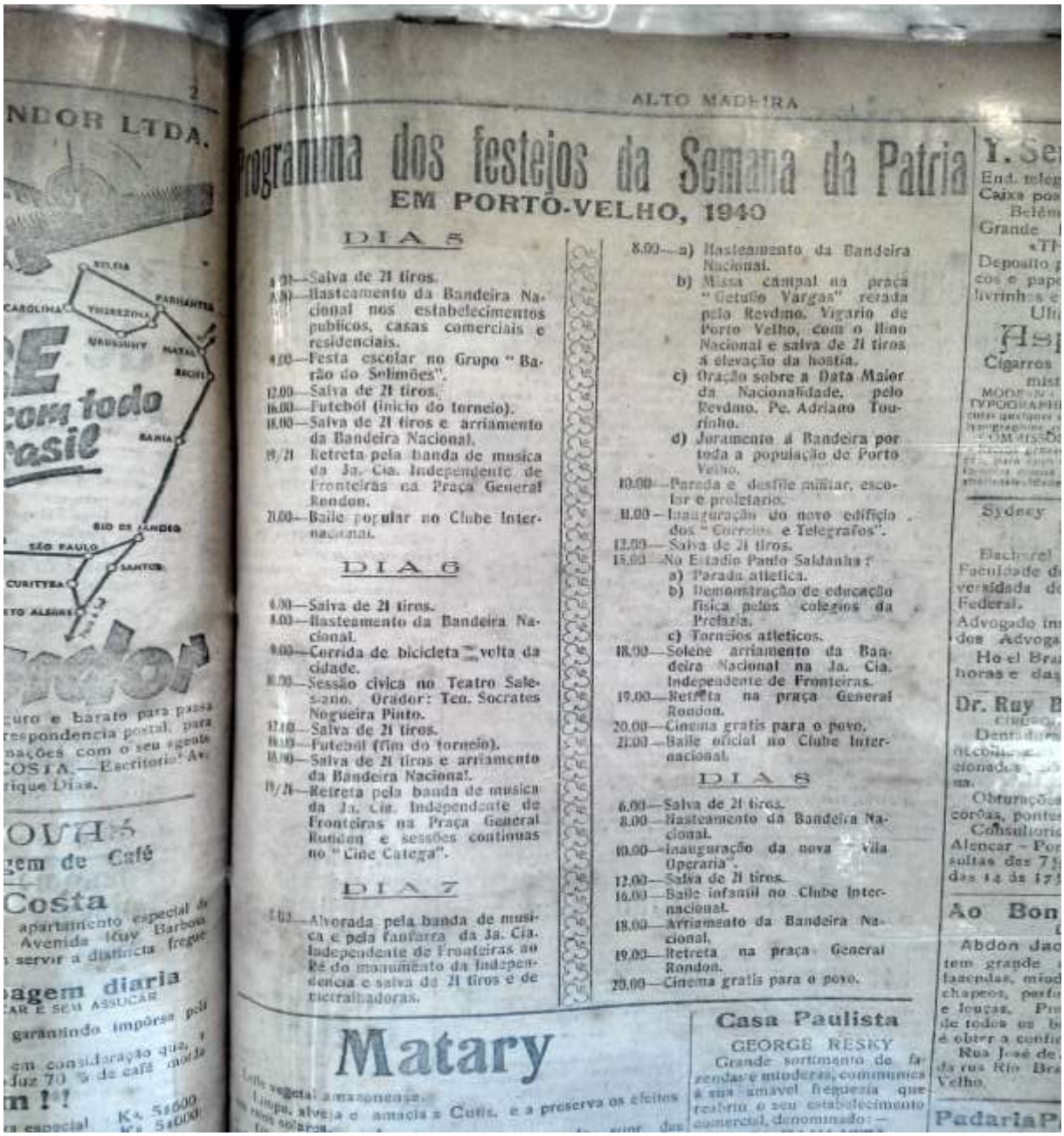
O novo bandeirante como conquistador da Amazônia e do “Oeste”. O operário-soldado, o soldado da borracha. O militar, a fronteira e integração. O discurso nacionalista construiu um conjunto de visões que deveriam ser implementadas na vida cotidiana nas cidades amazônicas. E façamos, pois, o questionamento que encerrou o tópico anterior: como? Como seria possível incutir valores por além da atuação dos políticos, das notícias nos jornais e dos discursos de intelectuais?

Conforme vimos anteriormente, podemos observar ao longo das primeiras décadas do século XX em inúmeras cidades brasileiras a utilização de manifestações e práticas culturais como ferramentas para a difusão de projetos e visões de mundo. E ao longo das décadas de 1930 e 1940 não seria diferente. Nas cidades de Belém, Manaus e Porto Velho, a comemoração de 7 de setembro, data oficial da Independência do Brasil era comemorada ao longo de toda a primeira semana do mês, desde pelo menos os anos de 1920. O papel que as práticas culturais tinham como forma a transmitir um conjunto de valores e de sentimentos e de pertencimento à nação passou a ser determinante, dando contornos próprios para a festividade

política e cívica. Os festejos nas cidades não seriam apenas o espaço para discursarem as figuras políticas e administrativas da cidade, como ainda um espaço para enaltecimento do projeto de país que se materializava sob o governo Vargas.

A ênfase popular nos eventos era conquistada com a sessão gratuita do cinema, com o campeonato de futebol, a corrida de bicicleta, missas, festas e bailes escolares, infantis e para a comunidade em geral onde, somando-se as atividades de educação física, se uniam as práticas de cunho militar e de ordem moral e cívica.

Figura 18: Programa dos festejos da Semana da Pátria (jogo de futebol)



ALTO MADEIRA

# Programma dos festejos da Semana da Patria
## EM PORTO-VELHO, 1940

### DIA 5

6.00—Salva de 21 tiros.
8.00—Hasteamento da Bandeira Nacional nos estabelecimentos publicos, casas comerciais e residenciais.
9.00—Festa escolar no Grupo "Barão do Solimões".
12.00—Salva de 21 tiros.
16.00—Futebol (inicio do torneio).
18.00—Salva de 21 tiros e arriamento da Bandeira Nacional.
19/21 Retreta pela banda de musica da Ja. Cia. Independente de Fronteiras na Praça General Rondon.
21.00—Baile popular no Clube Internacional.

### DIA 6

6.00—Salva de 21 tiros.
8.00—Hasteamento da Bandeira Nacional.
9.00—Corrida de bicicleta — volta da cidade.
8.00—Sessão civica no Teatro Salesiano. Orador: Ten. Socrates Nogueira Pinto.
12.00—Salva de 21 tiros.
16.00—Futebol (fim do torneio).
18.00—Salva de 21 tiros e arriamento da Bandeira Nacional.
19/21—Retreta pela banda de musica da Ja. Cia. Independente de Fronteiras na Praça General Rondon e sessões continuas no "Cine Catega".

### DIA 7

5.00—Alvorada pela banda de musica e pela fanfarra da Ja. Cia. Independente de Fronteiras ao Pé do monumento da Independencia e salva de 21 tiros e de metralhadoras.
8.00—a) Hasteamento da Bandeira Nacional.
b) Missa campal na praça "Getulio Vargas" rezada pelo Revdmo. Vigario de Porto Velho, com o Hino Nacional e salva de 21 tiros á elevação da hostia.
c) Oração sobre a Data Maior da Nacionalidade, pelo Revdmo. Pe. Adriano Tourinho.
d) Juramento á Bandeira por toda a população de Porto Velho.
10.00—Parada e desfile militar, escolar e proletario.
11.00—Inauguração do novo edificio dos "Correios e Telegrafos".
12.00—Salva de 21 tiros.
15.00—No Estadio Paulo Saldanha:
a) Parada atletica.
b) Demonstração de educação fisica pelos colegios da Prefazia.
c) Torneios atleticos.
18.00—Solene arriamento da Bandeira Nacional na Ja. Cia. Independente de Fronteiras.
19.00—Retreta na praça General Rondon.
20.00—Cinema gratis para o povo.
21.00—Baile oficial no Clube Internacional.

### DIA 8

6.00—Salva de 21 tiros.
8.00—Hasteamento da Bandeira Nacional.
10.00—Inauguração da nova "Vila Operaria".
12.00—Salva de 21 tiros.
16.00—Baile infantil no Clube Internacional.
18.00—Arriamento da Bandeira Nacional.
19.00—Retreta na praça General Rondon.
20.00—Cinema gratis para o povo.

Matary

Casa Paulista
GEORGE RESKY
Grande sortimento de fazendas e modernas, communica á sua amavel freguezia que reabriu o seu estabelecimento comercial, denominado:—

Fonte: Jornal Alto Madeira, Porto Velho, 4 de setembro de 1940, n. 2427

Desta forma, a vinculação entre política, religião, esporte e práticas culturais de um modo geral se estabelecia num amplo e complexo arranjo que dava ao discurso nacional uma base sólida no cotidiano e na relação sociocultural, não apenas na capital federal, como ainda nas cidades mais distantes, a exemplo de Porto Velho. O ideário nacionalista se consolidava não apenas no enaltecimento de datas e personalidades públicas e políticas, como ainda na crescente inclusão da população na comemoração e construção de um sentimento de pertencimento ao país e de grandeza nacional via manifestações culturais.

Além do saneamento, embelezamento e ocupação das cidades, outras importantes referências do processo caracterizam-se pelas práticas e espaços culturais apropriados como ferramentas para legitimarem os projetos e visões de mundo defendidos por classes e por instituições. O cinema, o teatro, o *foot-ball* e os esportes de um modo geral, seriam uma importante forma de estabelecer no cotidiano o novo homem brasileiro.

Portanto, se faz importante compreender sob que contextos e cenários as práticas europeizadas e especialmente o *foot-ball* se metamorfoseou em futebol e de que maneira podemos compreender os anseios e os projetos construídos em torno da prática deste esporte por parte dos grupos sociais nas cidades de Belém, Manaus e especialmente em Porto Velho.

E, neste momento, a pergunta central a qual nos fazemos consiste em: de que forma houve a construção de um futebol à brasileira na Amazônia urbana? E se o *foot-ball* consistiria na prática europeizada, cordial, distinta e culta, como seria possível estabelecer a partir deste esporte um sentimento nacional, especialmente na Amazônia?

### *3.2.1 Belém e Manaus*

Na Amazônia urbana, Belém e Manaus caracterizaram-se como as duas principais cidades da região na transição do século XIX para o XX, especialmente por concentrar-se nelas as riquezas advindas da extração e exportação da borracha. Com isso, a prática do *foot-ball* já seria um importante elemento da vida cultural nas respectivas cidades ao longo das primeiras décadas do século passado.

A realização de jogos de futebol nas cidades se fariam presentes nas publicações dos jornais locais, seja como estratégia para enfatizar uma prática de

origem europeia, como ainda para demarcar e estabelecer no jogo de bola o embate entre grupos e nacionalidades diferentes.

Figura 19: Grupo de brasileiros amadores do Foot-ball

Fonte: FIGUEIREDO, 1913, p. 1

Figura 20: Grupo de ingleses amadores do Foot-ball

Fonte: FIGUEIREDO, 1913, p. 1

O *foot-ball* disputado entre brasileiros e ingleses em 1913 na cidade de Manaus nos permite observar o papel do futebol como um elemento cultural permeado por inúmeros contextos, cenários e discursos. Tanto em Manaus quanto em Belém, o futebol se internalizava na vida cotidiana como uma prática capaz de enaltecer, além do discurso da modernidade e o nacionalista em meados da década de 1930, uma série de questões de rivalidade e oposição internas entre grupos e classes sociais nas cidades. Ao longo de todas as primeiras quatro décadas de prática deste esporte, o mesmo serviu de representação para grupos étnicos (tais como, o Tuna Luso em Belém e o União Sportiva Luso-Brasileira em Manaus que tinham forte presença dos grupos portugueses na região), contando ainda com a presença de setores importantes na vida política e sociocultural tais como aos maçons, os comerciantes e políticos que se integravam tanto na diretoria quanto nos atletas e/ou nos campos e no apoio aos clubes locais.

A fundação de clubes e a crescente identificação dos mesmos com projetos, espacialidades e grupos nas cidades acabaria dando os contornos para pensar o processo de popularização da prática do esporte na região, deu ao futebol um papel de destaque em relação às demais práticas esportivas à época. Em Belém, por exemplo, Gaudêncio (2007) menciona a construção da rivalidade entre os clubes do Remo e do Paysandu por meio do jogo de bola. Ao longo das primeiras décadas do século XX, tanto Remo quando o Paysandu, ambos vinculados a setores dominantes em Belém e considerados como “times grandes”, já possuíam espaços próprios de jogo e treinamento e na busca por jovens talentos, digladiavam-se para conquistar os títulos e os melhores atletas da cidade, ganhando relevante destaque nas narrativas dos jornais locais e no cotidiano da cidade. Uma rivalidade que alcançaria um nível não visto em Manaus e estabeleceria uma profunda polaridade clubista na cidade de Belém, fortalecendo uma identificação regional centrada na figura dos clubes locais.

Em Manaus, a prática do *foot-ball* pode ser vista ainda na primeira década do século XX, altamente vinculado aos estrangeiros e a classe dominante local. Clubes como o Racing Club Amazonense e o Sport Club de Manaos já realizaram partidas durante o ano de 1907, contado com a formação de diversos clubes ao longo das primeiras décadas do referido século, a exemplo do Brasil Foot-ball Club, Ideal Foot-ball Club, Independencia Foot-ball Club, União Club, Nacional Foot-ball Club, Rio Negro, Club General Osorio, Olympico Club, União Sportiva Luso-Brasileira, Fluminense Club, America Foot-ball Club, Sul America Sport Club, clubes que seriam

fundados e extinguidos (em sua maioria) ao longo das décadas de 1910 a 1940. Entretanto, o Nacional Foot-ball Club se destacaria na cidade e se consolidaria como um dos mais importantes e renomados clubes esportivos praticante do futebol na cidade, servindo de referência aos clubes de outras cidades do estado do Amazonas.

A emergência dos clubes foi determinante para a consolidação da prática do *foot-ball* na região, pois eles que ao longo das quatro primeiras décadas seriam as principais instituições mantenedoras da prática e de uma regular prática esportiva institucionalizada tanto em Belém quanto em Manaus, aliadas aos jornais locais que operacionalizam-se como veículos de comunicação entre clubes e ainda, como espaço disseminador do ideário defendido pelos clubes e seus dirigentes.

Entretanto, Gaudêncio (2007, 2013) ressalta a necessidade de pensar a formação do futebol por além dos clubes oficiais e do discurso hegemônico estabelecido nos jornais da cidade, percebendo-se a crescente e consistente prática deste esporte nas regiões suburbanas da cidade de Belém, já contando com a participação de jogadores que não pertenciam as classes dominantes nos clubes oficiais ao longo festivais esportivos dos anos de 1920 e notadamente a ao longo da década de 1930 com a formação de vários clubes subalternos que estabeleciam uma nova dinâmica para o *foot-ball*, menos distinto e elitizado e mais popular (no sentido de amplamente jogado).

> Os jogos que começaram a se popularizar nos anos de 1920, durante os festivais esportivos, nos proporcionam o entendimento sobre as mudanças que começaram a acontecer na cidade no sentido do lazer esportivo, pois, muitos jogadores de futebol não seriam somente homens dos setores abastados da sociedade, mas indivíduos que pertenciam às camadas populares buscando uma visibilidade social através da prática futebolística. (GAUDÊNCIO, 2007: 84)

Com isso, o futebol à brasileira seria formado na Amazônia por um conjunto de fatores determinados tanto pela ação dos clubes oficiais quanto pela presença dos clubes subalternos, aliado ainda aos rearranjos políticos e do discurso hegemônico na região, transformando o *foot-ball* distinto, civilizado e docilizado em uma prática profundamente competitiva (a exemplo da rivalidade exacerbada entre Remo e Paysandu), popularizada nos mais diversos grupos e espaços da vida urbana na Amazônia e capaz de representar, de acordo com Gaudêncio (2007) uma identidade específica, um sentimento de pertencimento seja ao clube, a região e ainda, à um ideário de país e de nação.

A identificação e a rivalidade entre os clubes locais a partir dos jogos de *foot-ball* transformariam ao longo dos anos de 1920 e determinantemente ao longo da década de 1930 a forma de ver e praticar o jogo de bola, numa valorização da competição e da busca pela vitória.

Figura 21: Foot-ball em Manaus

FOOT-BALL

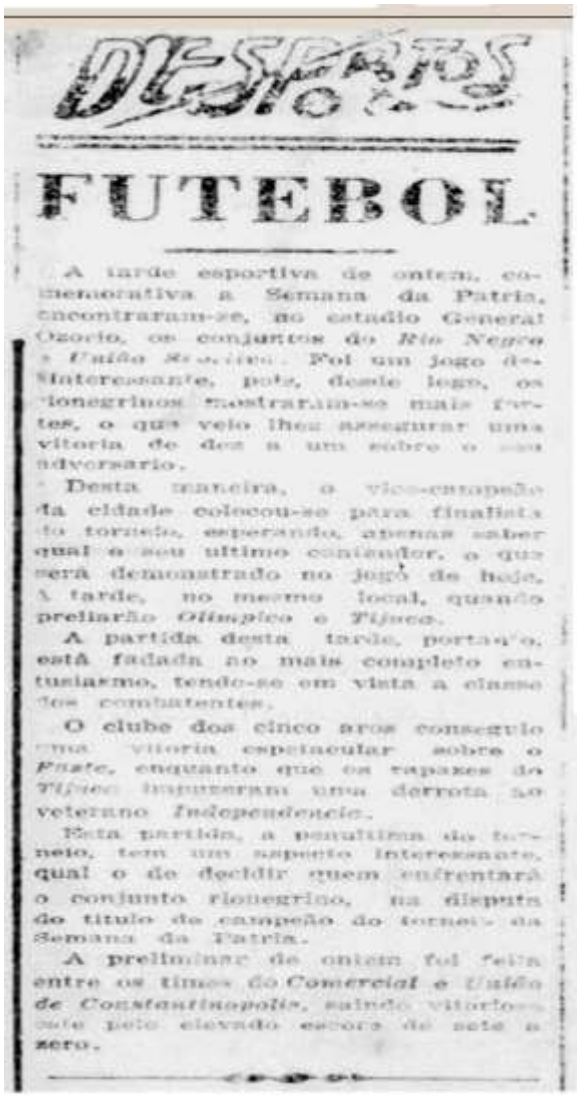
O jogo de maior sensação será travado, á tarde de hoje, entre as turmas do Albatroz e Bares, no estadio General Osorio. Vae ser uma partida cheia de lances emocionantes. De um lado vemos o Albatroz, forte e cuheso, sustentando a sua victoria. A' sua frente, porem, apparecem onze rapazes destemidos e com vontade de tirar um revanche. Se um club esta em perfeita forma, o outro se equipara. Não podemos prognosticar a quem cabera a victoria, pois isso seria avançar numa assertiva que somente depois dos minutos finaes, podemos fazer.

A luta vae ser titanica. O Albatroz não se deixará vencer com facilidade e o Bares vae sedento de uma desforra.

Fonte: Jornal do Commercio, 23 de outubro de 1938, n. 11623

A rivalidade e a busca pela vitória se torna umas das bases no convívio dos clubes em Manaus, estendendo-se a Belém. Ao divulgar a realização de uma partida entre Albatraoz e Bares, o jornal do Commercio enfatiza a vitória como o grande objetivo da partida, a ser realizado por uma luta tirânica. E embora a oposição entre os clubes manauaras não sejam tão efetivos quanto no caso de Belém, mesmo entre os clubes de curta existência é possível observamos a crescente busca por uma rivalidade por meio do futebol, marcando o *foot-ball* não mais como o local de cordialidade e de enaltecimento de uma sociedade cultura, e sim como o espaço de disputa, conflito onde os destemidos jogadores representam em campo uma guerra por meio do bola-pé.

Figura 22: Torneio de futebol na semana da Pátria em Manaus



DESPORTOS

FUTEBOL

A tarde esportiva de ontem, comemorativa a Semana da Patria, encontraram-se, no estadio General Ozorio, os conjuntos do *Rio Negro* e *União Sportiva*. Foi um jogo desinteressante, pois, desde logo, os rionegrinos mostraram-se mais fortes, o que veio lhes assegurar uma vitoria de dez a um sobre o seu adversario.

Desta maneira, o vice-campeão da cidade colocou-se para finalista do torneio, esperando, apenas saber qual o seu ultimo contendor, o que será demonstrado no jogo de hoje, á tarde, no mesmo local, quando preliarão *Olimpico* e *Tijuca*.

A partida desta tarde, portanto, está fadada ao mais completo entusiasmo, tendo-se em vista a classe dos combatentes.

O clube dos cinco aros conseguio uma vitoria espetacular sobre o *Poste*, enquanto que os rapazes do *Tijuca* impuseram uma derrota ao veterano *Independencia*.

Esta partida, a penultima do torneio, tem um aspecto interessante, qual o de decidir quem enfrentará o conjunto rionegrino, na disputa do titulo de campeão do torneio da Semana da Patria.

A preliminar de ontem foi feita entre os times do *Comercial* e *União de Constantinopolis*, saindo vitorioso este pelo elevado escore de sete a zero.

Fonte: Jornal do Commercio, Manaus, 6 de setembro de 1942 n. 13025

Em 1942, internalizando gradativamente o abrasileiramento do *foot-ball* ao futebol, o Jornal do Commercio em Manaus narra a realização de um encontro esportivo em comemoração à data cívica de 7 de setembro (Semana da Pátria). Do conteúdo narrado, destacamos o posicionamento do jornal em relação a busca por uma qualidade de jogo vista a luz da rivalidade, ao narrar que a vitória por muitos gols de vantagem do Rio Negro foi “desinteressante” justamente pela falta de páreo por parte do União Sportiva. De outro lado, sobre as demais partidas esperava-se grandes jogos, justamente pela disputa acirrada entre os clubes em busca de vitórias espetaculares.

E embora nas últimas décadas do século XX e ainda nas primeiras do século XXI os clubes amazônicos são vistos, de um modo geral, como uma forma de opor o

regionalismo contra uma valorização nacional centrada nos clubes da região sudeste, em meados da década de 1930 e 1940, este apego aos clubes locais foi determinante para a consolidação da prática do futebol nas cidades, cuja apropriação do discurso de nação se daria a partir da disseminação de valores e utilização desta prática esportiva nas datas comemorativas, nos feriados cívicos e ainda por meio de uma estreita relação entre os clubes locais com personalidades políticas defensoras do projeto nacionalista e centralizador de Vargas (a exemplo de Álvaro Maia, Magalhães Barata, José Carneiro da Gama Malcher e Aluízio Ferreira), tornando o futebol como principal prática cultural do cotidiano nas cidades como forma de enaltecimento de um novo projeto de Brasil e do ser brasileiro (valente, destemido, guerreiro, vitorioso, lutador, entre outros).

> Os jogos de futebol se tornavam além de diversão para os mais variados grupos sociais, também palco para os discursos políticos que na época estavam contrários a toda uma política de embates entre as oligarquias que dominavam o poder político até 1930. Entrando em conflito mais tarde com os discursos nacionalistas dos grupos médios urbanos que no decorrer dos anos de 1920 se fortaleciam através da busca de uma identidade nacional, no qual, a prática de “soccer” possibilitava um certo aglutinamento das pessoas em torno das “nações imaginadas” que eram os clubes de futebol, onde muitas vezes era o jogador de origem popular que possuía uma forte liderança devido as suas características de jogar que exaltavam a ginga ou garra durante os jogos, prevalecendo geralmente sobre a situação desse jogador na “sociedade real”, isto é, ele ganhava fama, prestígio através da prática esportiva na sua comunidade seguindo muitas vezes até aos clubes com melhor poder aquisitivo, principalmente a partir dos anos de 1930 e 1940, sendo fator importante para o aumento do número de equipes de futebol em toda cidade. (GAUDÊNCIO, 2007: 131).

Desta forma, embora nas cidades podemos observar a presença do cinema, do teatro, do remo, tiro esportivo, ginástica, ciclismo entre outros esportes, nenhum conseguiu alcançar o destaque desempenhado pelo *foot-ball*. Seja pela rivalidade, pelo acesso e pelos discursos construídos em torno da prática, foi o bola-pé o instrumento cultural o maior e mais sintomático espaço para observar as relações de conflito e consentimento na vida cotidiana, internalizando questões sociais e políticas.

Mantendo-se amadores até, pelo menos, meados do final da década de 1940, os clubes amazônicos tinham nos campeonatos locais, nas viagens para amistosos nas cidades próximas e nos eventos festivos e datas cívicas e feriados, espaços para construir uma importante sociabilidade em torno do futebol. Se outrora o *foot-ball* estivera limitado aos grupos dominantes numa busca por distinção social, especialmente a partir dos anos de 1930 foi possível observar a apropriação da prática

esportiva de um projeto de futebol, que ampliaria o acesso ao jogo tanto pela assistência quanto por clubes e atletas subalternos e de classes menos abastadas na sociedade (embora mantendo dentro dos campos e arquibancadas a busca por diferenciar os grupos, seja pelo local a ocuparem e ainda a quem viria a ser homenageado e reverenciado pela no controle e na prática do futebol).

Foi assim que o futebol se tornou um importante instrumento para estabelecer nas relações cotidianas visões e projetos diversos, trazendo ao campo de jogo interesses diversos que além de terem neste esporte um espaço de demarcação de influência, também seriam nele reformulados por meio de formas específicas com as quais a partir do jogo tornou-se possível representar rivalidades, oposições e, ainda, o enaltecimento de certos princípios éticos, políticos e identitários, tais como o nacionalista.

Entretanto, como o futebol se construiu outras cidades (a exemplo de Porto Velho) por além das duas grandes representações urbanas da Amazônia em meados das primeiras décadas do século XX? E a partir de uma análise ampliada, qual a diferença e aproximações entre os discursos e sentidos para a prática deste esporte nas cidades amazônicas?

### *3.2.2 Porto Velho*

Ao longo da década de 1920, e especialmente no início de 1930, em Porto Velho três clubes se destacavam na prática do futebol na cidade ao longo de todo o período: União Sportiva, Ypiranga Sport Club e Noroeste Sport Club, e a partir de 1943 do Ferroviário Atlético Clube. Os clubes esportivos em questão tinham o futebol como o principal (em geral, o único) esporte praticado por seus associados.

Entretanto, é importante mencionar a formação de vários outros clubes esportivos para a prática do futebol na cidade, mesmo que com curta história. Oliveira (2014) menciona, sobre a década de 1920 os seguintes clubes: Rio Madeira Sport Club, Ultima Hora Football Club, Luso Sporting Club e Brazil Sport Club. Já a partir dos anos de 1930, seguindo o processo de crescimento da prática desportiva em Porto Velho e ainda, representando novas instituições e personalidades na cidade, outros clubes e times são formados, mas não conseguiram manter-se ativos e com regularidade de jogos e atuação na vida cultural em Porto Velho.

União Telegrafica, Guarany S. Club, Combinado "rio-mar", Juventus S Club, Cruzeiro S. Club, Madeira Mamoré S. Clube entre outros, eram formados ora para realização de um jogo ou campeonato específico (formados por grupos de trabalhadores, estudantes ou combinados para amistosos), ora tinham sede, fundação e regimento próprio, mas que por razões diversas não mantiveram suas atividades desportistas. Porém, o papel dos clubes e dos times regulares ou de combinados e times esporádicos foi fundamental para a construção e demarcação da importância do futebol na cidade.

Ao longo dos anos de 1920, foi possível observar a tentativa de construção de um campeonato local, contando ainda tentativas de implementação de uma federação e conselho esportivo na cidade. Entretanto, com as dificuldades financeiras e de regulamentação da prática e dos torneios de futebol, cabia aos clubes o papel de incentivarem-se entre si, realizando em geral, partidas amistosas ou pequenos torneios e disputas.

Além disso, os clubes esportivos se tornaram, notadamente nos anos finais da década de 1920, em verdadeiros espaços lúdicos, de lazer e de confraternização. O Noroeste, por exemplo, se destacou na década de 1930 não tanto por seus resultados nos jogos de futebol, mas pelo seu papel pela realização de bailes comemorativos em homenagem a personalidades públicas e políticas na cidade (a exemplo de Aluízio Ferreira), a compra de instrumentos musicais (que seriam ainda utilizados nas arquibancadas ao longo dos jogos, seja do Noroeste ou de outras equipes) por parte do presidente do clube, Elias Gorayeb, comerciante e político na cidade.

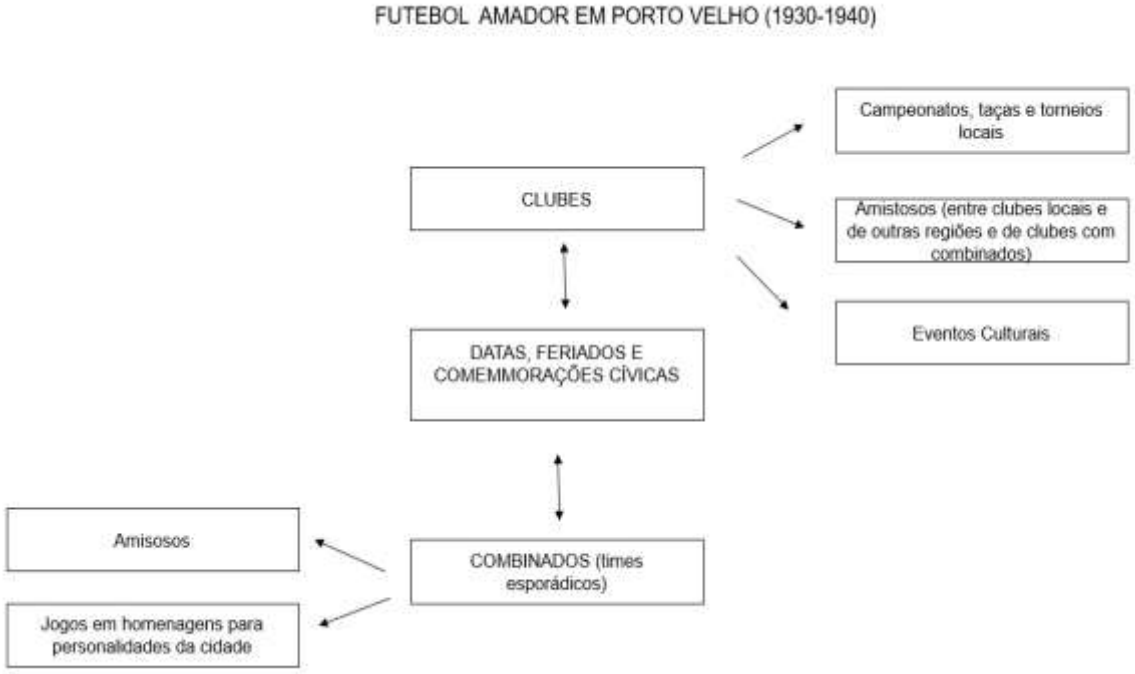
O Noroeste fundaria no final da década de 1920 a Legião Noroestina, uma organização interna ao clube que seria responsável pelas atividades festivas, beneficientes e de confraternização, coordenado pelo núcleo feminino do clube, a exemplo de Gilda Gorayeb (1ª secretária). Boa parte das atividades e festejos realizados pelo clube ocorriam na sede do Club Internacional e o seu acesso seria limitado aos sócios (exigindo como ingresso o comprovante do pagamento da mensalidade do clube) e suas respectivas famílias, além de personalidades políticas. Além do Noroeste S. C., o União Sportiva também se destacou com a formação do Conselho Feminino Unionista, consistindo em espaços destinados ao controle e práticas de atividades lúdicas por parte das jovens e filhas dos sócios do clube.

Deste modo, são clubes esportivos que tem o futebol como principal referência, mas são espaços que conseguem expandir seus horizontes esportivos para adentrar

na seara do lazer, diversões, folias e eventos comemorativos (datas cívicas e aniversários), tornando-se em verdadeiros centros culturais em Porto Velho. Alguns dos clubes possuíam sede e campo próprios (como é o caso do Ypiranga S. C.), enquanto os demais se apropriariam do espaço de jogo do Ypiranga e do espaço de convivência do Club Internacional.

Em Porto Velho, portanto, desde os anos de 1920 é possível observar a emergência de competições oficiais entre os clubes locais, somando-se a uma utilização intensiva do futebol como uma importante prática cultural tanto em amistosos quanto como atividade lúdica de maior relevância nas comemorações de feriados e demais festejos na cidade. O futebol ganha destaque na cidade em sua categoria esportiva e ainda, de lazer e os clubes esportivos se tornariam locais de referência para a vida sociocultural na cidade, seja pelo jogo ou pelos bailes.

Figura 23: Futebol em Porto Velho nas décadas de 1930 – 1940




Fonte: fluxograma próprio feito com base nas referências sobre o tema.

O futebol em Porto Velho possuiria ao longo das décadas de 1930-1940 algumas dimensões, sendo a principal delas o papel dos clubes amadores. Umas das frentes para os clubes esportivos locais foi a definição do futebol como a principal (e/ou única) prática esportiva, seguida pelo papel do clube como centros de cultura,

lazer e atividades festivas pelo destaque que este esporte ganhará em detrimento dos demais e por estabelecer práticas e eventos comemorativos e dançantes na cidade que vão além da simples prática de um jogo de bola, internalizando-se como espaços de vivência cultural na cidade. A segunda característica serão os amistosos cujas ocorrências se dariam tanto entre outros clubes quanto entre times formados de forma esporádica; enquanto o terceiro consiste no futebol praticado como evento comemorativo de alguma data especial, caracterizando-se como instrumento lúdico para a celebração e ainda, como ferramenta para dar destaque e enaltecimento de personalidades, grupos e/ou projetos diversos.

Neste cenário, o futebol ser tornou um importante campo para a construção e disseminação de perspectivas e visões de mundo e modos de vida. Além disso, especialmente a partir da década de 1930 se deu uma efetiva aproximação entre a região amazônica com as entidades esportivas de outras regiões (tanto brasileiras quanto estrangeiras). O futebol, tanto no jornal quanto na nomenclatura dos clubes, passou a incorporar nos anos finais da década de 1930 termos antes não utilizados, a exemplo do Carioca e do Botafogo em Porto Velho.

O jornal Alto Madeira, em meados da década de 1940, passou a publicar matérias em referências aos jogos realizados na região sudeste, algo pouco presente nas publicações das décadas anteriores (que estiveram muito mais vinculadas à prática do futebol local e das regiões mais próximas, tais como Guajará-Mirim, Manaus e determinados clubes da Bolívia). Em conjunto a isto, o papel cívico e de cultura física no esporte se tornou mais sintomático, tornando o futebol um local privilegiado para observarmos a construção de um discurso nacionalista e personalista a partir do jogo de bola.

Se na sua primeira década de prática institucionalizada em Porto Velho, o futebol estivera altamente vinculado ao discurso da modernidade, da distinção social e do enaltecimento da cultura europeia por parte dos seus praticantes nos clubes locais, seria na década de 1930 com os rearranjos políticos, econômicos e ideológicos em nível nacional, responsáveis por alterar parte importante na forma como o futebol era visto e vivenciado na cidade.

É salutar, portanto, observar algumas mudanças nas normas de conduta defendidos pelos clubes e pelo jornal Alto Madeira sobre o papel dos *sportmen*, dos clubes e assistência (torcida); seguindo-se pela distinção e limitação do acesso aos clubes e à prática do futebol (vista sob a obrigatoriedade de pagamento de

mensalidade ao clube e assiduidade nos treinos). Sobre este contexto, Oliveira (2014: 75) menciona que,

> O processo de constituição da prática do *football* como um elemento distinto requereria então a implementação de uma postura específica por parte de seus adeptos e caberia aos clubes e suas respectivas diretorias a condição de zelar pela manutenção destes ideais, controlando e regulando a postura de seus *players* em prol da cordialidade, amadorismo, *fair play* e da realização de partidas que priorizem não a vitória, mas, sim, a valorização da competição e do enaltecimento da modernidade e da distinção desta prática.

Os atletas deveriam, portanto, estabelecer os jogos não como espaços de luta e sim como de enaltecimento das normas de conduta, cordialidade, civilidade em prol de uma sociedade culta e distinta. O *sportmen* na Amazônia deveria ser o baluarte da representação local de um projeto de uma Belle Époque amazônica (nos termos de Daou [2004]), amplamente defendido nas publicações dos jornais da época.

Além disso, quanto ao acesso às partidas em Porto Velho, Oliveira (2014) argumenta que nos anos de 1920 havia uma efetiva estratégia para limitar tanto a prática do futebol no campo e nos espaços dos clubes quanto a possibilidade de acompanhar as partidas nas arquibancadas destes espaços (seja pela exigência de pagamento para assistir as partidas, pela proibição do uso do campo do Ypiranga por pessoas que não fossem filiadas e, ainda, pelo projeto de construir um muro no entorno do referido clube).

Entretanto, a partir dos anos de 1930 é possível observar, tal como nos apresenta as notícias do jornal Alto Madeira, a tentativa de ampliar o apego do futebol sob os variados segmentos da sociedade, passando a não mais cobrar entrada para quem quisesse assistir as partidas. Além disso, passava-se a ver positivamente o envolvimento efetivo entre arquibancada e os jogadores, aproximando-se (embora sem uma relação efetiva e sem os contornos da capital federal) de uma construção de torcida apaixonada próxima ao que seria defendida, anos mais tarde, por Mario Filho no Rio de Janeiro. Este é, portanto, um processo de valorização do papel não apenas do atleta, como do torcedor, num contexto que irá observar a importância de um futebol que é tão importante ser jogado quanto assistido.

Nesta busca para trazer a cidade para dentro do estádio Paulo Saldanha (campo do Ypiranga, denominado anteriormente como praça 24 de janeiro), deu-se a principal e considerável alteração na prática e no discurso do futebol em Porto Velho, sendo ela a transformação do papel hegemônico do *sportmen* e do futebol

europeizado para o futebol à brasileira, eufórico, empolgado e que tinha na vitória seu objetivo maior e a ser conquistado de quase todas as formas.

O novo atleta/torcedor construídos ao longo da década de 1930 seria muito mais próximo ao soldado, guerreiro, lutador. E tal mudança se justifica na própria mudança da visão sobre o homem brasileiro e seu papel na sociedade entre a disciplina militar, o contexto bélico e o patriotismo. Com isso, o discurso hegemônico saiu do enaltecimento da cultura europeia, dos bons costumes e do *fair play* (onde ganhar não deveria ser o principal objetivo) para a valorização da vitória, da conquista e da demonstração valorosa e apaixonada do ser brasileiro, ser campeão. Essa mudança considerável pode ser vista comparando-se duas publicações, a primeira de 1919 e a segunda, de 1931. Em 1919, sobre o jogo entre o Ypiranga e o União Sportiva, o jornal Alto Madeira narrou que,

> Na tarde do dia 15, com numerosa assistencia, realisou-se renhido 'match' de 'foot-ball' entre as equipes dos valorosos 'Ypiranga Sport Club, e 'União Sportiva,. O jogo foi deveras emocionante, terminado pelo *score* de 0 x 0. [...] A' bizarra rapaseada dos dois clubs fazemos um apelo : as rixas que entre eles estão se ateando só serviram para lhes diminuir o prestigio e a sympathia do publico. Sejam adversarios no campo, e só. Fazemos-lhe este appelo em nome de toda a sociedade culta de Porto Velho. (JORNAL ALTO MADEIRA, 20 de novembro de 1919, n. 261) (grifo nosso)

Em 1919, com a fundação do Ypiranga Sport Club, tornou-se possível a realização direta entre partidas contra o União Sportiva (fundado em 1917). A rivalidade e oposição ganharia na cidade um contorno clubista, ou seja, a disputa regular e cotidiana entre os times institucionalizados e oficializados. Entretanto, com o projeto de construir uma prática de um *foot-ball* elitizado e focado em uma representação de uma Europa moderna, aliando-se ao discurso da civilidade, da sociedade culta, respeitosa e distinta, a pratica deste esporte em Porto Velho por parte dos segmentos dominantes preconizava o enaltecimento da cultura física (*mens sano in corpore sana*) em detrimento das ideias de disputa e rivalidades exacerbados.

Esse discurso foi a tônica dos discursos sobre as condutas dos atletas, clubes e assistência nos jogos de *foot-ball* ao longo de toda a década de 1920. Entretanto, já em 1931 uma importância mudança pode ser vista na forma como o jornal Alto Madeira lida com a questão da disputa e da rivalidade nas partidas deste jogo de bola.

> Chronica pebolistica
> União x Noroeste
> A disputa foi tremenda na tarde domingo ultimo, no Stadium Paulo Saldanha, entre os valorosos teams: União Sporiva e Noroeste Sport Club.
> Um ideal só dominava a todos os jogadores: Victoria! Parecia até que a numerosa assistencia tomava parte da lucta, ao notar-se o fervor das "torcidas" e os animosos gritos de enthusiasmo.
> Jogo sensacional! – esperança dava vida, multiplicando o ardor, não só dos jogadores, como tambem dos partidarios de ambos os Clubs. Um barulho infernal deixava-se ouvir da assistencia e centenas de vezes o pragmático "Lev"!! echoava pelo campo a fora.
> Segundo a ordem natural das coisas, tudo que tem começo, ha de ter um fim e na hyphotese do jogo não terminar empate, um teria de sahir derrotado e foi o que aconteceu com o sympathico Noroeste.
> (JORNAL ALTO MADEIRA, 19 de abril de 1931, n. 1442) (grifo nosso)

O enaltecimento da figura do *sportmen* perderia espaço para a busca da vitória, da luta, do fervor, dos gritos de entusiasmo e do barulho infernal. A competitividade em busca do resultado positivo, que faz parte da prática esportiva, que outrora era vista como um elemento secundário nas partidas de *foot-ball*, ganharia em meados da década de 1930 o papel central, positivo e determinante para a forma de assistir, comentar e realizar a prática deste esporte na cidade. O jogo pelo jogo já não seria o suficiente, a busca efetiva por todos os personagens envolvidos na partida era alcançar a vitória, representando na disputa deste bola-pé um grande embate transformando o *sportmen* em jogador e assistência em torcedores, tornando a dor, a euforia e o confronto a base do novo futebol que se moldava.

Entretanto, embora façamos algumas analogias entre o futebol em Porto Velho com o carioca, é importante saber diferenciar o que foi o futebol na década de 1930 na então capital federal com este processo na cidade da EFMM. O processo de profissionalização da prática esportiva em Porto Velho foi mais lento do que o ocorrido no Rio de Janeiro. Enquanto em meados de 1940 a profissionalização do futebol já é uma realidade, este processo só irá efetivamente ocorrer (embora em um curto período) em Porto Velho na transição da década de 1950 para 1960, internalizando inclusive as nomenclaturas dos principais clubes cariocas.

É importante pontuar que diferente do futebol carioca e da ascensão dos clubes subalternos na cidade e o processo de profissionalização da prática esportiva e do papel dos jogadores de classes diferentes da dominante e de reformulação do discurso dominante das instituições e personalidades dentro do universo do futebol.

Em Porto Velho, de outro lado, haverá uma permanência da estrutura dos clubes construída nos anos de 1920 (especialmente no grupo dirigente). O papel do jornal Alto Madeira como instrumento de comunicação dos clubes com seus sócios e

atletas e entre os clubes continuará ao longo das décadas de 1930 e 1940 reforçando os valores idealizados pelos dirigentes dos clubes (a que se destacar, nesse sentido, que o editor chefe do jornal Cincinato Elias Ferreira fazia parte do corpo dirigente Ypiranga Sport Club).

Os clubes ofereciam uma oposição entre si, mas todos seriam dirigidos por segmentos de um mesmo grupo e projeto de cidade, havendo uma estreita relação entre atletas e dirigentes dos clubes locais, destacando-se ainda as personalidades públicas e políticas que seriam reverenciadas pelas entidades esportivas, a exemplo do Coronel Paulo Saldanha, Augusto Tanajura, Capital Aluízio Ferreira, e ainda demais personalidades públicas na cidade.

Figura 24: Partida em homenagem a Cap. Aluizio Ferreira e José Sobrinho

FOOT-BALL

Em homenagem aos Snrs. Cap. Aluizio Ferreira D. da E. F. Madeira Mamoré, e Dr. José Ferreira Sobrinho Prefeito Municipal de P. Velho, ferir-se-ha hoje, ás 4,30 em ponto, no Stadium Paulo Saldanha, gentilmente cedido pela Directoria do Y. S. C. um formidavel encontro de football entre dois scratchs denominados: MUNICIPIO x MADEIRA MAMORÉ.

O Municipio uniformisado de camisa azul pisará o gramado com os seguintes players:

MUNICIPIO

Hildebrando; Gumercindo, Deroche; Major, Tully, Deoclecio; Reis, Zezinho, Leopoldo, Severino e Boy.—Reservas: diversos.

Madeira Mamoré apresentará com camisa branca, estando assim organisado:

MADEIRA MAMORÉ

Maia, Oliveira, Ceciliano, Petronilo, Octalicio, Luiz, Piedade, Spadari, Bel, Paulino e Bentes.—Reservas, diversos.

Servirá como juiz o sr. Jacy de Miranda que contina firmando-se admiravelmente pela sua correção e imparcialidade

Fonte: Jornal Alto Madeira, Porto Velho, 27 de agosto de 1933, n. 1691

As homenagens seriam realizadas na cidade partir dos jogos de futebol tanto a partir dos próprios clubes, como ainda com a formação de times formados especialmente para a data/evento em questão. Conforme podemos observar na figura

24, o *foot-ball* foi apropriado como forma de reverenciar duas importantes instituições na cidade de Porto Velho: A prefeitura e o a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Os times “município” e “Madeira-Mamoré” são formados pelos jogadores de vários dos clubes locais e tem como objetivo homenagear tanto Aluizio Ferreira e José Sobrinho quanto dar espaço de destaque para estas instituições na vida cotidiana e cultural da cidade.

Os clubes esportivos em Porto Velho, ao longo de toda a década de 1930 e 1940 teriam na figura de Aluizio Ferreira uma das grandes personalidades a ser reverenciada na cidade, seja dando seu nome a taças e campeonatos, ou realizando jogos amistosos em sua homenagem e, ainda, concedendo a ele o cargo de membro de honra ou mesmo, no caso do Ypiranga, de presidente e presidente honorário do clube.

Figura 25: Homenagens do Alto Madeira e do Noroeste Sport. Club para Aluizio Ferreira

Administrador Gerente :— Cincinato Elias Ferreira

Estado do Amazonas—Porto Velho — Quarta-feira 13 de Maio de 1931. N. 1.449

## Capitão Aluizio Ferreira

Passou hontem, o anniversario natalicio do brioso official do nosso exercito sr. capitão Aluizio Ferreira, figura de destaque em nosso meio social, luctador infatigavel pelo progresso desta região, que ha muitos annos vem empregando os seus esforços no sentido de bem servir a nossa população. Como chefe do 3º Districto Telegraphico, tem se revelado o amigo carinhoso de seus subalternos, razão porque, o esperamos de braços abertos no seu proximo regresso do sul do paiz.

O «Alto Madeira», saudando o distincto amigo, deseja que esta data se proporcione por longos annos em companhia de sua Exma. familia.

## Um esclarecimento do ministro da viação

## NOROESTE SPORT CLUB

confere ao capitão Aluizio Ferreira, o titulo de socio benemerito

Realisou se quarta-feira passada, como tivemos occasião de noticiar, a sessão preparatoria da Directoria da sympathico rubro-negro para organisação dos festejos em honra ao illustre official do nosso Exercito, o «perfect gentleman», capitão Aluizio Pinheiro Ferreira, chefe do 3º Districto Telegraphico de Matto Grosso e vulto de destaque dentro do scenario politico desta região, que nos dará o prazer de sua presença, nesta terra que o estima e admira, no proximo dia 18 do corrente.

Compareceu o que havia de mais «rafinée» no escól porto-velhense e constituo o «on dit» do seu quadro social, de maneira que tudo decorreu na mais deliciosa «causerie» e harmonia de vistas.

Delineado o programma, nomeadas as necessarias commissões para presidirem aos seus variados numeros, ao descorrer dos trabalhos, o sr. Elias Gorayeb, presidente do rubro-negro, propoz para socio benemerito o nome impolluto e prestigiado do sr. capitão Aluizio Ferreira. Numa pe-

## Dr. Alencarliense da Costa

Deliae hoje, o anniversario natalicio do nosso distincto amigo snr. dr. Alencarliense Fernandes da Costa, brioso official do nosso Exercito.

O «Alto Madeira» envia sinceros parabens.

## Mez Mariano

Com numerosa assistencia de fieis, continuam os festejos em homenagem a Excelsa Virgem, na Capella do Sagrado Coração de Jesus.

Foram escolhidos mordomos :

DIA 14

Sra. Cincinato Elias Ferreira e Sera-[illegible] Botelho e senhs. [illegible]; Julio Costa e senhorinha Syria Botelho.

DIA 15

Srs. Oscar Theophilo e João Moreira Lima e senhs. [illegible]; José Ignacio Oliveira e senhorinha Sinhá Santos.

DIA 16

Srs. Abelardo Neves e José Alves e senhs. [illegible]; Mario Monteiro e senhorinha Edith Vasque.

DIA 17

UNIÃO SPORTIVA e CONSELHO FEMININO UNIONISTA.

## Bandido Lampeão

Fonte: Jornal Alto Madeira, Porto Velho, 13 de maio de 1931, n. 1449

Podemos observar o papel desempenhado pelo jornal e pelos clubes esportivos para a marcação da importância de Aluizio Ferreira em Porto Velho. De um lado uma

publicação do editorial do jornal dá destaque ao aniversário de Ferreira, o colocando como “figura de destaque em nosso meio social, luctador infatigável pelo progresso desta região”. Na sequência, o Noroeste Sport Club ofereceu a Aluizio a condição de sócio benemérito do clube, consistindo ele em “perfect gentleman”, figura estimada e bem quista entre os grupos e setores mais distintos e dominantes na cidade.

Esse destaque ao futebol não seria por menos, o jornal Alto Madeira fundado em 1917 e que teria Augusto Tanajura como seu editor-chefe ao longo dos anos de 1920, passou a ser dirigido por Cincinato Elias Ferreira a partir dos anos de 1930. Tanajura foi durante sua estadia como superintendente municipal em Porto Velho foi presidente do Ypiranga Sport Club e Cincinato, além de editor-chefe do jornal, seria presidente do União Sportiva, estreitando de forma consistente a relação entre clubes e jornal e na sequência, entre ambos e a administração da cidade e da EFMM.

O futebol, ainda *foot-ball*, seria apropriado como uma eficaz ferramenta para difundir visões e projetos de governo, de cidade e de país. Seja vinculado diretamente a figuras proeminentes na administração e na política da cidade, ligadas ao projeto nacionalista varguista, seja na utilização deste esporte como a principal atividade lúdica e cultural para comemoração de eventos solenes, feriados e demais atividades cívicas na cidade.

Esta prática esportiva, ainda sob controle da classe dominante local, tem seu discurso reformulado em prol da utilização do mesmo como local de encontro entre os diversos segmentos na cidade, além do projeto de inclusão das mulheres na vida cotidiana dos clubes e das partidas de futebol infantis. O futebol, portanto, ganha novos contornos na cidade, e embora os principais clubes mantenham-se no período gerenciados pelos mesmos grupos, a popularização da prática se torna um importante projeto para a utilização do esporte como espaço de socialização e enaltecimento de valores diversos, especialmente no período, o nacional.

Figura 26: Festa Cívica de 24 de Outubro em homenagem ao terceiro aniversário da "vitoriosa revolução de Outubro"

CONVITE

A Comissão Promotora dos Festejos de 24 de Outubro tem a subida honra de convidar o laborioso povo de Porto Velho para assistir ás comemorações civicas que serão realizadas nesta cidade, em homenagem ao 3° aniversario da vitoria da Revolução de Outubro, de acôrdo com o programa que abaixo vai publicado :

Programa da Festa Civica de 24 de Outubro

A's 6 horas – 12 salvas de morteiro.

A's 8 horas – Missa campal na praça do Monumento, sendo oficiante o Rvdo. Padre João Nicoletti. – A' elevação da hostia, os alunos das escolas cantarão o hino nacional, sendo ouvidas por essa ocasião 8 salvas de morteiro.

A's 8 e meia horas – Aposição da placa «24 de Outubro» á praça do monumento. Proferirá a oração inaugural o dr. José Ferreira Sobrinho, Prefeito Municipal.

A's 9 horas – Grande parada dos Contigentes Militares e das Escolas, os quais desfilarão pelas ruas José de Patrocinio D. Pedro II, José Bonifacio, praça dr. Jonathas Pedrosa e pela Avenidas 7 de Setembro e prestando nessa ocasião continencia á bandeira colocada altirbuna oficial. Saudação por um aluno das escola. – Distribuição de bonbons ás crianças.

A's 12 horas – 12 salvas de morteiro.

FOOT-BALL

A's 16 horas – Jogo de foot-ball, no Estidium Paulo Saldanha, entre as equipes do Ypiranga Sport Clube e o União Sportiva, em disputa ao premio «24 de Outubro». Preliminar pelas esquadras do «Domingos Savio» e «Luiz Gonzaga».

| DOMINGO SAVIO | SÃO LUIZ |
| --- | --- |
| Hugo, Bojudo e Petronio, Polonia Belio e Pedro; Santiago, Tenente Rato-Branco Gentil e Meia Nôite. | Dedê, Raymundo e Ruy; Salon, Alidyo e Trocoli; Guilherme Ovidio; Boca de Lasca Armando e Pancho. |

Entrada gratis

A's 18 horas – Arreiamento do pavilhão nacional com as solenidades do estilo e salvas de 12 tiros no quartel dos Contingentes Militares.

A's 21 horas – Sarau dansante no Clube Internacional, em homenagem ao Sr. Capitão Aluizio Pinheiro Ferreira, lidimo representante, no Amazonas, da corrente revolucionaria, militar.

Cine-Central : projeção em duas sessões, sendo a primeira as 7 e meia e a segunda as 9 e meia horas. ENTRADA GRATUITA.

Fonte: Jornal Alto Madeira, Porto Velho, 24 de outubro de 1933, n. 1710.

Embora não seja apenas o futebol apropriado como forma de enaltecer as datas e o discurso nacionalista, ele é o elemento cultural de maior destaque no jornal Alto Madeira. A entrada grátis favorece um maior número de assistência numa busca por dar a esse grupo um papel mais efetivo nos jogos, a assistência em primeiro momento se apaixona e torce pelo jogo e na sequência, pela nação, pela "revolução

de 1930”, cujo prêmio da partida é denominado de 24 de Outubro (justamente a data da tomada da administração política brasileira por Getúlio Vargas). A data cívica se torna, portanto, o evento a ser rememorado e comemorado, e especialmente com o futebol transformando-se em representação para a disputa e enaltecimento da vitória e conquista.

Neste cenário, os times formados para eventos comemorativos, compostos por setores escolares, de empresas e ainda pelos clubes compostos por segmentos da classe dominante local se consolidam como as formas e os personagens principais no controle, discurso e na prática do futebol local, tanto ao longo dos anos de 1920 quanto na transformação do *foot-ball* em futebol à brasileira na cidade. O setor dominante em Porto Velho se estabeleceria pelas características específicas de uma cidade construída no entorno de uma estrada de ferro sob capital privado internacional, sob forte migração e ainda, contando com os arranjos internos e o papel dos militares e dos setores ligados à extração da borracha.

> Com isso, ao longo dos anos 1910-1920, a cidade abrigou muitos seringueiros e seringalistas, como também militares, comerciantes, destacando ainda a presença dos trabalhadores regulares da estrada de ferro, que continuavam hospedados no espaço construído pela MMRC. Os militares moradores da cidade, em geral, destinaram-se para a região em conjunto da Comissão Rondon, para a construção das linhas telegráficas e acabaram por firmar-se em Porto Velho, a exemplo do major e médico Augusto Tanajura (que se destacaria ao longo dos anos de 1920 ocupando importantes cargos na vida pública). O grupo dos comerciantes era composto tanto por elementos que vieram para a cidade para fazer parte da construção da EFMM (que após a construção, tiveram que estabelecer outras funções econômicas) e também por representantes comerciais de empresas regionais. (OLIVEIRA, 2014: 39)

A classe dominante em Porto Velho não seria vinculada diretamente aos setores da oligarquia paulista, nem tampouco aos grupos industrialistas e políticos da então capitão federal e das regiões geopolíticas centrais do país. Não seria ainda uma burguesia propriamente dita, nem tampouco uma classe trabalhadora consciente e organizada. Seria, de outro modo, um grupo definido muito mais pelas suas práticas culturais e projetos discursivos sobre a cidade (primeiro vinculando-se à modernidade e após a década de 1920, ao nacionalista) desempenhando por meio do jornal, dos clubes esportivos e da vida cotidiana na cidade um conjunto de valores e sentidos nos quais Porto Velho seria inserido no contexto político e ideológico mais amplo.

Neste cenário, mesmo no discurso de valorização de uma europeização e modernidade e principalmente no processo de enaltecimento do *ethos* nacional e militarizado na cidade, seja pelo papel dos operários-soldados representados no discurso de Vargas ou dos jogadores guerreiros, da torcida apaixonada e ufanista narrados nas notícias do jornal Alto Madeira, seriam os políticos e com uma trajetória ligada aos setores militares como Augusto Tanajura nos anos de 1920 e Aluízio Ferreira entre as décadas de 1930 a 1950 que seriam referenciados como os principais e maiores figuras na vida social em Porto Velho, tendo na prática do *foot-ball* e no futebol o espaço na vida cotidiana para reforçar o culto à personalidade.

Se com o projeto varguista foi construído um conjunto simbólico para representar o novo brasileiro visto a luz de uma representação da classe operária (vinculados a um regime de tutela do governo), em Porto Velho as classes militares se tornaram hegemônicas no tocante tanto ao controle político na cidade e no território federal do Guaporé, como ainda na vida sociocultural por meio do futebol e a visão sobre os trabalhadores seria vinculada ao *ethos* militar, do controle, do soldado e do enaltecimento da proteção das fronteiras e da salvação nacional em um contexto de ênfase ao aspecto belicoso da vida na Amazônia.

O bola-pé em Porto Velho, diferente do papel dos clubes e das figuras civis em Manaus e Belém, estabeleceu um discurso por meio do jornal Alto Madeira (especialmente a partir de 1930) em que a busca motriz que ultrapassou os limites clubistas e tornou-se uma defesa e enaltecimento das personalidades militares, vendo-os como baluartes da proteção das fronteiras e integração da região ao restante do país.

O futebol na cidade da EFMM se tornou nestas décadas de 1930 e 1940 a prática cultural mais efetiva para construir na sociedade local um conjunto de valores correspondentes a um nacionalismo e uma geopolítica nos quais a Amazônia ganharia uma posição importante como uma fronteira a ser integrada economicamente aos setores da produção nacional. Além disso, seria também a forma com as quais podemos observar os anseios da classe dominante portovelhense (fortemente ligada aos setores militares pró-Vargas) em estreitar suas relações com a administração federal, rompendo com a limitação política por fazer parte do estado do Amazonas.

Posto que se em Manaus e Belém os segmentos dominantes possuíam uma relevante importância econômica, oferecendo rivalidades entre si (refletidas em certa medida nos clubes de futebol local), em Porto Velho seriam os arranjos políticos

determinantes para o papel da cidade em sua transformação de município do Amazonas para capital do Território Federal do Guaporé em 1943, construídos por uma classe dominante economicamente frágil mas politicamente representada por setores militares apoiados por todo um conjunto de instituições civis (clubes, jornal, comércios) que transformariam uma pequena e até meados de 1930 uma pouco expressiva cidade (em relação ao cenário regional) em capital de um território federal e, décadas mais tarde, do estado de Rondônia.

Entretanto, a unidade dos clubes na cidade, embora reforçando um ideal de enaltecimento de determinadas personalidades e de um projeto de representação do *ser brasileiro* a partir de um futebol bélico, de jogadores e torcedores apaixonados e aguerridos, ainda limitava o acesso de determinados segmentos sociais na prática do futebol local. Os clubes, ainda amadores, mantiveram-se controlados pelos segmentos dominantes que não estabeleceriam, tal como em Belém, uma forte identificação clubista e de rivalidade por além das “quatro linhas” com os segmentos sociais em Porto Velho.

De certo modo, o futebol na cidade seria muito mais um instrumento de entretenimento, diversão e de rivalidade superficial entre os grupos mais abastados do que um espaço de enaltecimento de uma identidade local e bairrista (a exemplo de Belém), tendo sido um espaço de fortalecimento e valorização de um projeto ufanista tanto em torno dos jogadores quantos dos torcedores como forma de glorificação de uma identidade nacional ao quais os clubes buscavam se inserir. O objetivo seria a vitória, mas uma vitória pela vitória, numa prática de valorização dos vencedores. Entretanto, não importava, de fato, qual clube seria o campeão, posto que todos faziam parte de um mesmo projeto, grupo e favoreciam as mesmas personalidades políticas e públicas na cidade.

A administração entre “compadres” e uma rivalidade crescente dentro de campos mas que não transcendia os dias de jogos pode ser vista, por um lado, como um fator de coesão entre os clubes e seus dirigentes, mas por outro é possível ser apropriado como uma possível explicação para a inserção, especialmente a partir da década de 1950 de sessões regionais de clubes cariocas, culminando ainda com incursões de atletas do Clubes de Regatas do Flamengo e do Botafogo de Futebol e Regatas na cidade de Porto Velho, conquistando forte apelo popular e cativando entre os habitantes locais uma identificação e rivalidade maior do que os clubes locais até então ofereciam, construindo a partir do futebol um novo tipo de enaltecimento

nacional (focalizado em um forte regionalismo clubista, tal como o construído pelo Flamengo a partir de 1930).

Porém, embora existam ao longo de todas as décadas do século XX importantes contextos a serem analisados de modo a compreender não apenas o esporte, como ainda a própria cidade em suas dimensões políticas e socioculturais, não podemos negar a importância que o futebol possuía na cidade como forma de enaltecer discursos e projetos diversos. Porto Velho, Manaus e Belém vivenciavam o futebol, tal como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, entre muitas outras cidades. Entre um nacionalismo de culto à personalidade, uma militarização da relação operário-jogador e de uma torcida patriótica e apaixonada, o futebol tem internalizado e dado novos contornos para as relações e os conflitos em sociedade.

E retomando a canção de Milton Nascimento utilizada na epígrafe desta pesquisa, o futebol passa a ser visto agora não como um instrumento de plena alienação, e sim como uma metáfora, um campo que acopla, representa e redimensiona todo um país. O Brasil, em geral, e a Amazônia urbana (Manaus, Belém e Porto Velho) em específico, podem até ser “só” futebol, posto que em torno do futebol se materializam inúmeras, complexas e profundas relações políticas, econômicas e socioculturais. E em Porto Velho, pensar o futebol nos permite pensar a cidade e o contexto maior que o cerca.

Dito isso, o Brasil pode estar vazio na tarde de domingo para assistir ou jogar futebol, mas a vida, a casa, o trabalho, o dinheiro, a tristeza, a alegria, entre tantos outros fatores da vida acabam, de um modo ou de outro, entrando em campo numa relação dialética de um “vazio” que tem muito a dizer.

**PRORROGAÇÃO (Considerações finais)**

Prezada assistência, saindo de uma linguagem de jogo mais formal, voltamos a falar diretamente com você. Antes de iniciarmos a “resenha” típica do fim de jogos de futebol (e que transcenderá as possibilidades deste veículo de comunicação que se chama pesquisa acadêmica) gostaríamos de observar algumas questões que consideramos importantes para compreender o jogo pós nós narrado e ainda, estabelecer algumas bases para as próximas partidas desta competição.

Antes de tudo esperamos que agora seja possível compreender, de fato, um pouco da historicidade da prática esportiva do futebol brasileiro visto a partir da Amazônia. Um esporte apropriado por projetos e visões diversas sejam elas, na primeira metade do século XX, a da modernidade em busca de uma representação europeizada das cidades brasileiras e ainda, de um nacionalismo focado no futebol à brasileira.

Sem termos a pretensão de saturar o tema (afinal, estamos longe disso) acreditamos na necessidade em ampliar cada vez mais os estudos comparativos e que consigam analisar e problematizar estas diferentes apropriações sobre o futebol e, ainda, as diferenças em níveis de tempo-espaço e de classe. Além disso, é importante analisar criticamente os discursos enaltecidos a partir deste jogo de bola, de modo a refletirmos os limites e contradições nas relações sociais brasileiras.

Especialmente sobre o chamado futebol à brasileira, é importante vermos por além de seu teor patriótico, compreendendo as relações de conflito entre grupos sociais e setores vinculados ao controle da prática deste esporte, tanto em nível nacional, quanto regional, local e clubista. O futebol mulato, dionisíaco defendido por Gilberto Freyre e a invenção das torcidas por Mario Filho não consistiu em um processo de plena inclusão social e de valores positivos. O caráter bélico na forma de pensar e projetar no futebol a representação militar na Amazônia também precisa ser vista a luz das contradições e da posição hegemônica desempenhada pelos setores das forças armadas (notadamente o exército).

De outro lado, não concordamos que seja possível aludir que o futebol é um instrumento de pura enganação e alienação. Apresentamos importantes conceitos e formas de pensar o futebol muito mais como um veículo para implementação de vontades e ainda como um espaço para a disputa entre diversas visões. O futebol não é inerente a grupo “X” ou “Y”, nem tampouco é parte exclusiva de um dado projeto.

Ele é, em poucas palavras, o local ou um microcosmo que nos permite enxergar a sociedade que o pratica em suas contradições e consensos.

Ao pensar a Amazônia de chuteiras ao longo dos anos de 1930-1945, podemos narrar que as cidades de Manaus, Belém e Porto Velho passam a reproduzir ao seu modo o projeto nacionalista, construído na vida cotidiana e cultural uma série de cenários e formas representativas do ser brasileiro. As práticas culturais seriam os símbolos do novo homem amazônico abrasileirado, nordestino, indígena, o caboclo. E se em Porto Velho, a EFMM seria o símbolo da modernidade e do capital estrangeiro na “selva”, neste novo processo a tônica sairia dos trilhos e se dirigiria aos “trabalhadores soldados” que com sua força enfrentariam a floresta e controlariam a maquinaria, levando à Amazônia uma nova relação entre homem, floresta e sentimento nacional.

E para pensar este processo, observamos a prática do futebol como elemento capaz de nos aproximar da forma em segmentos da população local projetavam para si e para os demais os seus ideários de mundo. E embora tenha sido possível estabelecer aproximações entre a prática do futebol em Belém, Manaus, Porto Velho e ainda entre as demais cidades brasileiras, é importante refletirmos algumas importantes diferenças entre a prática do bola-pé nestas cidades. Em Belém, por exemplo, a rivalidade clubista foi muito maior do que em Manaus e Porto Velho, aproximando-se com a oposição entre os clubes cariocas, marcando na cidade uma profunda oposição e identificação focalizada nos clubes locais.

E se faz de suma importância, para não incorremos em perspectivas anacrônicas, compreender que o discurso nacionalista de meados dos anos de 1930 e 1940 não é o mesmo que hoje se entende ao falar de popularização e alcance nacional de determinados clubes brasileiros. Quando enfatizamos ao longo da partida que os clubes locais na Amazônia reforçaram o discurso nacional, o mesmo se deu a partir do enaltecimento de figuras públicas e políticas e ainda com a defesa do *ser brasileiro*, visando integrar-se ao discurso não de forma a acoplar absolutamente todas as informações e conteúdos externos, e sim dando novos contornos locais para a forma de pensar e projetar o Brasil, colocando-se como sujeitos ativos no processo, criando um culto à personalidades locais e enfatizando o papel dos clubes e da vida cotidiana nas cidades amazônicas como representantes do novo homem e do novo padrão de vida brasileiro.

Neste sentido, embora Vargas tenha se tornado uma figura de grande destaque nas cidades, o mesmo não significa afirmar que a população local (especialmente as classes que dominavam a prática do futebol) internalizariam e passariam a exercer o papel de simples consumidoras da forma de se jogar futebol nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo. Este processo de transformação de um discurso nacional na Amazônia com ênfase numa regionalização do país a partir das características presentes nas cidades da região sudeste, por exemplo, pode até ter ocorrido, mas é algo muito mais recente e que transcende o discurso nacionalista desenvolvido ao longo do primeiro governo Vargas.

Com isso, ao analisarmos a Amazônia de Chuteiras, procuramos não incorrer no erro de simplesmente observar a região como um “vazio de poder”, como se não houvesse dentro delas setores locais dispostos a implementar suas vontades e projetos. Logicamente, houve um aparelhamento econômico e político dos setores locais em relação a classe dominante nacional, mas no âmbito político e cultural, as relações internas na região e ainda da Amazônia para com o restante do país foi e ainda é de trocas e concessões diversas.

Ao pensarmos a Amazônia a luz de sua realidade local vista a partir da demarcação dos interesses de classe (embora seja um desafio a ser enfrentado compreender os arranjos e o conceito de classe para a analisar o contexto local) o fizemos justamente como forma de romper com uma análise dicotômica que coloque a população local como uma categoria única e em oposição, inferior ou mais apta do que uma outra população externa (seja ela a nacional ou internacional). Consideramos importante romper com a indumentária discursiva e ideológica tanto dos segmentos nacionais para a região quanto dos próprios segmentos que na Amazônia vivem. Desta forma, defendemos que não houve (e não há), de fato, um objetivo genuíno e ético em preservar, salvaguardar ou desenvolver a região (ou qualquer região que seja) seja por determinados segmentos internos e/ou externos.

Ignorando ou anulando o papel das classes no processo histórico, cometeríamos uma falta grave em anular os conflitos locais e vermos acriticamente o papel dos sujeitos e dos grupos na ocupação e colonização da Amazônia. Especialmente ao pensar as questões de classe social neste estudo, temos a noção do quão complicado é, em termos gerais, apropriar-se de termos e conceitos que abordam aspectos, cenários e categorias sociais que tiveram destaques diversos e por vezes antagônicos e contraditórios na história nacional e internacional. Entretanto,

não foi e nem poderia ser nosso objetivo apresentar grupos e classes dominantes nas cidades amazônicas na mesma proporção em que se estabeleciam e se definiam as classes dominantes nacionais e internacionais. Não há como equacionar, por exemplo, a cidade de Porto Velho com a cidade do Rio de Janeiro esperando-se obter na primeira os mesmos arranjos da segunda. Não havia em Porto Velho nas suas primeiras décadas de existência, uma burguesia (nem industrial nem agrária) e tampouco um proletariado consciente e politicamente organizado (ou em vias de, por meio de partidos políticos).

Por tal dificuldade poderíamos simplesmente evitar apresentar aos que acompanharam essa narrativa uma busca por caracterização dos grupos. Mas deixar de apresentar tais questões seria tornar nossas observações desta partida em algo simplório e destituído de relações de conflito, não vendo os sujeitos a partir do local nas relações materiais de vida em que os grupos se inserem e dialogavam. Dito de outra forma, narrando esta partida sem apresentar os grupos sociais aos quais se inseriam os personagens narrados, incorreríamos em uma narrativa de um jogo de futebol em que os jogadores não teriam suas posições táticas e arranjos técnicos explicitados pelo narrador.

Afinal, quem seria o goleiro, quem seria o zagueiro, o atacante, o lateral, o jogador articulador do meio do campo? Sem observar o papel e local que os jogadores ocupam deixamos de perceber sua importância tática na partida e não teríamos condições de observar o papel desempenhado por cada um, posto que não é apenas o gol (o resultado final) que importa para nós, é ainda observar como esse resultado foi obtido, em que cenários, contextos e quais as posições e jogadores da partida que determinaram um dado desfecho para o jogo.

Para compreender o desenrolar de uma partida se faz imprescindível observar o papel desempenhado por cada jogador e equipe. Na análise histórica o mesmo se faz, salvaguardando as devidas proporções, sendo necessário uma análise que observe os atores sociais inseridos dentro de um grupo e com funções diversas dentro das relações políticas, econômicas e socioculturais.

Com isso, ao pensar o papel da cultura (especialmente do futebol) nos foi possível considerar algumas formas com as quais no cotidiano os projetos e visões de mundo se materializavam na região a partir do jogo de bola. Mas o caminho ainda é vasto, pensamos apenas a partir de três cidades, deixando de lado toda uma complexidade que pode ser questionada e refletida.

Ao fim da narrativa desta partida (mas esperando ser possível realizar outras), esperamos que seja possível ampliar os questionamentos, repensar outros e caminhar no sentido de compreendermos cada vez mais onde estamos, quem somos e para onde vamos. Vendo a Amazônia tanto pelo viajante quanto pelos seus variados tipos e grupos de habitantes. Uma Amazônia por além do paraíso ou do inferno verde, a Amazônia como um campo de futebol cuja partida é permeada de conflitos, lados e projetos diferentes e rivalidades tanto internas quanto externas.

Enfim, uma Amazônia de chuteiras.

## FINAL DE JOGO (REFERÊNCIAS)


ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Bol. Mus. Emilio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 2, p. 433-468, maio-ago, 2010.

ANTUNES, Fatima Martin Rodrigues Ferreira. **“Com brasileiro, não há quem possa!”**: futebol e identidade nacional em José Lins do Rego, Mário Filho e Nelson Rodrigues. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ARCHETTI, Eduardo P. **Maculinidades**: fútbol, tanto y polo en la Argentina. Buenos Aires: Antropofagia, 2003.

BOTH, Douglas. História do esporte: abordagens em mutação. **Recorde**: Revista de História do Esporte. V. 4, n. 1, junho de 2011.

BOURDIEU, Pierre. Como se pode ser desportista?. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Lisboa: Edições Sociedade Unipessoal, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Programa para uma sociologia do esporte. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Decreto-Lei 3199 de 1941.

BURKE, Peter. **O historiador como colunista**: ensaios para a *Folha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009

_____. **Cultura popular na Idade Moderna**: Europa 1500-1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CASTRO, Ruy. **O Anjo Pornográfico**. A Vida de Nelson Rodrigues. São Paulo: Companhia das Letras. 1992

CEVASCO, Maria Elisa. **Para ler Raymond Williams.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 2001

_____. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados.** São Paulo, 11 (5), 1991

_____. “Cultura popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos históricos**. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995. pp. 179-192.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

COUTINHO, Renato Soares. **Um Flamengo grande, um Brasil maior**: o Clube de Regatas do Flamengo e a construção do imaginário político nacionalista popular (1933-1955). Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.
da Unicamp, 2012.

DAMATTA, Roberto. Introdução. In: _____. (org.). **Universo do Futebol**: Esporte e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982a.

_____. Esporte na Sociedade: Um ensaio sobre o futebol brasileiro. Pp. 19-42. In: _____ (org.). **Universo do Futebol**: Esporte e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Pinakotheke, 1982b.

_____. Antropologia do óbvio. Notas em torno do significado social do futebol brasileiro. **Revista USP**. São Paulo, v. 22, 1994

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DRUMOND, Mauricio. “O esporte como política de Estado: Vargas”. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade de (org.). **História do esporte no Brasil**: do Império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009. pp. 213-244

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
_____. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ELIAS, Nobert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: DIFEL, 1992.

FIGUEIREDO, Heitor de. (org.). **Annuario de Manaos**. 1913-1914. Lisboa: Typographia A Editora Limitada, 1913.

FONSECA, Dante Ribeiro da. Uma cidade a far West. In: _____. **Estudos de História da Amazônia**. Porto Velho: Gráfica e Editoria Maia, 2007.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses**: futebol, sociedade e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRANZINI, Fábio. Esporte, cidade e modernidade: São Paulo. In: MELO, Victor Andrade de. **Os sports e as cidades brasileiras**: transição dos século XX e XX. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1998.

_____. Apresentação. In: RODRIGUES FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

_____. **Novo Mundo nos Trópicos**. São Paulo: Global, 2011.

GAUDÊNCIO, Itamar Rogério Pereira. **Diversão, Rivalidade e Política**: O Re x Pa nos festivais futebolísticos em Belém do Pará (1905 – 1950). Dissertação de mestrado. Pós-graduação em História. Universidade Federal do Pará. Belém, 2007.

_____. Sujeitos, discursos e categorias: Uma história social das práticas esportivas suburbanas em Belém nos anos de 1930. In: **XXVII Simpósio Nacional de História**. Conhecimento histórico e diálogo social. ANPUH, Natal, RN, 22 a 26 de julho de 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364575060_ARQUIVO_artigosujeitosdiscursosecategorias.pdf

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do futebol**: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONDIN, Neide. “Como o mar de águas doces e suas dilatadas províncias são percorridos pelo imaginário dos cronistas viajantes”. In: **A invenção da Amazônia**. Manaus: Valer, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982

_____. **Cadernos do Cárcere**. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do cárcere** Volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do cárcere** Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRUPPI, Luciano. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978

GUEDES, Simoni Lahud. Que povo brasileiro no campo de futebol?. In: VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 2002, Porto, Portugal. **Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000. v. 1. p. 555-560.

_____. Futebol e sentimento de nacionalidade. **IHU On-Line Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo-R. G. do Sul, p. 18 - 19, 12 jun. 2006.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil**: uma história da maior expressão HELAL, Ronaldo; SOARES, Antonio Jorge; LOVISOLO, Hugo. **A invenção do país do futebol**: mídia, raça e idolatria. Rio de Janeiro: Mauad X, 2001.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Como mudar o mundo**: Marx e o marxismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. Introdução: A invenção das tradições. In: _____; RANGER, Terence. (orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012a.

_____. A produção em massa de tradições: Europa, 1870 a 1914. In: _____; RANGER, Terence. (orgs). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012b.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura**: aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referências a publicações e divertimentos. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de. A festa competitiva: formação e crise das torcidas organizadas entre 1950 e 1980. In: HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de [et al.]. **A torcida brasileira**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

JAMESON, F. **O pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

LENHARO, Acir. **Sacralização da política**. Campinas, SP: Papirus, 1986.

LEVINE, Robert M. Sport as metaphor for social dynamics in the history of popular cultura. **R. História**, São Paulo, n. 125-126, p. 81-91, ago-dez/91 a jan-jul/92.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. “A poética do Imaginário”. In: **Obras reunidas**: Cultura amazônica – Uma poética do imaginário. São Paulo: Escrituras Editora, 2001

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PISNKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

LUCENA, Ricardo de F. **O esporte na cidade**: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**, 1843. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARENHAS, Gilmar. **Entradas e bandeiras**: a conquista do Brasil pelo Futebol. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MELO, Victor Andrade de. Causa e consequência: esporte e imprensa no Rio de Janeiro do século XIX e década inicial do século XX. In: MELO, Victor Andrade de; HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de (orgs.). **O esporte na imprensa e a imprensa esportiva no Brasil**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.

MELO, Victor Andrade de. **Esporte e Lazer**: conceitos: uma introdução. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010a

_____. Esporte, cidade e modernidade: Rio de Janeiro. IN: _____ (org). **Os sports e as cidades brasileiras**: transição dos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010b.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e Economia no Brasil**: opções do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

NEEDELL, Jeffrey. **Belle Époque tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno. **Entre categas e mundiças**: territórios e territorialidades da morte na cidade de Porto Velho. Tese de doutorado. Doutorado em Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal do Paraná, 2015.

NORMANDO, Tarcisio Serpa. “Nas praças, nas ruas e nos rios: a Amazônia esportiva em sua belle époque”. In: **Revista Digital**. Buenos Aires, Ano 12, n. 112, setembro de 2007.

OLIVEIRA, Elis da Silva. **Football, modernidade e distinção social**: apropriação da prática do futebol pela classe dominante em Porto Velho nos anos de 1920. Monografia. Graduação em História. Departamento de História. Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, 2014.

_____. O intelectual da bola: Mario Filho e o projeto de construção da brasilidade a partir do futebol entre as décadas de 1930-1950. In: **XXVIII Simpósio Nacional de História- ANPUH.** Anais eletrônicos. Florianópolis, Santa Catarina, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439831969_ARQUIVO_Ointelectualdabola_ElisdaSilvaOliveira_.pdf

_____. Visões sobre a floreste em jogo: o football na Amazônia e a construção do discurso de “modernidade na selva”. No início do século XX. [Anais de evento]. **I Congresso Métodos Fronteiriços:** objetos míticos insólitos e imaginários. Porto Velho: Universidade Federal de Rondônia, 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista – O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PACHECO, Alexandre. As perspectivas meta-históricas da historiografia de Arthur Cezar Reis em A Amazônia e a Cobiça Internacional. In: **VI Simpósio Nacional de**

**História Cultural**: Escrita da História – Ver – Sentir – Narrar. Universidade Federal do Piauí (UFRI), Teresina-PI, 2012.

_____. PACHECO, Alexandre. Apontamentos sobre o estilo historiográfico de Aarthur Cézar Ferreira Reis na obra A Amazônia e a cobiça internacional (edição de 1982). In: **Revista de História Regional**. N. 19 (1 v): 59-82, 2014.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008
popular do país. São Paulo: Contexto, 2010.

PRYSTHON, Angela. Histórias da teoria: os estudos culturais e as teorias pós-coloniais na América Latina. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens.** Universidade Tuiuti do Paraná**,** v. 9, n. 1, 2010.

RODRIGUES FILHO, Mario. **O negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

RODRIGUES, Nelson. **A pátria de chuteiras**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

_____ [et al.]. **Um time de primeira**: grandes escritores brasileiros falam de futebol. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. **A construção da Nação Canarinho**: Uma história institucional da seleção brasileira de futebol, 1914-1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SILVA, Altiva Barbosa da. **Geopolítica na fronteira norte do Brasil**: O papel das Forças Armadas nas transformações sócio-espaciais do Estado de Roraima. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Boa Vista – São Paulo, 2007.

SILVA, Sandro Dutra e. [*et al*]. Fronteira, História e Natureza: a construção simbólica do Oeste Brasileiro (1930-1940). In: **Revista de História IberoAmericana**. Vol. 7, num. 2, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. Futebol, metrópoles e desatinos. **Revista USP**. São Paulo, v. 22, 1994.

SOUZA, Denaldo Achorne de. **O brasil entra em ação!** Construções e reconstruções da identidade nacional (1930-1947). São Paulo: Annablume, 2008.

SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. **Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **(Des)ordem na fronteira**: Ocupação militar e conflitos sociais na região do Madeira-Guaporé (30-40). Dissertação de mestrado. Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho". Assis, 2002.

THOMPSON, E. P. **A miséria da Teoria:** ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa, 1**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas-SP: Editora

TOCANTINS, Leandro. **Amazônia - Natureza, Homem e Tempo**: uma planificação ecológica. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Editora Civilização Brasileira, 1982

VARGAS, Getúlio. **Série perfis parlamentares.** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

VASCONCELLOS, Douglas Wanderley de. **Esporte, poder e relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**: de Coleridge a Orwell. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011a

_____. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011b

WISNIK, José Miguel. **Veneno remédio**: o futebol e o Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

XAVIER, Beto. **Futebol no país da música**. São Paulo: Panda Books, 2009.